



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**“A VICTORIA DO FEMINISMO”:
ECOS DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE NO
JORNAL CURITIBANO O *DIA* (1927-1928)**

LARISSA SOUZA DE LIMA

Foz do Iguaçu
2026

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)

“A VICTORIA DO FEMINISMO”:
ECOS DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE NO
JORNAL CURITIBANO *O DIA* (1927-1928)

LARISSA SOUZA DE LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Rosangela de Jesus Silva

Foz do Iguaçu
2026

LARISSA SOUZA DE LIMA

“A VICTORIA DO FEMINISMO”:
ECOS DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE NO
JORNAL CURITIBANO O *DIA* (1927-1928)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Rosangela de Jesus Silva
UNILA

Prof. Dra. Ana Maria Colling
UFGD

Prof. Dr. Paulo Renato da Silva
UNILA

Prof. Dra. Endrica Geraldo
UNILA

Foz do Iguaçu, 30 de março de 2026

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

L732v

Lima, Larissa Souza de.

A victoria do feminismo: ecos da conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte no jornal curitibano O Dia (1927-1928) / Larissa Souza de Lima. - Foz do Iguaçu, 2026.
148 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH), Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS).

Orientador: Rosangela de Jesus Silva.

1. Voto. 2. Direitos políticos. 3. Jornalismo - Aspectos políticos - Curitiba (PR). 4. Mulheres - Atividades políticas. 5. Civilização - História. I. Silva, Rosangela de Jesus. II. Título.

CDU 305-055.2(816.2)

AGRADECIMENTOS

Nenhum caminho se percorre sozinho. Em minha trajetória acadêmica, tive o apoio de pessoas que me ajudaram a chegar até o mestrado e a percorrer todas as etapas, até, finalmente, concluí-lo. Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Rosângela de Jesus Silva, uma pessoa com infinita paciência, sabedoria e empatia. Mais do que uma brilhante professora e pesquisadora, sabe compartilhar seu conhecimento de maneira leve e instigante. Nos momentos de aflição, suas orientações sempre me deixavam mais tranquila, pois me mostravam um caminho seguro a percorrer.

Agradeço ao professor Paulo Renato da Silva que, fazendo parte de minhas bancas de qualificação e defesa e enquanto docente da matéria de Seminário de Pesquisa, trouxe apontamentos que contribuíram de forma decisiva para esta dissertação. Também ressalto sua contribuição à minha trajetória acadêmica no curso de História de Licenciatura, com ensinamentos que instigaram em mim a pesquisa em História.

À professora Endrica Geraldo que, enquanto docente da matéria de Teoria e Metodologia, trouxe à luz inúmeros esclarecimentos acerca do trabalho com fontes históricas. Membro, também, de minhas bancas de qualificação e de defesa, contribuiu com sugestões fundamentais para a conclusão deste trabalho, assim como, gentilmente, me emprestou duas obras que foram de imensa relevância para o andamento da minha pesquisa.

À professora Ana Maria Colling, por ter prontamente aceitado em fazer parte da minha banca de defesa e pelas valiosas contribuições realizadas ao trabalho.

Agradeço aos meus pais, Anilda e Francisco, que embora não tenham disposto da oportunidade de ingressar no ensino superior, sempre me incentivaram e me ofereceram o suporte necessário para estar nesse espaço. Esta conquista é, também, fruto de seus esforços, que me possibilitaram ingressar em uma universidade pública e de qualidade.

Ao meu companheiro João Vitor, pelo carinho, paciência e compreensão ao longo desse percurso. Obrigada por todas as refeições e cafés preparados enquanto eu lia, escrevia e, algumas vezes, descansava. Sua companhia nos momentos de dificuldade e tensão deixaram o caminho mais leve para trilhar.

Agradeço à Barbara, Maira e Rubia, pois, a pós-graduação é vista enquanto um processo individual e solitário, e, no meu caso, não foi assim, graças a vocês. Em todos os momentos que precisei, alguma de vocês estava lá ou, ainda, as três

juntas para me dar suporte e um abraço. Obrigada por me incentivarem a ingressar no mestrado e, principalmente, por terem me incentivado todos os dias a concluí-lo.

Por fim, agradeço às minhas cachorras Arya e Sansa, por terem preenchido minha casa com alegria. Um dia chuvoso, indo para a aula do mestrado, ocorreu uma das coisas que eu sempre temi enquanto motorista: atropeliei um animalzinho abandonado. Mas, ao verificar, Arya estava bem, com um leve machucado no olho e, ainda, tinha uma irmã que a acompanhava. Elas, de certa forma, foram frutos desse processo e o tornaram menos estressante e difícil.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar textos jornalísticos publicados no periódico curitibano *O Dia* (1923–1961), com foco na discussão acerca da conquista de direitos políticos pelas mulheres. Conforme aponta June Hahner (2003), na década de 1920, a luta pelo voto feminino teria sido o principal objetivo do movimento feminista no Brasil e, por meio de uma campanha eficaz e amplamente difundida, o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres em nível nacional no ano de 1932. Com a promulgação da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, as mulheres conquistaram, primeiramente, o direito ao voto no estado do Rio Grande do Norte e, nas eleições para senador realizadas em abril do ano seguinte, já se encontravam alistadas 20 mulheres para o exercício de seus direitos políticos e 15 foram às urnas depositar suas cédulas. Contudo, no dia 18 de maio de 1928, seus votos foram anulados pela Comissão de Poderes do Senado. O recorte temporal, portanto, abrange o período de outubro de 1927 a maio de 1928, buscando concentrar-se na discussão apresentada pelo jornal *O Dia* durante esse momento de intenso debate sobre a conquista de direitos políticos pelas mulheres, manifestada por meio de charges, notícias, artigos e piadas. Desse modo, a pesquisa gira em torno de analisar como o jornal *O Dia* reagiu e discutiu a conquista do voto feminino e de direitos políticos pelas mulheres, assim como qual ideal de mulher buscou construir e difundir por meio de suas representações. Inserida no campo da História Cultural, a pesquisa tem embasamento nas discussões teórico-metodológicas de Roger Chartier e de Pierre Bourdieu. A partir de Roger Chartier (2002; 2011), abarcamos as noções de Práticas e Representações, bem como os Protocolos de Leitura, entendidos como ferramentas fundamentais para a compreensão das formas de produção e propagação dos discursos veiculados pelo periódico. Com base em Bourdieu (2002), abordamos o conceito de Violência Simbólica, pensando em como se difunde por meio da Dominação Masculina no meio social. Como resultados da pesquisa, apontamos que o jornal pareceu reagir à conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte se mostrando contrário à medida e à obtenção de direitos políticos pelas mulheres na maior parte das publicações no recorte analisado. Quando houve publicações favoráveis à inserção da mulher na política, eram enfatizadas as atribuições femininas em relação ao lar e à maternidade.

Palavras-chave: Voto feminino. Direitos Políticos. Curitiba. *O Dia*. História Cultural.

RESUMEN

El presente trabajo busca analizar textos periodísticos publicados en el periódico curitibano *O Dia* (1923-1961), con foco en la discusión sobre la conquista de los derechos políticos por parte de las mujeres. Según señala June Huhner (2003), en la década de 1920, la lucha por el voto femenino se convirtió en el principal objetivo del movimiento feminista en Brasil y, mediante una campaña eficaz y ampliamente difundida, las mujeres lograron conquistar el derecho al voto a nivel nacional en 1932. Con la promulgación de la Ley nº 660, del 25 de octubre de 1927, las mujeres obtuvieron inicialmente el derecho al voto en el estado del Rio Grande do Norte y, en las elecciones senatoriales de abril del año siguiente, ya se encontraban registradas 20 mujeres para ejercer sus derechos políticos y 15 fueran a las urnas emitir sus votos. Todavía, en 18 de mayo de 1928, tuvieron sus votos anulados por la Comisión de Poderes del Senado. El recorte temporal abarca el período de octubre de 1927 a mayo de 1928, con el objetivo de centrarse en la discusión presentada por el periódico *O Dia* durante este momento de intenso debate sobre la conquista de los derechos políticos de las mujeres, manifestada mediante caricaturas, noticias, artículos y bromas. De este modo, la investigación busca analizar cómo *O Dia* reaccionó y debatió la conquista del voto femenino y de los derechos políticos de las mujeres, así como cual ideal de mujer intentó construir y difundir a través de sus representaciones. Inserta en el campo de la Historia Cultural, la investigación se apoya en las discusiones teórico-metodológicas de Roger Chartier y Pierre Bourdieu. A partir de Chartier (2002; 2011), se adoptan las nociones de Prácticas y Representaciones, así como los Protocolos de Lectura. Con base en Bourdieu (2002), se aborda el concepto de Violencia Simbólica, considerando cómo se difunde mediante la Dominación Masculina en el ámbito social. Como resultado de la investigación, señalamos que el periódico reaccionó y debatió la conquista del voto femenino en Rio Grande do Norte, mostrándose mayoritariamente contrario a la medida y a la obtención de derechos políticos por parte de las mujeres en las publicaciones analizadas. Cuando hubo textos favorables a la inserción de la mujer en la política, se enfatizaron principalmente sus atribuciones en el hogar y su papel como madre.

Palabras clave: Voto femenino. Derechos políticos. Curitiba. *O Dia*. Historia Cultural.

ABSTRACT

This research aims to analyse journalistic texts published in the newspaper *O Dia* (1923-1961) from Curitiba centered on the discussion of the conquest of political rights by the women. According to June Hahner (2003), in the 1920s, women's suffrage would be the principal purpose of the feminist movement in Brazil and, through a campaign that was effective and widely publicized, women gained the right to vote at the national level in 1932. With the enactment of Law N° 660, on October 25th, 1927, women acquired the right to vote in the state of Rio Grande do Norte, later in the senatorial elections held in April, 1928, 20 women were already registered to exercise their political rights whilst 15 went to vote. However, they had their votes annulled on May 18th by the Senate Powers Committee. The temporal scope covers the period from October 1927 to May 1928, aiming to focus on the discussion presented by the newspaper *O Dia* during this period of intense debate on the conquest of political rights by the women, expressed through cartoons, news reports, articles and jokes. Thus, the research focuses on analysing how the newspaper *O Dia* reacted to and discussed the achievement of women's suffrage and political rights, as well as the ideal of woman it tried to construct and disseminate through its representations. Positioned within the field of Cultural History, the study draws on theoretical and methodological discussions of Roger Chartier and Pierre Bourdieu. Following Roger Chartier (2002; 2011), we adopt the notions of Practices and Representations, as well as Reading Protocols, understood as fundamental tools for understanding the ways in which the discourses circulated by the newspaper were produced and propagated. Based on Bourdieu (2002), we address the concept of Symbolic Violence, considering how it is disseminated through Masculine Domination in the social sphere. As a result of the research, we observe that the newspaper reacted to and debated the achievement of women's suffrage in Rio Grande do Norte, with most of the analyzed publications opposing women's political rights. When texts were favorable to women's participation in politics, they tended to emphasize women's roles in their homes and as mothers.

Key words: Women's suffrage. Political rights. Curitiba. *O Dia*. Cultural History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Figura feminina como alegoria à república em homenagem a Quintino Bocaiúva	34
Figura 2: Primeira página do jornal <i>O Dia</i> , na segunda edição de 1923	38
Figura 3: Caio Machado nomeado Diretor da Repartição de Estatística e Archivo Pública	39
Figura 4: A velha e a nova direção do <i>Diário da Tarde</i>	40
Figura 5: Edição de 20 de julho de 1923 em miniatura	44
Figura 6: Primeira página do Jornal <i>O Dia</i> , edição de 20 julho 1923	45
Figura 7: <i>A Página d'O Dia</i> , edição de 4 de julho de 1923	46
Figura 8: <i>Folhetim d'O Dia</i>	47
Figura 9: <i>O Dia Feminino</i>	48
Figura 10: Edição de 17 de novembro de 1927 em miniatura	49
Figura 11: Capa edição 1736, publicada em 25 de dezembro de 1927	50
Figura 12: Página 2 da edição 1737, de 27 de dezembro de 1927	51
Figura 13: Anúncio publicitário do remédio Vanadiol	55
Figura 14: Anúncio publicitário do produto de limpeza Bon Ami	56
Figura 15: <i>O Dia Feminino</i>	59
Figura 16: O monumento a d. Julia Wanderley	60
Figura 17: D. Julia Wanderley	61
Figura 18: Artigo 70 da Constituição Federal Brasileira de 1891	64
Figura 19: Charge “Scena Futura”, de Alceu Chichôrro	81
Figura 20: Charge: “A victoria do feminismo”, Alceu Chichôrro	82
Figura 21: Charge: “O voto feminino”, de Alceu Chichôrro	84
Figura 22: Charge: “Na terra dos casos raros...”, de Alceu Chichôrro	85
Figura 23: <i>Escapamento Livre</i>	86
Figura 24: O voto feminino	91
Figura 25: “Considera-se aprovado o projecto do voto feminino”	91
Figura 26: “O voto feminino não será discutido este anno”	91
Figura 27: “Não será aprovado o projecto do voto feminino”	92
Figura 28: “O Sr. Lopes Gonçalves, favorável ao voto feminino, e contrário aos votos dados pelas eleitoras ao Sr. José Augusto”	96

Figura 29: “O Programa de acção da Federação de Progresso Feminino”	102
Figura 30: Página 2 da edição 1738, do dia 27 de dezembro de 1927	104

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CAPÍTULO 1: MULHER E IMPRENSA: O JORNAL O DIA E O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE CURITIBA NO INÍCIO DO SÉCULO 20.....	24
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA IMPRENSA NO BRASIL.....	24
2.2 A CIDADE DE CURITIBA.....	29
2.3 IMPRENSA CURITIBANA: PRINCIPAIS PERIÓDICOS QUE CIRCULARAM NA CAPITAL.....	32
2.4 O JORNAL <i>O DIA</i>	36
2.5 A DOMINAÇÃO MASCULINA E OS DISCURSOS TRAZIDOS PELO JORNAL <i>O DIA</i>	52
3. CAPÍTULO 2: DEBATES SOBRE A EMANCIPAÇÃO DA MULHER NAS PÁGINAS D'O DIA A PARTIR DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	63
3.1 REFORMAS ELEITORAIS BRASILEIRAS.....	63
3.2 A LUTA DAS MULHERES NO BRASIL E A CONQUISTA DO VOTO.....	66
3.2.1 O projeto de Justo Chermont.....	71
3.2.2 O pioneirismo do Rio Grande do Norte, as eleições abril de 1928 e a conquista do voto feminino em nível nacional.....	72
3.2 ENTRE LINHAS E LUTAS: ECOS DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE NAS PÁGINAS DO JORNAL <i>O DIA</i>	78
3.2.1 Charges e piadas.....	81
3.2.2 Notícias.....	88
3.2.3 Artigos.....	98
3.2.3.1 <i>Jack Lino</i>	103
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	114
FONTES.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117
ANEXOS.....	123
SEQUÊNCIA “FEMINISMO” DE JACK LINO.....	124
1. Feminismo: A cartilha do Diabo.....	124
2. Feminismo II: A espada de Attila.....	125
3. Feminismo III: A votante, - o ultimo producto da macaquice brazilica.....	126
4. Feminismo IV: O pé num ninho de sará-sará's.....	127
5. Feminismo V: Le mond marche!.....	129
6. Feminismo VI: Jazz-Band sem fio.....	130
7. Feminismo VII: Ramon Novarro, de olhar vesticante.....	131
8. Feminismo VIII: Curu-curu' você me conhece?.....	132
9. Feminismo IX: Burro e' o boi que conduz a canga.....	134
10. Feminismo X: Formigas com catarro.....	135

11. Feminismo XI: Cadê o cadeado?.....	136
12. Feminismo XII: Menos o feijão e o arroz.....	138
13. Feminismo XIII: O monstro multifauce.....	139
14. Feminismo XIV: Por artes do Diabo.....	140
15. Feminismo XV: em ultima instancia – oleo de ricino.....	141
16. Feminismo XVI: No Brasil e'assim.....	143
17. Feminismo XVII: Solfos de fa'-bordão.....	144
18. Feminismo XVIII: Sarna tiririca.....	145
19. Feminismo XIX: Trancas em cruces, e figas ao pescoço.....	147
20. Feminismo XX: Conclusão.....	148

1. INTRODUÇÃO

Ao decorrer da história, as mulheres foram, aos poucos, conquistando seu espaço e reivindicando seus direitos enquanto cidadãs. Ao longo desse processo, enfrentaram inúmeros desafios e imposições que partiram de diferentes instituições da sociedade. A desigualdade de gênero é um aspecto que ainda enfrentamos e buscamos superar. Essa pesquisa parte do princípio de que a historiografia que volta o olhar para as mulheres na História é uma forma de mostrar processos de lutas e resistências, assim como de reivindicar equidade e resistir às injustiças sociais sofridas por diversas mulheres todos os dias, principalmente, as que são desassistidas socialmente.

Esta dissertação tem como delimitação temática a luta pelo voto feminino no Brasil, dispondo enquanto fonte do jornal curitibano *O Dia*, entre outubro de 1927 a maio de 1928. O recorte temporal justifica-se por conta da promulgação da Lei nº660 de 25 de outubro de 1927, que, a partir da reformulação do código eleitoral do Rio Grande do Norte, marca a conquista do voto feminino em terras potiguares, tornando-se o primeiro estado brasileiro a permitir que as mulheres fossem às urnas. Juvenal Lamartine (1874-1956), senador e candidato a presidente do estado, se aliou à campanha sufragista e, antes mesmo de assumir o cargo, já promoveu mudanças no código eleitoral, permitindo que as mulheres pudessem votar e serem votadas (Rodrigues, 1982; Soihet, 2013).

Maior de 1928 é marcado pela anulação dos votos femininos nas eleições para o representante do RN no Senado brasileiro, pois, com a posse de Juvenal Lamartine na Presidência do estado, o lugar que ocupava no Senado acabou vago. Nesse contexto, em 05 de abril de 1928, o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros (1884–1971), ex-presidente do estado, foi indicado para ocupar a vaga. Nessa eleição, tendo em vista que as mulheres já haviam conquistado o voto no RN, elas exerceram seus direitos políticos, porém, tiveram seus votos anulados em 18 de maio de 1928 pela Comissão de Poderes do Senado, como abordaremos no segundo capítulo da dissertação (Rodrigues, 1982).

Em busca de problematizar a conquista do voto feminino no RN, a pesquisa analisa como o jornal *O Dia*, entre outubro de 1927 e maio de 1928, reagiu e discutiu a conquista do voto feminino no estado e que ideal de mulher buscou construir e difundir por meio de suas representações. Objetivamos, ainda, analisar o impacto causado no jornal por conta desse acontecimento.

Para alcançar nosso objetivo geral, buscamos identificar a imagem da mulher que o jornal pretendia propagar ao seu público, observando propagandas, figuras femininas que ganhavam espaço no jornal e outras formas de representações da mulher. Para encontrar as publicações desejadas, foram realizadas, primeiramente, buscas por palavras-chave no arquivo do jornal, sendo utilizados os vocábulos ‘feminismo’, ‘voto feminino’ e ‘sufrágio’ de 1923, ano de lançamento do jornal, até 1932, quando o sufrágio feminino ocorreu em nível nacional. Observado, então, um número elevado de publicações ao final de 1927 e início de 1928 e, se tratando de uma folha diária, definiu-se o recorte temporal dentre os meses citados anteriormente. Também foi feita uma leitura integral do jornal no período, no qual foi possível encontrar mais matérias dentro do recorte temporal estabelecido.

Trabalhamos o jornal enquanto fonte e objeto de estudo, portanto, buscamos descrever informações acerca de seu editorial, de seus aspectos materiais e de circulação e entender suas múltiplas possibilidades enquanto fonte histórica. Por ser a cidade de Curitiba o recorte espacial da pesquisa, também buscou-se contextualizar historicamente a capital na década de 1920, compreendendo a que passos estava seu desenvolvimento e seus contextos culturais e sociais. Abrangendo a temática da luta do voto feminino no Brasil, buscamos, também, contextualizar o movimento sufragista, apresentar as principais representantes e os desdobramentos até a conquista do voto em nível nacional, em 1932.

Tendo em vista a problemática proposta pelo estudo, a pesquisa é fundamentada à luz da História Cultural. Nessa perspectiva, conforme Peter Burke (2008, p. 7) “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações”. Ampliando o entendimento sobre o campo, José D’Assunção Barros (2005) ressalta que as noções mais frequentemente associadas ao conceito de cultura são as de linguagem, de práticas e de representações. Dessa forma, como explica o Barros,

uma nova História Cultural interessar-se-á pelos sujeitos produtores e receptores de cultura – o que abarca tanto a função social dos “intelectuais” de todos os tipos (no sentido amplo, conforme veremos adiante), até o público receptor, o leitor comum, ou as massas capturadas modernamente pela chamada “indústria cultural” (esta que, aliás, também pode ser relacionada como uma agência produtora e difusora de cultura). Agências de produção e difusão cultural também se encontram no âmbito institucional: os sistemas educativos, a imprensa, os meios de comunicação, as organizações socioculturais e religiosas (Barros, 2005, p. 129-130).

O trabalho tem como base as noções de “práticas” e “representações” propostas por Roger Chartier (2002). O autor, em sua principal contribuição para o campo, propõe as noções de “práticas” e “representações”, tendo em perspectiva que a cultura e suas múltiplas expressões podem ser objetos de análise a partir da interação desses dois elementos. Produtos culturais surgem nesse espaço articulado entre práticas e representações e os sujeitos acabam por transitar entre essa relação, podendo associar as “práticas” às maneiras de agir e as “representações” ao modo de perceber e interpretar (Barros, 2005).

O uso desse referencial é justificado por conta da pesquisa não buscar apenas analisar como o jornal comentou sobre o voto feminino no período estudado, mas como o periódico produziu sentido sobre a inserção da mulher na política e como buscou difundir uma imagem de mulher “ideal” ao seu público. Os textos analisados, dentre charges, notícias, artigos e piadas são vistos, portanto, como práticas discursivas, por meio das quais o jornal buscava selecionar e organizar significados, participando ativamente do debate sobre a questão, principalmente, após a conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte.

A partir de Chartier et al. (2011), a pesquisa tem como embasamento, também, a noção de protocolos de leitura. Segundo o autor, existem dois tipos principais. O primeiro refere-se aos elementos que o autor inscreve no próprio texto com o objetivo de orientar a leitura, projetando uma idealização de leitor capaz de compreender os sentidos que o autor pretende transmitir. O segundo tipo de protocolo de leitura é aquele produzido pela materialidade tipográfica do impresso. No caso do jornal, envolve aspectos como a forma de escrita, o tamanho da fonte, a disposição do texto na página e sua localização dentro da edição, se ocupa as primeiras ou últimas páginas, se está em destaque ou em posição secundária, por exemplo. Esse tipo de protocolo está mais diretamente relacionado às decisões editoriais e visa favorecer determinadas formas de leitura, contribuindo, igualmente, para a construção de um leitor ideal. Conforme o autor:

essas primeiras instruções são cruzadas com outras, trazidas pelas próprias formas tipográficas: a disposição e a divisão do texto, sua tipografia, sua ilustração. Esses procedimentos [...] não pertencem à escrita, mas à impressão, não são decididas pelo autor, mas pelo editor-livreiro e podem sugerir leituras diferentes de um mesmo texto. Uma segunda maquinaria, puramente tipográfica, sobrepõe seus próprios efeitos, variáveis segundo a época, aos de um texto que conserva em sua própria letra o protocolo de leitura desejado pelo autor (Chartier, 2011, p. 97).

Segundo Chartier (2011), os protocolos de leitura estão dentro e fora dos textos, entendendo que todo autor e toda forma de escrita visa uma ordem, uma

determinada forma de leitura, sendo passada de forma explícita pelo autor ou transcritas nas formas tipográficas do impresso. O uso dos protocolos de leitura nesta análise mostra-se fundamental, entendendo as formas que os autores se inserem em suas produções jornalísticas, buscando disseminar suas visões sobre o voto feminino e como o impresso organiza essas publicações em suas páginas, dando destaque e visibilidade ou deixando nas últimas páginas, em lugares pouco privilegiados das edições.

Um ponto de partida para estudar as mulheres na história seria, como salienta Chartier (1995), analisar os discursos e práticas que buscam assegurar que as mulheres aceitem as representações socialmente impostas das visões do que é ser homem e o que é ser mulher. Essas práticas são realizadas por meio da

divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública, etc. Longe de afastar do "real" e de só indicar figuras do imaginário masculino, as representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas e mostradas, se inscrevem nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros (Chartier, 1995, p. 40).

Para Bourdieu (2002), a Dominação Masculina é um evidente exemplo de Violência Simbólica em nosso meio social, pela forma como é imposta e vivenciada, como é disseminada pelas vias simbólicas de comunicação e pelo que se intitula enquanto conhecimento de determinada época. São processos que buscam converter o que é culturalmente construído de forma arbitrária em algo naturalizado e biologicamente justificado, sendo reconhecidos

tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou agir) e mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária [...] (Bourdieu, 2002, p. 8).

Bourdieu sustenta que a forma de organização social que conhecemos é constituída a partir de uma perspectiva androcêntrica, ou seja, com um visão que priorizaria o homem como figura central, enquanto marginalizaria as figuras femininas. Essa organização social atuaria tal qual uma máquina simbólica que corrobora para efetivar a dominação masculina que se exemplifica a partir da divisão do trabalho na sociedade, em que são destinadas diferentes e estritas atividades de acordo com o sexo, assim como a distribuição do espaço, ficando, o homem, na esfera pública e a mulher reservada à esfera privada.

Considerando a imprensa enquanto fonte de pesquisa e suas dinâmicas sociais e culturais, em busca da identificação da Violência Simbólica por meio da Dominação Masculina em textos jornalísticos, a fonte analisada é o jornal *O Dia*, um

empreendimento com fins comerciais, publicado diariamente na cidade de Curitiba. Pertencia a um grupo de prestígio da cidade, tendo sido fundado em 1923, por Caio Machado (1885-1954), jornalista e político, e David Carneiro (1870-1928), de família abastada pelo cultivo da erva mate no estado, produto que no final do século XIX era o mais importante na economia paranaense¹. Ao pensarmos que o jornal pertencia a grupos influentes e acostumados a ocupar postos de poder, não é de estranhar que o voto feminino, ação que poderia começar a trazer demandas por mudanças no âmbito político e social, despertasse o interesse da publicação.

Mas por que estudar como um jornal curitibano repercutiu um fato ocorrido no Rio Grande do Norte? A relevância do estudo de um fato que ocorreu geograficamente distante por meio de uma fonte paranaense dá-se pela possibilidade de análise da tamanha repercussão que a conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte teve na época estudada em âmbito nacional. Estudando o jornal *O Dia*, de circulação em Curitiba, observamos como um fato local ganha dimensão nacional, atravessando fronteiras regionais e fomentando debates em outros contextos culturais e políticos.

Tânia Regina de Luca (2008) orienta que, ao analisar jornais e revistas, o(a) pesquisador(a) acaba lidando com o que foi considerado relevante e transformado em notícia, exigindo atenção ao destaque dado pela folha ao fato e o espaço em que foi inserido, existindo uma diferença expressiva se o assunto é tratado na capa ou nas páginas internas do periódico. Também faz-se necessário observar a seção em que foi inserida, se o assunto continuou em posteriores edições ou se é acompanhado de elementos visuais.

José D'Assunção Barros (2022) afirma que o jornal, dentro dos estudos dos historiadores e sociólogos, não é visto como 'veículo de informação', mas como 'meio de comunicação', transmitindo valores e ideias e tendo como objetivo influenciar o pensamento social. Portanto, é necessário entendê-lo enquanto fonte e objeto de estudo, tendo em perspectiva não somente seu conteúdo, mas seus aspectos materiais, de circulação e contexto de produção. O jornal aqui analisado, no recorte de tempo selecionado, trabalhou a questão da conquista de direitos políticos e emancipação das mulheres cinquenta e oito vezes, com textos e ilustrações que ocuparam diferentes espaços das edições.

¹ VANALI, Ana Christina. A Erva-mate e a política paranaense: análise da legislação provincial para a economia ervateira (1854-1889). Curitiba: Instituto Memória, 2013.

Buscando contextualizar a visão da mulher no início do século XX, dialogamos com as pesquisadoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1998), que explicam que o discurso presente nesse período não nos é incomum, abordando a mulher como pertencente ao lar, cujas principais funções estariam associadas ao casamento, geração e criação de filhos. Era atribuído a mulher, ainda, o papel pedagógico de moldar o caráter dos cidadãos que seriam o “futuro da pátria”. Essas afirmações, de acordo com as autoras, eram baseadas nas características biológicas femininas, consideradas naturalmente pertencentes à vida privada. O ideal reservado à mulher era o tripé: mãe-esposa-dona-de-casa, estando presente no discurso pregado pela Igreja, pela medicina, pelos juristas, reverberado pelo Estado e presente na imprensa. Essa imagem passa a ser sinônimo de ser mulher e a relação com esses afazeres e obrigações a serem unidades de medida e servirem como julgamento do desempenho das mulheres dentro e fora de seus lares (Maluf; Mott, 1998).

Situando a conquista do voto feminino no Brasil, trazemos as pesquisadoras June E. Hahner e Rachel Soihet. De acordo com Hahner (2003), o movimento feminista no Brasil passaria a crescer rapidamente na segunda década do século 20, por conta de haver um aumento no apoio às lutas por melhores condições sociais, civis e políticas para as mulheres. A autora argumenta que, a partir disso, as mulheres começariam a se envolver na luta pelos seus direitos, discutindo problemáticas próprias, definindo seus objetivos e especificando suas reivindicações.

Como discorre Rachel Soihet (2013), Bertha Lutz (1894-1976), que teria sido a principal ativista pelo sufrágio feminino no Brasil naqueles anos, e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) buscaram adotar estratégias em prol da luta pelo voto feminino no Brasil, recorrendo, de forma principal, à divulgação pública e uso articulado de relações pessoais nos círculos do poder como seus principais meios de atuação política. Conforme a autora, as lideranças da luta pelo sufrágio não tinham por objetivo uma mudança radical no sistema político nacional, nem na estrutura da sociedade, mas buscavam a inclusão da mulher nesse espaço. Argumentavam, ainda, que exercer direitos políticos não afastaria a mulher de suas funções domésticas, o que Soihet denomina enquanto um “feminismo tático”.

Ao longo das últimas décadas, diferentes estudos buscaram entrelaçar a luta das mulheres com a imprensa, observando como as mulheres e suas lutas são apresentadas na imprensa e no jornal selecionado. Realizamos um levantamento de trabalhos que envolvem essa temática e que se centraram em um recorte temporal

semelhante ao estudado. A dissertação de Kelly Cristina Nascimento (2006) analisa representações femininas na imprensa mineira entre 1873 e 1932, abordando temas como a educação feminina, normas de conduta e o voto feminino. Nascimento investiga como a imprensa mineira representou as mulheres entre o fim do século XIX e início do século XX, dando ênfase a como os papéis tradicionais femininos de submissão e pertencimento ao lar foram reforçados nesse meio.

Mônica Karawejczyk (2008) investigou 262 textos sobre o sufrágio feminino no jornal gaúcho *Correio do Povo* (1930–1934), destacando as formas de abordagem do tema. A pesquisadora enfatiza que o jornal trouxe a temática do sufrágio feminino com ambivalência, pois algumas reportagens demonstravam apoio à causa, outras apresentavam resistência, mas em todas as publicações são presentes argumentos enraizados sobre o papel da mulher e seu lugar na sociedade. Ivan Gomes Ferreira (2017) analisou como o jornal carioca *A Noite* tratou o debate legislativo sobre o voto feminino na década de 1920, incluindo a repercussão da conquista no Rio Grande do Norte, identificando em sua análise que o periódico enfatizou o papel de legisladores e magistrados e colocou a participação das mulheres e suas associações como coadjuvantes do processo.

No contexto nordestino, Larissa Almeida Custódio da Silva (2019) estudou os feminismos no Ceará a partir de uma ampla gama de periódicos entre 1900 e 1933, investigando temas como voto feminino, divórcio e emancipação econômica. A pesquisadora constatou que o feminismo no Ceará, nas primeiras décadas do século XX, foi uma ideia em contínua disputa e construção, com representações na imprensa e na sociedade de forma geral. Silva evidencia que, ao passo que algumas perspectivas apontavam o feminismo como desordem e a negação da feminilidade, outras, advindas de mulheres, buscavam apresentá-lo como “moderado”, “equilibrado” e “necessário”.

Já Lediane Araujo Pires Demetrio (2023) concentrou-se na oposição conservadora ao sufrágio feminino na imprensa paraense, por meio dos jornais *Folha do Norte*, *Estado do Pará* e *A Palavra*. Demetrio revela a importância da imprensa paraense na luta pelo voto feminino, que teve participação tanto das sufragistas quanto de opositores à ideia.

Lauriane Vasconcelos Braga Dias (2024) analisou as representações do movimento sufragista no jornal *O Estado de Minas*, de 1928 a 1932, destacando a ênfase dada pelo jornal a um feminismo branco, burguês e moderado, que reforçava os papéis

tradicionais de gênero. Dias concluiu que o jornal dava apoio à participação da mulher na política, quando associada à exaltação da maternidade, do lar e da moralidade.

Sarasvati Yakchini Zridevi Conceição (2012) investigou como a imprensa curitibana na década de 1920, fazendo uso dos periódicos *Diário da Tarde*, *Gazeta do Povo* e *O Dia*, propagou uma visão de mulher idealizada. As propagandas, conforme Conceição, eram os principais meios utilizados, reforçando discursos médicos e sanitaristas, que buscavam instruir as mulheres para os cuidados das crianças e da família.

Marcelo Melo da Silva (2013) investigou os movimentos feministas em Pernambuco, entre os anos de 1931 a 1934, tendo como principais fontes os periódicos o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal Pequeno* e documentações pessoais das líderes do movimento. Silva buscou caracterizar a luta feminista e indicar os principais nomes do movimento feminista no estado.

Como se observa, diversas pesquisas abordaram o voto feminino a partir de fontes jornalísticas, contribuindo para a compreensão de como a imprensa reagiu às demandas políticas das mulheres em diferentes contextos regionais. No entanto, ainda são escassos os estudos que exploram especificamente o periódico curitibano *O Dia*, sobretudo no que se refere à repercussão da conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte, em 1927. A presente pesquisa, portanto, busca preencher essa lacuna, ao analisar como o jornal *O Dia* passou a tratar o tema dos direitos políticos das mulheres a partir desse marco histórico.

Tendo em vista os aspectos metodológicos, adotamos uma abordagem qualitativa, abarcando diferentes gêneros discursivos que tratam do voto feminino, incluindo: charges, piadas, notícias e artigos. As publicações foram selecionadas pensando no recorte temporal e no recorte temático da pesquisa, expressando opiniões que discordam da conquista, visões sarcásticas ou, em menor escala, opiniões que chegavam a concordar e até defender o voto às mulheres. Essa divisão foi vista como válida e eficiente para demonstrar a diversidade e continuidades de discursos nas diferentes formas de publicações. Cada gênero discursivo mobiliza formas próprias de construir sentidos e produzir representações, evidenciando como distintas formas de textos contribuíram para uma idealização da mulher no jornal.

A dissertação foi elaborada em dois capítulos, visando a contextualização da fonte, da temática e análises categóricas dos textos e ilustrações do jornal. O primeiro capítulo busca, primeiramente, traçar um percurso histórico da imprensa no Brasil, e, após

esse momento, trazer aspectos acerca de Curitiba e das principais publicações que circularam na cidade. Objetiva descrever as características materiais e de circulação do jornal, assim como apresentar, por meio de exemplos de diferentes textos publicados na folha, a visão de mulher que, aparentemente, *O Dia* buscou consolidar na sociedade. Pensando nessa visão, que, conforme analisado, sugeria a mulher enquanto mãe, esposa e dona de casa, contrapõe-se com a bibliografia selecionada que explicita as diferentes composições familiares em que as mulheres se inseriram, tendo, diversas vezes, que serem provedoras de seus lares. Dessa forma, o enfoque ao voto feminino no Brasil se encontra no segundo capítulo.

O capítulo dois tem início sintetizando a história dos processos eleitorais no Brasil. O tópico seguinte dedica-se à história da conquista do voto feminino no Brasil e suas principais representantes, desde a Constituinte de 1891 até a efetiva aquisição do direito ao voto pelas mulheres em âmbito nacional, em 1932, trazendo detalhes sobre o Projeto de Justo Chermont e o pioneirismo do Rio Grande do Norte. A partir dessa narrativa, são trazidos os debates promovidos pelo jornal *O Dia* de outubro de 1927 a maio de 1928 sobre a conquista de direitos políticos pelas mulheres. As publicações analisadas foram divididas em diferentes tópicos, a partir do gênero discursivo a que pertencem: charges e piadas, notícias e artigos. Constatou-se que a maioria das publicações mostraram-se não favoráveis ao voto feminino e à inserção da mulher na política, apresentando argumentos que fazem a tentativa de reforçar os estereótipos de gênero no meio social.

Por fim, optamos pela inclusão como anexo da série de textos intitulada *Feminismo*, assinada por Jack Lino ao longo das edições do periódico, tendo em vista a relevância desses textos para uma maior compreensão dos discursos mobilizados pelo jornal sobre a emancipação feminina. A disponibilização integral desse conteúdo busca proporcionar um contato direto do leitor com a fonte analisada, assim como trazer transparência às análises do conjunto de textos de Jack Lino, sendo artigos com intensa crítica ao movimento feminista.

Sendo assim, a dissertação se propõe a investigar os debates sobre os direitos femininos no jornal *O Dia* tendo como ponto de partida a importante conquista das mulheres em terras potiguares. Ao analisar a imprensa curitibana, a conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte e a reação do jornal a esse avanço, pretende-se compreender as tensões e contradições presentes nos discursos veiculados pelo

periódico, evidenciando o papel da mídia na construção e disputa das narrativas sobre o feminismo e os direitos das mulheres naquele período.

2. CAPÍTULO 1: MULHER E IMPRENSA: O JORNAL O *DIA* E O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE CURITIBA NO INÍCIO DO SÉCULO 20

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA IMPRENSA NO BRASIL

A pesquisa volta-se para a um periódico na cidade de Curitiba na década de 1920, sendo fundamental compreender como a imprensa está se desenvolvendo nesse momento no Brasil de forma geral, pensando na Primeira República (1889-1930) e tendo como referência o Jornal *O Dia*, imerso nesse contexto e circulando na capital paranaense. É essencial voltar ao século anterior e trazer a história desse processo, buscando entender como a imprensa teve início de forma mais abrangente em nosso país e buscar contextualizar seu desenvolvimento até a década estudada.

Marcos Morel (2008), estudioso dos primeiros passos das obras impressas e publicações no Brasil, destaca que os impressos fabricados no país passaram a ser feitos de forma mais frequente a partir de 1808, com a chegada da Corte Portuguesa e com a criação da Impressão Régia. A Impressão Régia, como discorre a pesquisadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, teria passado a funcionar a partir do Decreto de 13 de maio de 1808 e designada à função de divulgação dos atos do Governo Português, que foi instalado no Rio de Janeiro.

O Decreto de 13 de maio de 1808, escrito por Rodrigo de Sousa Coutinho² (1755-1812), determinava que fossem impressos, de forma prioritária, as leis e os documentos diplomáticos emitidos por qualquer repartição do serviço real, bem como, caso não houvesse essa demanda, todas e quaisquer publicações. A Impressão Régia passou por muitos problemas de cunho financeiro, não devido à demanda de publicações, mas por conta de sua infraestrutura. Neves ressalta que, em 1821, a Impressão Régia teria recebido novos prelos vindos da Inglaterra e, em 1822, teria adquirido mais um nos Estados Unidos. Ainda assim, teria enfrentado dificuldades para atender ao número de publicações desses anos.

Um levantamento detalhado de sua produção mostra que, entre 1808 e 1820, o número de obras publicadas teria variado entre trinta e setenta por ano, mas, em 1821 e 1822, parece ter ocorrido um aumento expressivo, com mais de duzentas publicações anuais. Entre 1808 e 1822, a Impressão Régia teria publicado

² Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, atuante na monarquia portuguesa no Brasil até 1812 (Pombo, 2022).

majoritariamente documentos oficiais e administrativos, mas também passado a imprimir obras literárias, científicas e jurídicas, além de periódicos e folhetos políticos nos anos que antecederam a Independência.

A primeira tipografia de cunho particular teria surgido na Bahia, no ano de 1811, como aprimoramento de uma livraria, pertencente ao comerciante português Manuel António da Silva Serva (1761-1819), criador do primeiro jornal baiano, denominado *A Idade d'Ouro do Brasil* (1811–1823). No Rio de Janeiro, nos anos de 1821 e 1822, a Imprensa Régia não teria conseguido abarcar toda a demanda de produção daquele cenário e, com isso, teriam surgido tipografias particulares, com destaque à Oficina de Silva Porto & Companhia. Em seu primeiro ano, a tipografia teria publicado em torno de cinquenta e seis obras, destacando jornais de cunho político considerados mais radicais, como *A Malagueta* (1821-1822), *O Revérbero Constitucional Fluminense* (1821-1822) e *O Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823). O Rio de Janeiro, neste momento, era o centro político do país e teria concentrado as atividades tipográficas de maior relevância e circulação (Neves, 1994).

Contudo, os impressos não surgiram somente com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Morel (2008) relata que, anteriormente ao ano de 1808, teriam sido catalogadas mais de trezentas publicações de autoria brasileira, sendo livros, impressos anônimos que trazem relatos de festejos e acontecimentos, antologias, índices e outras formas de produção impressa. Conforme o autor, por muito tempo, houve debate dentre estudos historiográficos acerca da presença de prelos em Pernambuco, no século 17, durante a invasão holandesa, mas com tendência sempre à uma historiografia que negava a atividade no estado. O autor também exemplifica que, em torno de 1747, uma tipografia pertencente a Antonio Isidoro da Fonseca teria impresso quatro obras de pequeno porte no Rio de Janeiro, não tendo sucesso por conta do controle da Corôa portuguesa. Outro exemplo trazido por Morel, são tipografias que teriam sido implementadas por jesuítas no início do século 17 nas redondezas das Missões, que hoje é um território pertencente ao Paraguai e à Argentina.

Neves considera a oficina de Antonio Isidoro da Fonseca como marco da inserção da impressão no Brasil. A autora destaca que a duração da tipografia é efêmera, pois, no ano seguinte à publicação de um pequeno folheto relatando as celebrações pela chegada do novo bispo, além de alguns textos avulsos, uma ordem vinda de Lisboa teria determinado o fechamento da tipografia e a apreensão de seu material. A justificativa apresentada, segundo a autora, teria citado razões econômicas, justificando que os

custos no Brasil eram superiores aos do reino de Portugal, e razões jurídicas, pois as autorizações exigidas só poderiam ser concedidas pela censura portuguesa. Dessa forma, com o objetivo de evitar o constante envio e retorno de manuscritos e provas tipográficas entre Portugal e o Brasil colônia, teria sido considerado de maior vantagem realizar as impressões em Portugal e enviar ao Brasil, que parece ter postergado a criação de tipografias por parte da Corôa no Brasil até 1808, quando foi criada a Imprensa Régia (Neves, 1994).

Portanto, a imprensa periódica no Brasil não teria surgido em um contexto de “vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações de formas de transmissão já existentes” (Morel, 2008, p. 25). Na visão do autor, a circulação das palavras, seja oral, manuscrita ou impressa, parecia atravessar fronteiras sociais e alcançava diversos segmentos da sociedade que viriam a constituir o Brasil. Embora os letrados concentrassem o poder de produzir e acessar diretamente a imprensa, esse universo não se limitava exclusivamente a esse círculo, que era também constituído de contradições e diferenças (Morel, 2008).

Rafael Cardoso Denis (2000) aponta que os impressos estão entre as mercadorias cujo consumo teria se expandido ao longo do século XIX. Denis atribui esse crescimento ao aumento dos índices de alfabetização nos centros urbanos, ampliando o público leitor e, conseqüentemente, a demanda e o consumo de produtos impressos. Morel ressalta que no Brasil, ao final do século 19 e início do século 20, teria ocorrido significativo crescimento do público alfabetizado e o aumento do número de títulos e de tiragens de periódicos, fazendo com que a escrita impressa tivesse uma significativa importância nesse período, mesmo não atingindo toda a população.

Entendendo a imprensa como algo não restrito à elite, é relevante citar que “havia cruzamentos e intersecções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. [...] a leitura [...] não se limitava a uma atividade individual e privada, mas ostentava contornos coletivos.” (Morel, 2008, p. 39) Morel, nessa perspectiva, afirma que os consumidores da imprensa não seriam apenas leitores, mas, também, ouvintes e retransmissores desse conteúdo.

Jesús Martín-Barbero (1991), pensando a leitura muito além de uma prática individual e silenciosa, traz como exemplo a Literatura de Cordel, surgindo na Espanha no século XVII, teria buscado seus leitores nas ruas, assim como os periódicos. Segundo o autor, o nome Cordel é referente à maneira como eram expostos e vendidos, pois eram pendurados em um cordel na praça. Martín-Barbero destaca que continham

abaixo do título algumas linhas que apresentam um resumo do conteúdo e uma gravura, já explorando as imagens como motivadoras à leitura.

O pesquisador afirma que, mesmo que tratemos das aldeias mais remotas, estaria sempre presente alguém capaz de ler neste período. E, assim, ao anoitecer, quando os habitantes retornavam do trabalho no campo, juntavam-se para ouvir o habitante que lia em voz alta. Portanto, reitera

Se trata de una "lectura oral" o auditiva, muy distinta de la lectura silenciosa del letrado, tanto como los modos de difusión y adquisición de lo que se lee. Porque leer para los habitantes de la cultura oral es escuchar, pero esa escucha es sonora (Martín-Barbero, 1991, p. 115).

Assim, pensemos no jornal: não é possível dimensionar os consumidores e leitores de um determinado periódico mensurando somente o número de alfabetizados da localidade em que circula, pois a leitura não é somente silenciosa e isolada. Associado ao que traz o autor, a leitura pode ser comunitária, conjunta e oralizada. É importante ter em mente os índices de alfabetização, todavia, não é adequado resumir o consumo de determinada publicação a esses números.

Retomando a história da imprensa no Brasil, Ana Luiza Martins (2008), considerando o Segundo Reinado, que ocorreu de 1841 a 1889, afirma que a imprensa teria ocupado um novo espaço e uma nova forma de propagação, devido à expansão econômica trazida pelo café. O produto tinha uma crescente demanda externa e, como fator econômico, teria sido responsável por importantes conquistas técnicas, pelas quais o Brasil e a imprensa puderam conhecer significativas transformações. A imprensa também passou a ter contato com diferentes formas de inovações tecnológicas, como exemplifica Denis:

Além das novas tecnologias para a impressão de texto, outro fator decisivo para a expansão do mercado para produtos gráficos foram as evoluções importantíssimas no campo da reprodução de imagens. Ao uso secular da xilogravura - que havia ganhado uma nova popularidade no final do século 18 - vieram juntar-se a litografia (sobre pedra e sobre zinco) e a gravura em metal sobre chapas de aço, técnicas aperfeiçoadas para uso comercial e industrial durante o século 19. Pela primeira vez na história, tornava-se possível imprimir imagens em larga escala e a baixíssimo custo, e a difusão de gravuras e outros impressos a preços populares foi considerada por alguns contemporâneos pelo menos tão revolucionária no seu impacto social, senão mais, do que a própria invenção da imprensa (Denis, 2000, p. 44).

Nelson Werneck Sodré esclarece que, a partir da virada do século 19 para o 20, os pequenos periódicos, de caráter mais simples, acabam por ceder espaço "às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico

necessário ao exercício da sua função” (Sodré, 1999, p. 275). O autor explica que as esferas de produção e circulação teriam sido transformadas, modificando a relação dos jornais com os anunciantes, com leitores e com a política. Todo esse cenário, como aborda Sodré, pode ser associado à ascensão burguesa no país e às relações capitalistas, transformando o jornal em empresa capitalista, seja grande ou pequena. Os jornais de pequeno porte, de estrutura mais simplificada, deram vez às empresas jornalísticas, que possuíam os equipamentos gráficos requeridos para dominarem o espaço das publicações.

Tania Regina de Luca (2008) argumenta que, nesse período, jornais das principais capitais brasileiras teriam passado a utilizar máquinas modernizadas de composição mecânica, rotativas mais velozes, clichês em zinco, materiais que concentravam maior investimento e teriam revolucionado o processo de publicação de textos e imagens. A autora enfatiza que a transição para o Regime Republicano, que tinha como ideal propagar o letramento da população, teria sido marcado pelo fim do sistema escravocrata, o avanço da economia gerado pelo café, a expansão das ferrovias, juntamente a demais elementos que indicavam o início de uma industrialização no país. Essas transformações exigiam e tornavam viável a propagação da informação neste período. Maria de Lourdes Eleutério (2008) expõe que a Primeira República pareceu propiciar uma imprensa diversificada: a política ainda ganhava espaço, mas a urbanização trouxe a necessidade de se noticiar novos tópicos nas páginas dos periódicos.

Eleutério declara que as inovações também teriam tornado possível o aumento das tiragens, da qualidade das impressões e a diminuição do custo dos impressos. Três elementos formavam o tripé que sustentava o crescimento da empresa editorial: “[...] a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização, os incentivos à aquisição e/ou fabricação de papel” (Eleutério, 2008, p. 84). A pesquisadora também cita o telefone e o telégrafo como elementos que teriam servido de instrumentos para agilizar a transmissão de dados que compunham as redações dos jornais. De acordo com Sodré (1999), o jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, teria sido o primeiro a fazer uso do telégrafo no Brasil, no ano de 1895 e data deste mesmo ano os primeiros clichês, frutos de trabalho com zincografia, aumentando a produção em massa de jornais no Brasil.

Nas palavras de Tania Regina de Luca, a partir da década de 1910, métodos inéditos de impressão teriam tornado possível a inserção de cores nos

impressos, assim como inovações fotoquímicas teriam permitido a propagação de imagens fotográficas, o que teria deixado a leitura mais atraente ao seu público. A autora complementa que um grande número de inovações teriam adentrado o cotidiano, sendo visível por meio dos automóveis, bondes, máquinas fotográficas, máquinas de escrever, fonógrafos³ e, na década de 1920, o rádio. Portanto, a “eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração” (Luca, 2008, p. 150).

Tomando uma perspectiva mais restrita, voltamos o olhar à cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, buscando entender em que contexto o jornal *O Dia* surgiu e o seu lugar nesse espaço de significativas transformações ideológicas, sociais, econômicas, culturais e industriais. Já traçado o contexto da imprensa em que o jornal é fundado, no próximo tópico, buscamos situar a cidade de Curitiba, entendendo como era o espaço de circulação do jornal e como eram as organizações sociais na cidade, assim como traremos um levantamento dos principais jornais que circulavam na cidade.

2.2 A CIDADE DE CURITIBA

A província do Paraná foi emancipada em 19 de dezembro de 1853 e, como explica Cíntia Braga Carneiro (2013), teria sido fundada pelos donos das produções de erva-mate e pelos senhores dos Campos Gerais, que eram tropeiros e comerciantes de gado. No processo de ser desmembrada da Província de São Paulo, conforme a autora, elementos considerados identitários da comarca teriam sido utilizados para a criação do novo território, dando ênfase na “qualidade da terra, do clima e os seus produtos típicos, como erva mate e o pinheiro” (Carneiro, 2013, p. 64). A autora ressalta que havia a necessidade de infra-estrutura concomitantemente à preocupação da consolidação discursiva da recém criada comarca enquanto uma das unidades imperiais. Em consulta ao Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento e Economia Social), em 1920, período em que trabalhamos neste estudo, o Paraná, já então estado republicano, contava com 685.711 habitantes.

Curitiba foi instituída capital da província do Paraná em 1854, tendo em vista sua localização considerada mais central, em comparação à Guarapuava e

³ Aparelho que permite gravar sons e reproduzi-los.

Paranaguá, cidades também consideradas aptas a serem capitais da província. Curitiba ainda possuía uma infraestrutura precária e comércio ainda limitado. A imigração, inicialmente alemã, foi um fator que teria contribuído para a expansão da cidade e, ao fim do século XIX, a cidade já abrangia 93 comércios e vários outros serviços, como dentistas e alfaiates (Carneiro, 2013).

Nas palavras das pesquisadoras Máira de Souza Nunes e Regiane Regina Ribeiro (2025), a burguesia, a partir da segunda metade do século XIX, teria conseguido dar início a esse crescimento na capital do Paraná e, ainda, associar uma visão de prosperidade à cidade, englobando aspectos como a mudança arquitetônica, iluminação das vias públicas, o telégrafo e bondes. Ao iniciar o século XX, Curitiba se encontrava em um momento de grandes transformações. Carneiro salienta que estariam ocorrendo evidentes mudanças na cidade, buscando urbanização do espaço e objetivando o que era entendido como modernidade e progresso naquele momento.

Etelvina Maria de Castro Trindade (1996) exemplifica que novas ruas foram surgindo e sendo pavimentadas, novos edifícios foram construídos e fábricas se expandiram. Conforme a autora, o governo teria investido em serviços como higienização do centro da cidade fazendo uso de irrigação, limpezas públicas, instalação de esgotos, assim como em arborização e iluminação pública. Dessa forma, a cidade foi ganhando mais espaços como cafés, parques, praças e mais prédios escolares.

A cidade, então, teria ampliado as possibilidades de trabalho, os espaços públicos e áreas de lazer da capital. Trindade ressalta que moradias foram se espalhando, vistosos palacetes foram aparecendo pela cidade e as casas das famílias mais pobres comprimiam-se ao longo das vias, com portas que davam acesso direto à rua e com pouco conforto. Nesta organização, as ruas teriam sido protagonistas: onde as pessoas conversavam, crianças brincavam e, ao final da tarde, cadeiras tomavam o espaço. Carneiro aponta que, com a constante urbanização e juntamente a projetos que buscavam associar a imagem da cidade ao progresso industrial, estaria presente, conjuntamente ao discurso de prosperidade da cidade, a falta de empregos, a carência de moradias, doenças e, ainda, a violência policial.

Consultando dados do Ipardes, no ano de 1920, Curitiba tinha uma população aproximada de 78.986 pessoas, 11,52% da população do Paraná, sendo 48,46% mulheres, 51,64% homens na cidade e, pensando no processo de imigração ocorrido, 14,7% dessa população eram estrangeiros(as). A capital do Brasil era o Rio de Janeiro, que ocupou essa posição de 1763 a 1960 e tinha uma população de 1.157.873,

segundo o Recenseamento consultado. Desse número, 51,8% eram homens, 48,2% eram mulheres.

De acordo com o Recenseamento de 1920, que apresenta dados de todas as localidades do Brasil, foi possível calcular uma média proporcional de pessoas alfabetizadas em Curitiba, indicando que aproximadamente 60% da população da cidade saberia ler e escrever. Entre os alfabetizados, 64% eram homens, enquanto a análise de analfabetismo mostra que cerca de 45% das mulheres da capital paranaense não sabiam ler nem escrever, evidenciando uma diferença um número significativo de mulheres sem acesso à leitura e escrita.

Nesse contexto, a imprensa teria sido um dos setores que estava em intenso desenvolvimento. Diversos jornais, periódicos e revistas, utilizados pela intelectualidade paranaense para divulgar temas do dia a dia da cidade e expressar suas opiniões e ideias, teriam começado a incorporar novos elementos gráficos e tornaram-se veículos mais sofisticados. Isso incluía, por exemplo, o lançamento de revistas ilustradas (Carneiro, 2013).

Trindade (1996) salienta que a imprensa se desenvolveu e teria se tornado um lugar de embate dos pensamentos e ideologias presentes naquele momento na cidade. A Curitiba da Primeira República era um espaço com diferentes nacionalidades, diferentes crenças e formas de pensar. Conforme a autora, Idealistas republicanos, católicos conservadores, maçons e espíritas, pensadores favoráveis e contra à emancipação feminina competiam pela supremacia do pensamento urbano, protagonizando um intenso embate de ideias.

A autora destaca que dentre os variados temas que percorreram as discussões curitibanas nesse momento, a temática da mulher se mostrou presente, variando a cada corrente de pensamento e a cada visão de mulher. Intelectuais e educadores que possuíam uma orientação laica, pareciam almejar que a mulher seja “um ser moral”. Os católicos pareciam não divergir dessa visão, mas traziam mais rigor quanto ao que era proposto às mulheres.

O movimento feminista, como explica Trindade, teria sido semeado em Curitiba na virada para o século 20, despertando embates entre grupos com opiniões opostas. Nomes como Mariana Coelho (1857-1954) e Leonor Castellano (1899-1969) manifestaram ideias favoráveis ao movimento. Mariana Coelho, de acordo com Alexandra Padilha Bueno (2010), chegou ao Paraná no ano de 1893, vinda de Portugal, e teria se consolidado enquanto intelectual, feminista e educadora. Contribuiu para variados

periódicos da cidade, como o *Diário da Tarde* (1899-1983), e realizou a publicação de seis livros.

Nas palavras de Bueno, Coelho teria abordado em suas obras temáticas como feminismo, profissionalização da mulher, a busca por um ensino laico e outras questões pertinentes ao seu tempo. Sua campanha pelo sufrágio feminino teria considerado enquanto foco a modificação das leis para transformação da mulher em cidadã. Nas palavras de Bueno,

A luta pelo sufrágio foi o grande carro-chefe das reivindicações de Mariana Coelho por reclamar não apenas uma condição de igualdade e cidadania para a mulher, mas por conduzir a uma discussão sobre o próprio exercício do poder (Bueno, 2010, p. 77).

Trindade (1996), consultando ao Dicionário Bibliográfico do Paraná, informa que Leonor Castellano teria nascido em Curitiba em 1899. Era defensora da causa feminista no Paraná e publicava artigos em diferentes periódicos utilizando o pseudônimo de Flor D'Alisa. Lorena Zomer (2011) explica que Castellano teria assumido cargo na Secretaria da Fazenda do Paraná e, mais tarde, teria sido nomeada chefe de seção na área financeira, na mesma Secretaria. De acordo com a pesquisa de Zomer, Leonor, ao longo da década 1920, opinou em defesa da educação feminina de todas as camadas sociais, sendo umas das reivindicações que abriu caminhos para a emancipação da mulher ao longo da história.

Tanto Mariana Coelho como Leonor Castellano tinham seus pontos de vista publicados na imprensa paranaense do início do século 20, o que mostra como os ideais que defendiam a emancipação feminina circulavam na capital nesse momento e tinham representantes. A partir deste ponto, descrevemos como ocorreu o desenvolvimento da imprensa na capital paranaense e os principais periódicos que circularam na cidade até 1923, ano da fundação do jornal *O Dia*.

2.3 IMPRENSA CURITIBANA: PRINCIPAIS PERIÓDICOS QUE CIRCULARAM NA CAPITAL

Tendo como referência o compilado de 100 anos da imprensa paranaense de Oswaldo Pilotto (1976), de 1854 a 1954, citamos e exemplificamos os principais periódicos que circularam em Curitiba, buscando apresentar a dinâmica dessas publicações em seu meio de circulação. O primeiro periódico que circulou na cidade, sendo, também, o primeiro província do Paraná, foi fundado por Cândido Martins Lopes

(1803-1871) em 1º de abril de 1854, denominado *O Dezenove de Dezembro (1854-1890)*. Vale lembrar que 19 de dezembro é a emancipação da província do Paraná, em 1853. Em 1855, perderia o artigo do início e passou a ser denominado *Dezenove de Dezembro* (Pilotto, 1976).

A partir de 1857, outros folhetos jornalísticos começaram a surgir na capital, como *Jasmin*, em 1857, *Mascarado* em 1860, *O Constitucional* e *O Clarim*, em 1861, e *Imprensa Livre*, em 1867. Muitos outros nomes passaram a fomentar a imprensa curitibana e, com ideais e propósitos diferentes, os impressos teriam ganhado maior espaço de circulação na capital (Pilotto, 1976).

Buscando demonstrar a relação da recém fundada república com a imprensa, identificando como o novo regime teria lidado com a circulação de ideias na sociedade, é interessante citar o caso do encerramento das atividades do *Dezenove de Dezembro*. A folha fez sua última publicação no dia 09 de abril de 1890, após 36 anos de publicação, trazendo nas páginas da última edição o decreto publicado em 29 de março de 1890, que fazia valer o decreto nº 85-A de 23 de dezembro de 1889 para a imprensa (Pilotto, 1976)⁴. O Decreto 85-A, publicado em 23 de dezembro de 1889, por Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório, tinha por objetivo reprimir toda ação que fosse contrária ao regime republicano que estava se estabelecendo, fazendo uso de comissões militares para julgar crimes de conspiração⁵.

O decreto citado na página do jornal, nº 295, publicado em 29 de março de 1890, complementava o decreto nº 85-A, e teve por objetivo reprimir a disseminação de notícias falsas e boatos que fossem considerados alarmantes, buscando impedir ameaças à ordem pública, a estabilidade das instituições e a confiança do povo no novo regime republicano. Portanto, a imprensa ficou sujeita ao decreto nº 85-A⁶. A folha *Dezenove de Dezembro* se despediu expondo em sua primeira página o conteúdo do

⁴Oswaldo Pilotto indica ser o decreto de nº 88, mas, ao consultar a legislação, é possível concluir que se trata do decreto nº 85-A e pode ter sido equívoco do próprio jornal, pois o autor faz referência ao *Dezenove de Dezembro*, ou mesmo de Pilotto.

⁵BRASIL. Decreto nº 85-A, de 23 de dezembro de 1889. Crêa uma comissão militar para o julgamento dos crimes de conspiração contra a República e seu governo, applicando-lhe as penas militares de sedição. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 316, 1889. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezembro-1889-500792-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em: 22 jul. 2025.

⁶BRASIL. Decreto nº 295, de 29 de março de 1890. Sujeita ao regime do Decreto nº 85-A, de 23 de dezembro de 1889, todos aqueles que derem origem a falsas notícias e boatos alarmantes dentro ou fora do país, por qualquer meio de circulação. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, fasc. III, p. 499, 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1890-1899/decreto-295-29-marco-1890-500704-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em: 22 jul. 2025.

decreto nº 295, com uma explicação abaixo: “O *Dezenove de Dezembro* suspende temporariamente a sua publicação, até que se restabeleça a plena liberdade de imprensa” (Pilotto, 1994, p. 21). Seguindo a explicação de Pilotto, em 29 de abril do mesmo ano, surgiu *O Diário do Paraná*, fazendo uso das mesmas oficinas onde era produzido o *Dezenove* sob nova direção.

Nesse momento, surgem periódicos assumidamente porta-vozes dos ideais republicanos. Conforme o autor, no dia 24 de novembro de 1889, foi fundada a folha *O Quinze de Novembro*. O periódico trouxe em sua terceira página da décima nona edição, o retrato de Quintino Bocaiuva (1836-1912), juntamente a uma figura feminina, alegoria da República, representada como grata ao político, segurando uma coroa de louros. Ao pé do retrato de Bocaiuva, estão posicionados livros e pergaminhos, e ao fundo, há uma estrela brilhante e montanhas iluminadas, que parecem demonstrar um novo alvorecer, fazendo alusão, possivelmente, ao nascimento da República. Sodré (1994), ao tratar da entrada de Quintino Bocaiuva no Governo Provisório, enfatizava que a

Autêntica vocação para o jornalismo permitira a Quintino [...] impor-se nessa atividade [...] Republicano convicto, com os maiores e mais antigos serviços à causa do novo regime, em cuja propaganda se empenhara desde os tempos de estudante, e a cujos princípios ficou fiel ao longo de toda a sua existência, como político e como jornalista, a entrada de Quintino Bocaiuva para o primeiro ministério republicano era mais do que o reconhecimento de seus serviços e de seus méritos pessoais, porque era o reconhecimento da importância que a imprensa tivera no advento do novo regime. Ninguém a poderia representar melhor, realmente (Sodré, 1994, p. 251-252).

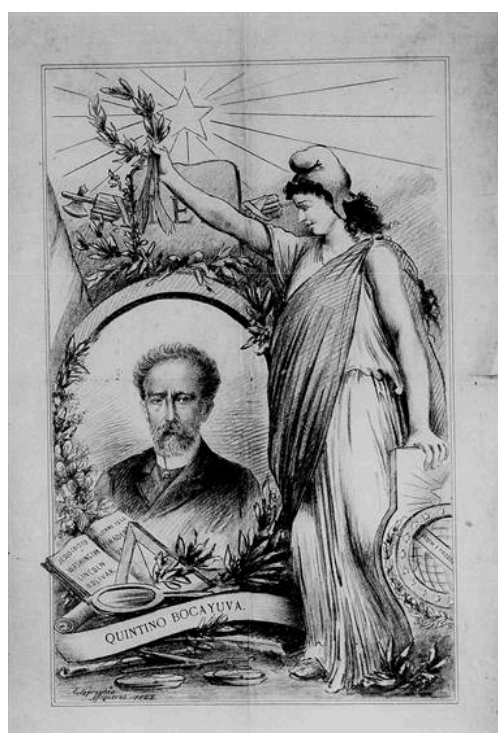


Figura 1: **Figura feminina como alegoria à república em homenagem a Quintino Bocaiúva.**
(Quinze de Novembro, 15 dez. 1889, p. 3)

Pilotto ressalta que, entre os anos de 1897 e 1898 surgiram, em Curitiba, em torno de trinta periódicos e, em 1899, ganhava destaque o surgimento do periódico com maior tempo de circulação, *Diário da Tarde*. Na primeira década do século 20, teria iniciado um movimento anticlerical, propondo a separação da Igreja Católica e a vida pública. Isso fez a imprensa se movimentar, tanto em prol como contra a questão: em 1901, surgiria *Electra* (1901- 1903), que se apresentava como “Orgam da Liga anti-clerical Paranaense” visando “arrancar a venda aos olhos do povo que vive iludido pelo clero” (*Electra, ago. 1901, capa*).

Em contrapartida, surgiriam folhas cristãs, como, por exemplo, *O Atalaia Cristão*, de cunho evangélico e *A Imaculada*, vinculada ao catolicismo. Em 1907, teria destaque o surgimento de *O Olho da Rua* (1907-1911), de cunho humorístico e com muitas ilustrações. Trazia em sua composição textos literários, produções artísticas, musicais, assim como críticas à política local (Pilotto, 1974).

Pilotto comenta que na década seguinte surgiu, em 1912, o periódico *Comércio do Paraná*, afirmando apoiar o desenvolvimento comercial do estado. Em 1913, foi criado *A Tribuna*, em 1914, *Diário da Manhã* e, em 1919, *A Gazeta do Povo*, dentre inúmeros outros jornais na capital do estado que foram fundados nesse período. No decênio de 1921 a 1930, o autor comenta sobre o surgimento de diversos novos integrantes da imprensa curitibana, mas destaca três periódicos “pelo papel que representaram como políticos, incorporando-se aos de circulação, cada um ao seu modo, analisando a vida administrativa e política do Estado e do Brasil” (Pilotto, 1976, p. 49). Os três periódicos mencionados são *O Dia*, em 1923, *Estado do Paraná*, em 1925, e *A Tarde*, no ano de 1928.

2.4 O JORNAL O DIA

Após percorrermos inúmeros nomes da imprensa curitibana, apresentamos algumas características do jornal *O Dia*, fonte e objeto de estudo deste trabalho. Tendo em mente o processo de transformações na história da imprensa, incorporando, cada vez mais, tecnologia na produção dos impressos, foi fundado o jornal

O Dia em 30 de janeiro de 1923. O jornal teve sede na Praça Carlos Gomes, número 21, na cidade de Curitiba e, surgindo nesse contexto de industrialização, foi o primeiro jornal do estado a ter clichéria⁷ própria (Pilotto, 1976).

Citando as pesquisas de Jaqueline dos Santos Rodrigues (2013) e Thaís Mannala (2021), seus fundadores foram David Carneiro (1870-1928) e Caio Machado (1885-1954), como afirmado anteriormente, e passou a circular em 1º de julho de 1923. Era um periódico que pareceu ter como objetivo obter independência, ter maior qualidade ao imprimir imagens e ilustrações em suas páginas diárias e, ainda, buscava se equiparar com periódicos dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro (Carneiro, 1975, *apud* Mannala, 2021).

O website Paraná Histórica traz um artigo que trata sobre a história da Praça Carlos Gomes, fazendo consulta a fontes históricas da cidade de Curitiba. A Praça, como mostrado pelo site, foi criada em 1896, fazendo homenagem ao Maestro Carlos Gomes (1836-1896), um compositor de ópera que teve atuação de destaque. Em 1903, teriam sido iniciadas as obras de saneamento e reorganização do espaço. Em torno da praça, começaram a surgir comércios, o que contribuiu para movimentar a área da cidade e, em 1925, a Praça recebeu o busto de Carlos Gomes. O jornal *O Dia*, em 16 de setembro de 1925, noticiou a inauguração do busto do maestro na primeira página, com a manchete “*A imponente comemoração ao 29º aniversário da morte do genial artista brasileiro*” descrevendo como seria a cerimônia de inauguração, prestando homenagens à Carlos Gomes e exaltando o gesto enquanto uma forma de glorificar “a memória, numa demonstração dignificante da cultura e do civismo da actualidade” (*O Dia*, 16 set. 1925, capa).

Citando a pesquisadora Larissa Guedes Busnardo (2021), a imagem de Carlos Gomes teria sido amplamente utilizada como símbolo nacional, tendo esculturas e retratos do compositor produzidos por outros artistas no país, buscando-se valorizar a identidade nacional. Portanto, a sede do jornal estava localizada em uma praça movimentada, com vários comércios e que representaria uma memória ao povo brasileiro, tendo, ainda, o busto de uma figura de destaque na história do Brasil.

Ao que foi possível observar no folheamento do jornal, *O Dia* tinha uma produção significativa e variedades tipográficas em suas páginas. As edições possuíam imagens em quase todas as páginas, sendo ilustrações, fotos, logos para propagandas. O

⁷ De acordo com o dicionário online Caldas Aulete, o termo clichéria refere-se à oficina onde eram produzidos clichês, que são placas de metal gravadas em relevo para serem impressos por prensas tipográficas.

jornal era produzido com fins comerciais, visando a venda de seus números ao público curitibano.

Contextualizando as figuras fundadoras do jornal, David Antonio da Silva Carneiro Junior teria sido grande representante da indústria ervateira, que possuía sua fábrica, herdada de sua família, na cidade de Curitiba. Na edição do dia 16 de maio de 1928, o jornal, noticiando seu falecimento, fez grande homenagem a ele, tratando de seu brilhantismo e destaque no ramo da produção de erva-mate (*O Dia*, 16 mai. 1928, capa). Era filho de David Antonio da Silva Carneiro e, curiosamente, o filho mais velho do fundador do jornal foi batizado da mesma forma, formando três gerações do nome David Carneiro. O terceiro David Carneiro se tornou engenheiro e historiador e trouxe relatos de seu pai em seus escritos (Machado, 2012). A partir de dados da homenagem póstuma feita pelo *O Dia*, o fundador do jornal teria atuado como deputado estadual de 1911 a 1913 e participado das últimas eleições anteriores à publicação em sua homenagem após seu falecimento, buscando o cargo de deputado federal.

Apareceu com destaque, também, na segunda edição de 1923, em uma carta direcionada ao *O Dia*, com suas palavras de presidente recém-eleito da Associação Comercial⁸. Na carta, prometia “trabalhar sem esmorecimentos, lutar sem medo na defesa dos interesses de que a Associação Commercial do Paraná é expoente” (*O Dia*, 3 jul. 1923, capa).

⁸ A Associação Comercial do Paraná foi criada em 1890 com o intuito de defender a classe comerciária. **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ – ACP**. Associação Comercial do Paraná: 134 anos ao lado do Empresário. Disponível em: <<https://acpr.com.br/historia/>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

100 Reis EDIÇÃO DA MANHÃ Terça-feira, 3 de Julho de 1923

A

Propriedade da Empresa Editora "O Dia", Ltda. CURITIBA

novas palavras do sr. David Carneiro ao "O Dia"

A reeleição do sr. Munhoz da Rocha e o sr. Washington Luis.

A respeito do nosso aparelhamento Palavras de estímulo do maior historiador Brasileiro.

Uma carta do Presidente de S. Paulo a respeito da sua atitude sobre o assunto.

Dr. Lauro Corrêa.

Prof. Rocha Pombo.

Washington Luis.

As comemorações do 2 de Julho em Curitiba









Figura 2: Primeira página do jornal O Dia, na segunda edição de 1923. Página estruturada em colunas, com uso de retratos e chamadas de destaque, sendo interessante observar a variedade de fontes tipográficas que compõem a página (O Dia, 3 jul. 1923, capa).

Sobre Caio Machado, no mês de lançamento do jornal, era o redator-chefe e, posteriormente, a partir do dia 07 de novembro do mesmo ano, o cabeçalho da capa do jornal passa a indicar Caio Machado como Diretor e Adalberto Nacar Correa como gerente.

Caio Machado era filho de Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907), influente político paranaense, que ocupou os cargos de Vice-presidente e presidente do Paraná nos períodos de 1893-1894 e 1904-1906. Caio Machado graduou-se em Ciência Política em Paris e no ano de 1908, quando já havia retornado ao Paraná, se torna deputado estadual, voltando a ocupar o cargo em 1934 (Rodrigues, 2013).

Além de deputado estadual, ocupou outros cargos públicos, conforme publicado no dia 15 de janeiro de 1910, na sessão de decretos oficiais do jornal

paranaense *A República* (1888-1930), em que Caio Machado foi nomeado pelo então presidente do estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva (1838-1922), como Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo Público:

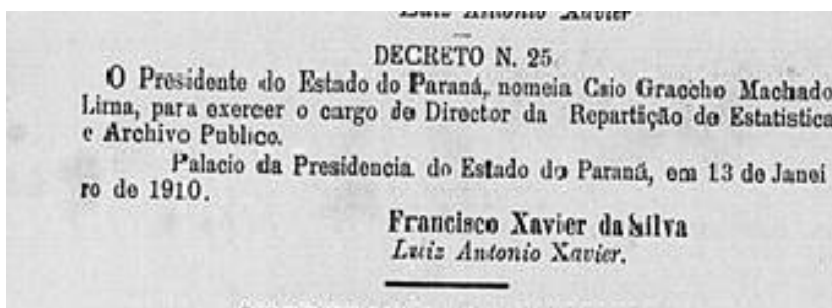


Figura 3: **Caio Machado nomeado Diretor da Repartição de Estatística e Archivo Publico** (*A República*, 15 jan. 1910, p. 2). Criado em 7 de abril de 1855, o Arquivo Público do Paraná nasceu como "Archivo Publico Paranaense", com a missão de preservar a memória histórica e geográfica do estado. Ao longo do tempo, acompanhou as transformações políticas e administrativas, ampliando suas funções e assumindo diferentes denominações, em 1909, passou a chamar-se "Repartição de Estatística e Arquivo Público do Paraná", subordinado à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública.⁹

N'O *Dia*, Caio Machado apareceu na capa do jornal como diretor até a edição 1115, de 22 de dezembro de 1926, assumindo o *Diário da Tarde* a partir de janeiro de 1927. O *Diário da Tarde* noticiou, em sua capa de 3 de janeiro de 1927, a nova equipe de direção do periódico, tendo Caio Machado como o novo diretor. Como explica Rodrigues (2013), era um jornalista que estava presente no campo político estadual, tendo como prática transparecer seus ideais por meio da mídia jornalística, assim como apoiar causas que considerava como nobres, como a inauguração de três postos de puericultura em Curitiba em 1940, garantindo, também, visibilidade social a sua profissão de jornalista.

⁹ PARANÁ. **Histórico do Arquivo Público do Paraná**. Disponível em: <<https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Historico-do-Arquivo-Publico-do-Parana#:~:text=Em%201909%2C%20estava%20subordinado%20%C3%A0.administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20e%20do%20cidad%C3%A3o>> Acesso em 04 dez. 2025.

A velha e a nova direcção do "Diário,,

Tendo a empresa do DIÁRIO DA TARDE passado para novos proprietários, deixou a direcção deste jornal o nosso brilhante collega dr. Generoso Borges, que, durante o longo periodo de dez annos, em-

sa, um cyclo luminoso de quasi trinta annos de lutas, e que são Estacio Correa, Reynaldo Machado, Celestino Junior, Euclides Bandeira, Alfredo Varella, Claudino dos Santos, Ercelino de Leão, Jayme Balbino, Arthur Obino, Ernesto de Oliveira, Hugo Simas e Ulisses Vieira.

Em substituição a esse eminente collega assumem hoje a direcção do DIÁRIO DA TARDE, Caio Machado e Clemente Ritz, nomes igualmente bastan-



Dr. Caio Machado

prestou a esta folha o fulgor de sua penna, uma das mais brilhantes e amestradas do nosso meio jornalístico. A sua passagem por este jornal veio, ainda uma vez, por á prova o



Dr. Generoso Borges.

te conhecidos no mundo intellectual de nossa terra, em cuja imprensa independente vêm ambos militando desde que, muito moços appareceram na vida litteraria do Paraná.

Adquirido por compra, este jornal pelos srs. Moyses Alves de Araujo Caio Machado, Clemente Ritz e Antonio Jorge Machado Lima, que irão organizar uma sociedade por quotas limitada, foi hoje assim organizada a sua redacção: — Director, dr. Caio Machado; Redactor principal, Clemente Ritz; Administrador, Moyses Correa Alves de Araujo e Agente commercial, J. B. Groff.

Farão ainda parte do corpo de redacção deste jornal, os srs. José Merhy, como redactor do movimento esportivo e o sr. Theodolindo Lima como chefe do serviço de reportagem.



Clemente Ritz

vigor de seu talento, que elle em nada desmereceu da todos os que têm moirado nesta ca-

Figura 4: “A velha e a nova direção do *Diário da Tarde*”.

Matéria publicada no jornal *Diário da Tarde* anunciando a mudança na direção do periódico, destacando o Dr. Caio Machado, Dr. Gustavo Borges e Clagramir Ritz (*Diário da Tarde*, 3 jan. 1927, capa).

A edição 1116 do jornal *O Dia* está sem a primeira página, portanto, não conseguimos averiguar se a última edição em que Caio Machado ocupou o cabeçalho como diretor foi realmente a 1115 ou se teria sido a 1116. Contudo, em 24 de dezembro de 1926, na edição 1117, o novo diretor é Julio César Hauer (1891-1958).

Júlio Hauer nasceu em Curitiba, estudou no Ginásio Paranaense e cursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exercendo vários cargos públicos na mesma cidade. Também trabalhou como colaborador em jornais como *Diário da Tarde*, *Olho da Rua* e vários outros periódicos e revistas de Curitiba (Mendes; Straube; Karam, 2013).

No período estudado, de outubro de 1927 a maio de 1928, estando Caio Machado na direção do *Diário da Tarde*, o diretor d'*O Dia* era Adalberto Nacar Correa, que assumiu a direção do jornal em 20 de setembro de 1927. A edição contém nota explicativa sobre a saída de Julio Hauer, que necessitou retornar ao Rio de Janeiro. Correa sempre esteve na gerência do jornal, desde o ano de sua fundação, como já citado anteriormente e comprovado pela edição de 16 de agosto de 1923, em que toda equipe do jornal foi apresentada aos leitores:

“[...] fazem parte da redacção e gerência do <<O Dia>> os srs. Caio Machado, redactor-chefe, Adalberto Nacar Correia, gerente, Joaquim de Castro, readactor-secretario, João Rodrigo de Freitas, Chichorro Netto, Geminiano Guimarães e João de Souza Ferreira, auxiliares de redacção e Pedro Eugenio de Freitas e Walfrido de Souza, auxiliares de gerencia [...]” (*O Dia*, 8 ago. 1923, p. 2).

Não foram encontrados muitos relatos biográficos acerca de Correa, mas, no próprio jornal, foram noticiadas algumas atualizações sobre o gerente da folha. Na edição de 24 de julho de 1923, apareceu sendo exonerado a pedido do cargo de “administrador da meza de rendas de Foz do Iguassu” (*O Dia*, 24 jul. 1923, p. 8). As Mesas de Renda eram órgãos de arrecadação e de fiscalização de regiões de fronteiras ou portos e, de acordo com o Decreto Nº 2.647, de 19 de setembro de 1860, competiam às Mesas de Renda:

§ 1º A arrecadação, ou recebimento do producto de quaesquer direitos, rendas, ou valores, pertencentes ás Alfandegas, na fórma da Legislação em vigor. § 2º O recebimento e guarda de todos os valores, que se mandarem recolher, ou se depositarem para qualquer fim em virtude de Lei, ou Ordem. § 3º O lançamento em carga ao Thesoureiro de todos os valores de qualquer origem que elle receber. § 4º A numeração de todos os despachos, e documentos de receita e despeza. § 5º A remessa ás Repartições competentes, nas precisas épocas, dos dinheiros e valores recebidos. § 6º O pagamento, e entrega de dinheiros e valores a seu cargo, á vista dos documentos e despachos de pagamento, ou despeza regularmente processada¹⁰ (Brasil, 1860).

Dessa forma, Adalberto Nacar Correa era funcionário público federal na Colônia Militar de Foz do Iguaçu e pediu exoneração do cargo. Quando Caio Machado retornou ao cabeçalho, na edição 2176, de 09 de fevereiro de 1931, ambos apareceram como diretores do jornal. Portanto, ao longo dos anos 1920, o jornal sofreu alterações em sua direção, sendo o cargo sempre ocupado por uma figura de relevância social e política.

Voltando ao ano de 1923, a edição inaugural de *O Dia*, publicada em 1º de julho, apresentou logo em sua primeira página a declaração que sintetizaria o projeto editorial do periódico:

¹⁰ **BRASIL.** Decreto nº 2.647, de 19 de setembro de 1860. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2647-19-setembro-1860-541038-publicacaooriginal-76756-pe.html>> Acesso em: 04 dez. 2025.

“Órgão orientador da opinião. *O Dia* quer figurar ao lado dos seus colegas de imprensa como elemento de ordem, sem que por isso se sinta inibido de manifestar, com inteiro desassombro e nítida compreensão das suas responsabilidades, a sua opinião sempre que repare necessário ou conveniente” (*O Dia*, 1 jul. 1923, capa).

José D’Assunção Barros (2023) afirma que os jornais colaboram na produção da história, pois os relatos que compõem as páginas dos periódicos chegam aos leitores enquanto um discurso que transparece a realidade. *O Dia* trouxe em sua primeira edição a afirmação de que teria compromisso com a verdade, buscando se consolidar enquanto um jornal de credibilidade. Em artigo assinado por David Carneiro, foram apresentadas as seguintes afirmações: “Hoje começa <<O DIA>> a sua carreira de jornal independente, trazendo no seu programa o compromisso de combater pela verdade e pela justiça, dentro da ordem.” Como é possível observar na figura 2, ao lado do nome do jornal, há uma mão que segura uma tocha, inferindo-se, por conta deste mesmo artigo, que representaria a luz da verdade, pois David Carneiro afirmou que a: “A imprensa deve ser a Luz da Verdade [...] que dissolve a máscara dourada de valores falsos [...]” (*O Dia*, 1 jul. 1923, p. 2).

Na terceira edição do mesmo ano, na página quatro, foi redigida uma matéria sobre comentários de outros jornalistas presentes na cidade de Curitiba sobre o surgimento do jornal. A matéria intitulou-se “Ainda o aparecimento do *O Dia*”, e trouxe considerações de algumas personalidades locais. Também foram transcritas palavras publicadas em outros periódicos circulantes na cidade naquele momento. *A República* apresentou as seguintes palavras sobre o surgimento de *O Dia*: “jornal de feição moderna, de excelente esthetica typografica e brilhantemente redigido”. *O Diário da Tarde* trouxe as seguintes afirmações: “*O Dia* nada promette, a não ser em favor da grandeza e prosperidade do Estado, apresentou-se como jornal independente. A sua feição material é symphatica, apresentando-se bem impresso [...]”. *A Gazeta do Povo* também elogiou o novo jornal e desejou “vida longa e gloriosa” (*O Dia*, 4 jul.1923, p. 4) .

Logo na capa da edição inaugural, o jornal parecia deixar explícito seu papel como formador de opinião. José D’Assunção Barros argumenta que o jornal, intencionalmente, age sobre a sociedade por meio de suas estratégias discursivas que se amparam no efeito de realidade, selecionando informações específicas para compor seu repertório, que, muitas vezes, ocultam interesses políticos e sociais. É importante termos em mente que “não há nada de neutro na mais simples escolha encaminhada pelo jornal acerca do *que* informar, de *quando* informar, de *como* informar” (Barros, 2022, p. 45).

O discurso presente no jornal, por ter um papel informativo, perpassa ao seu leitor um efeito de verdade e confiabilidade, estando amparado na possibilidade de convencer que seu conteúdo trata-se exclusivamente da realidade e é descrito com imparcialidade (Barros, 2023). Ainda na capa da edição inaugural, de 01 de julho de 1923, apareceu a afirmação: “Não ver homens, mas ver factos; não ver amigos, mas procurar a verdade e fazel-a brilhar [...]” (*O Dia*, 1 jul.1923, capa).

Tratando dos aspectos materiais das primeiras edições do jornal, é possível afirmar que *O Dia* era organizado em seções temáticas, divididas de acordo com o assunto a ser tratado e o grau de relevância dada à notícia pelo jornal na edição. Era publicado diariamente pela manhã e, até a edição 508, de 03 de março de 1925, custava 100 réis a unidade. A edição continha um comunicado em sua capa afirmando que, a partir do próximo número, passaria a custar 200 réis, por conta da constante alta do papel para impressão e dos materiais tipográficos. O jornal afirmou que foi uma atitude “a contra gosto” e logo que normalizem os preços dos materiais, os jornais voltariam ao preço anterior. Contudo, como observado ao longo das edições dos próximos anos, o preço se manteve em 200 réis¹¹.

Comparando com valores de outros serviços da época, por exemplo, para ir ao *Theatro Guayra*, famoso teatro de Curitiba, no ano de 1929, o valor era de 2\$000 réis, dez vezes o valor do jornal (*O Dia*, 19 jan. 1929, p. 6). A loja *Guerra* anunciava n’*O Dia* seus artigos de louça, cujos artigos com menor valor eram “canecas pequenas com ramos para café” (*O Dia*, 2 jul. 1930, p. 4), custando 300 réis cada uma. A loja era localizada na rua Riachuelo, área central da cidade de Curitiba e possuía diversos artigos em vestimentas, perfumaria, acolchoados e louças.

Comparamos, também, com os valores para ir ao cinema em janeiro de 1928, ao qual, no anúncio selecionado, foi dividido por idades. Os anúncios de filmes que estariam no cinema, juntamente a horários e preços, ganharam uma página inteira da edição. Devido à lei vigente a partir de 12 de outubro de 1927, sobre os menores de 14 anos não poderem entrar no cinema desacompanhados¹², foram oferecidas matinês de sessões corridas, que ocorriam das 14h às 16h e das 16h às 18 horas. Para adultos, os

¹¹ (*O Dia*, 03 mar. 1925, p. capa)

¹² Em 12 de outubro de 1927, é publicado o decreto 17.943, que consolida as medidas de assistência e proteção a menores e, uma delas, é a proibição da entrada de menores de 14 anos desacompanhados ao cinema e, em qualquer caso, proibida a entrada destes em sessões que terminem após às 20h. Essa medida gera repercussão no jornal, que traz a questão em diversos momentos. **BRASIL**, Decreto Nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm> Acesso em 28 dez. 2025.

preços para essas sessões eram de 1\$500, para as moças, 1\$000 e para as crianças, \$500 reis¹³.

Além de ser vendido de forma unitária, também era possível obter o jornal por meio de assinaturas, que podiam ser semestrais ou anuais. Para assinar o jornal semestralmente no Brasil, o preço era 20\$000 e, para o estrangeiro¹⁴, o preço era 50\$000. Já para assinar o jornal de forma anual, para o Brasil, 50\$000 e para o estrangeiro, 100\$000. Comparando com outras folhas de circulação na cidade no mesmo período, o *Diário da Tarde*, por exemplo, tinha sua assinatura anual custando 40\$000, a semestral 25\$000 e oferecia a opção de assinatura trimestral, que custava 15\$000, sendo valores mais acessíveis do que *O Dia*. No entanto, as edições avulsas do periódico também custavam 200 réis (*Diário da Tarde*, 3 jan. 1927, p. 2).

Buscando exemplificar os conteúdos presentes no periódico, apresentaremos uma edição completa em miniatura e algumas publicações do jornal. Primeiramente, trazemos a edição completa em miniatura do dia 20 de julho de 1923, a qual terá a capa exemplificada adiante, objetivando demonstrar como eram divididos e apresentados os conteúdos ao longo das páginas d'*O Dia*.



Figura 5: Edição de 20 de julho de 1923 em miniatura.

Sendo do mês de lançamento do jornal, demonstra como *O Dia* era organizado no início de sua circulação, buscando, ainda, se consolidar um jornal diário da capital do Paraná (*O Dia*, 20 jul. 1923).

¹³ (*O Dia*, 11 jan. 1928, p. 5)

¹⁴ O jornal não traz maiores explicações se o preço para o estrangeiro seria para fora do Brasil ou fora do Paraná, mas, pela separação dos preços entre Brasil e Estrangeiro, pode-se presumir que seria para outros países.

A edição representada acima trouxe em sua capa informações acerca da demografia da cidade do ano de 1900 ao ano de 1921, mostrando, de forma ilustrativa, o número de nascimentos, casamentos e mortes. Os dados foram fornecidos pelo Museu Paranaense e representados em um gráfico indicando que os nascimentos, casamentos e mortes foram aumentando ao longo dos anos, também demonstrando o crescimento populacional da cidade de Curitiba.

Na página 5, em que o assunto continuou, são trazidos dados dos primeiros quatro meses de 1923, informando que, em Curitiba, houve 1.313 nascimentos, 372 casamentos e 650 óbitos, dados relevantes para um jornal que iniciava sua trajetória na cidade e precisava de público leitor e consumidores.

100 Reis **EDIÇÃO DA MANHÃ** **N. 15-Sextá-feira, 20 de Julho de 1923**

O DIA

Na toalha a injunctiva, o dextero, a morte! Tem, o, modo EPITECTO.

A direcção da Escola de Farm., tomando em consideração o comentário por nós formulado, determina que seja imediatamente constituído mais um "quinhete" para entrar o accorde e agraphização das pessoas que deixarem oltros passagens.

Muito feligamos em verificar que os directores da nossa faculdade procuram attender ás necessidades e aconforto e as facilidades de que se meçam necessarias.

Si, Praça Carlos Ozaes CURITYBA Propriedade da Empresa Editora "O DIA", Ltda. CASA POSTAL, 303 TELEPHONE, 533 Ed. Tel. 61 DIA.

Notas demographicas
Um graphico interessante da vida em Curityba, no ultimo quarto de seculo

DEMOGRAPHIA DE CURITYBA
de 1900 a 1921

Nascimentos
Anos: 1900-1904, 1905-1909, 1910-1914, 1915-1921

Casamentos
Anos: 1900-1904, 1905-1909, 1910-1914, 1915-1921

Óbitos
Anos: 1900-1904, 1905-1909, 1910-1914, 1915-1921

(Graphico representando o aumento de nascimentos, casamentos e óbitos havidos em Curityba nos 4 ultimos lustros. (Ver noticas na 2.a pagina.)

Monsenhor Celso Tibere
Cincoentenario de sua ordenação sacerdotal

A vida do Monsenhor Celso tem transcorrido como, em geral, a dos sacerdotes mais modestos.

Nascido em 11 de Setembro de 1849, em Paraná, passou a sua infancia em Curitiba, onde estudou primarias letras na escola do professor João Baptista Brandão de Figueira, formando e depois o curso de Lyseo Secundario.

As festas que o clero e a sociedade letiva de Curitiba promoveram em sua honra, perante Monsenhor Celso le justifica o que tremulo Congo realista se comprou de entusiasmo e com elle rezae suas missas jubilar no mesmo altar onde E. Lima, ha 50 annos, a ambos confereo e promoz a fundação de uma carreira onde com tanta justiça veio ainda servindo a casa do Senhor.

A vida sacerdotal de Monsenhor Celso não tem sido destituida de proezas no edificado ecclesiastico. Antes de vir o Sacerdote de metropollis paranaense, antes puz, certo, iriam ambas, procurar a vestimenta, mas tres: Francisco, o mais velho, com 10 annos, Rogemans e Celso.

A ultima, que ainda não foi baptizada, o berço por cinco dias e teve o nome de sua mãe — Rosa.

O sr. Santo, como já dissemos, está muito abalado e amarelado, luctuosissimo e muito feo por perdido a sua fiel companheira e ficar só com seus filhos todos menores.

Referendo-se ao triste decurso de sua esposa, disse que segae amaldiçoada para iray sem seus filhinhos por lhe parecer que, ficando aqui, acabaria logo em dar-se um tiro em Anna Berger.

Revelação da criação de d. Rosa
Julia Foston, uma bonita moçoila, de seus 17 annos, filha de italiano, ha muito tempo se emprega de servir d. d. Rosa e a Condição por seu todos os seus habitos.

Nobis sempre que a sua padroeira era uma senhora bonita e boa, muito fiel no seu marido, a quem se affezava muito e a vida do sr. Santo.

D. Rosa era, em iray, muito amiga de uma mulher por nome Maria, que e viúva das suas padroeiras.

Esta mulher, que Julia sabia ver uma das confidencias de d. Rosa, veio tambem se trazer com sua padroeira, quando seguemos deparado a cidade.

Era viagem noturna e credunda que Maria de uma moçoila a sua padroeira a não parou curar medico, pois ella se levanta á casa de uma mulher, no Campo da Gallicia, já sobre os vespantes que fazem aquella zona ser conhecida veloz, e a havia de curar rapidamente.

Marcos um encontro com d. Rosa para a seguir, sua mãe chegou do almoço.

— E não tem que se sabe? —
— Não, mas não dá em que trouxa. (Continua no 2.a pagina.)

Faiseuse d'anges
ANDA A MORTE DE D. ROSA

Revelações da criação desta senhora. — O que nos contou o viúvo. — O advogado da "parteira".

O que nos contou da "morte" de Anna Berger, marido de Rosa Marcolli, de quem tivemos noticia de que se aborrecendo ao especifico polido, teve as chaves da casa, e a sua mulher, porem a administração da administração que precedia ao dia da morte, mandando por aquella parte em liberdade.

De 15 do corrente advoz a policia, que como já dissemos, na pessoa do delegado que preside ao inquerito, assim fez, sendo admittido interrogatorio, luita, e contrario, porem acontecendo de que Anna Berger foi boa a casadora da morte de d. Rosa Marcolli.

Os peritos legistas, examinando ao necrotico o cadaver de d. Rosa, notaram desde logo um choro interno de lyso. Apreto em a fôrma, mesmo entre os seus membros de referida casaria.

O fôdo, porem, não foi attingido, trazendo apressar um livro medico, pelo que foi recolhido de um viúvo que aliou.

A policia encontrou na apozu-mestrada de Chacarua, um thermometro, dois aparelhos de papel sem formula medica, uma caixa com a triquetra de odo preto e um viduo de pilulas de Aguiar, que, administrado em sua dose, é abortivo.

Foi tambem encontrada Anna Prado Torres em sua casa, foi soccorrida pela policia de Chacarua.

Lá encontraram uma senhora espanhola que era cliente da "chacara" de Aguiar.

Tambem uma archiva, Maria Brodetzka, residente no bairro que se converteo em chamar Campo da Gallicia, confizo nos confidencias de "chacara" d'agua treve filhinhos, mas, desce a seu viúvo a fôrma.

A testemunha Anna Prado Torres confizo a policia que a operadora fôza curativos em a fôrma, mesmo entre os seus membros de referida casaria.

Tudo o passado de Anna Berger a comparecer a policia.

Assi, não estão feitas elementares para a policia, com celebrante razão, representando a conversão da policia preventiva de "chacara" d'agua.

A sua policia preventiva era espartado, como uma coisa logica.

Pois não a policia a policia.

O que nos contou o viúvo de d. Rosa
Pela manhã de homem, mais uma vez nos dirigimos á casa da familia colidada de d. Rosa Marcolli, á rua Tibery.

Alli se achou hospedado o viúvo daquella indiana senhora, sr. Santo Marcolli, negociante estabelecido em iray.

Encontramos abalado e no luctuosissimo estado que já nos fez sentir e conhecemos o seguinte:

No domingo, á do corrente, sua mulher doente de se fez transportar para esta cidade em companhia de uma criada e dos seus filhinhos Jozito, Ceiza e o menino de idade.

Nesse dia tambem embarcou a sua viúva Anna Berger.

Esta proposta de sua senhora procurou aqui em Curitiba, o dr. João Candido, que já nos fez sentir e conhecemos o seguinte:

Ignora o sr. Santo Marcolli, que a sua mulher se embarcou de casa de sociedade e fôze procurar uma "chacara" de d. Rosa Marcolli.

D. Rosa sempre foi uma mulher honesta e fiel, trabalhadora e muito fiel ao marido, e ha muito tempo que se dedica a cuidar de sua familia.

Tudo o passado de Anna Berger a comparecer a policia.

Assi, não estão feitas elementares para a policia, com celebrante razão, representando a conversão da policia preventiva de "chacara" d'agua.

Figura 6: Primeira página do jornal O Dia, edição de 20 de julho de 1923. Apresenta um gráfico sobre a demografia de Curitiba no final do século XIX, acompanhado de matérias sobre temas sociais e de interesse público (O Dia, 20 jul. 1923, capa).

A páginas seguintes continuam notícias de assuntos variados como política e economia, tanto a nível local, nacional e internacional. Também se trazia notícias acerca de pessoas renomadas em Curitiba, acontecimentos locais diários, falecimentos, esportes e diversos outros assuntos, sempre com espaço para anúncios em praticamente todas as páginas que integravam cada edição. A página 2 da terceira edição do ano 1923 era denominada A Página do Dia, trazendo notícias de variadas temáticas, como as taxas cambiais, filmes exibidos nos cinemas da cidade, informações sobre o clima, noivados, falecimentos, aniversários, dentre outros variados assuntos.



Figura 7: A Página d'O Dia, edição de 4 de julho de 1923.

Mostra a seção "A Página d'O Dia", com colunas de variedades, anúncios comerciais e notas sobre a vida cotidiana em Curitiba (O Dia, 04 jul. 1923, p. 2).

Interessante considerar que, no período estudado, nos anos de 1927 e 1928, a página 2 era reservada a artigos assinados pelos colunistas que expressavam sua opinião nas páginas do jornal. Pensando, ainda, na composição de 1923, também havia espaço para literatura com uma narrativa que durava várias edições em um espaço

no final da página denominada *Folhetim d'O Dia*; o livro de Gaston Leroux¹⁵, por exemplo, *O Perfume da Dama de Negro*, de 1908, é narrado nessa coluna e dura cento e trinta e sete edições.

Figura 8: “Folhetim d’O Dia”.

Contém anúncios de alfaiatarias e empresas locais e a seção “Folhetim d’O Dia”, que trazia trechos de uma determinada obra selecionada ao longo das edições, até que se tivesse apresentado o livro todo ao público (*O Dia*, 1 jul.1923, p. 10).

Algumas edições continuam uma seção denominada *O Dia Feminino*, que afirmava ser direcionada às leitoras e tratava, de maneira mais recorrente, de moda e etiqueta. A edição de lançamento de 1923 vem com essa seção incorporada, com um texto que tratava sobre beijos na mão e como esse ato deveria ocorrer para ser considerado um ato de cavalheirismo. Também havia espaço para tratar do uso do monóculo feminino, considerado um acessório de luxo “feito com aro de ouro ou platina, e

¹⁵ Escritor francês que viveu o período de 1868 a 1927, autor da obra de sucesso *O Fantasma da Ópera* (1909).

portanto digno, pelo seu valor, de ser oferecido como presente de núpcias..." (O Dia, 1 jul.1923, p. 7).

Nesta edição, essa seção também é constituída pelo pensamento em relação à moda da época de uma artista e escritora francesa chamada Gabrielle Dorziat (1880–1979), que expõe sua opinião e críticas às vestimentas femininas. Cynthia Roncaglio (1994) afirma que as curitibanas no início do século 20 eram consumidoras aderentes às novidades da moda ditadas pela França.



Figura 9: "O Dia Feminino" Apresenta artigos sobre moda, comportamento feminino e etiqueta (O Dia, 1 jul.1923, p.7).

Nos anos que englobam o recorte temporal da pesquisa, o jornal não continha a seção O Dia Feminino, que está localizado na página 7 nesta edição de

lançamento, mas, quando incorporam a seção, nas demais edições, se encontrava na página 2. A edição de lançamento de 1923 foi composta por 24 páginas, um número bem maior que o número usual das demais edições, que eram 8.

Para comparar a configuração do jornal de 1927 ao período de seu lançamento, em 1923, apresentamos a edição em miniatura do dia 17 de novembro de 1927 e a capa da edição publicada em 25 de dezembro do mesmo ano. Na capa de 25 de dezembro, constam o nome do diretor-gerente, A. Nacar Correa, e o do redator-chefe, Rodrigo de Freitas. O preço, como mencionado anteriormente, havia aumentado para 200 réis. A capa também trouxe uma charge do personagem Chico Fumaça, criação de Alceu Chichorro (1896 - 1977), presente nas edições dos anos de 1926 a 1961 (Mannala, 2021). Outra diferença é o anúncio publicitário que ocupou espaço de destaque na parte inferior da página. A edição, por ser publicada no natal, trouxe o assunto por meio da charge de Chico Fumaça e pela imagem de Jesus Cristo na parte superior da página, que parecem demonstrar o caráter cristão do jornal.

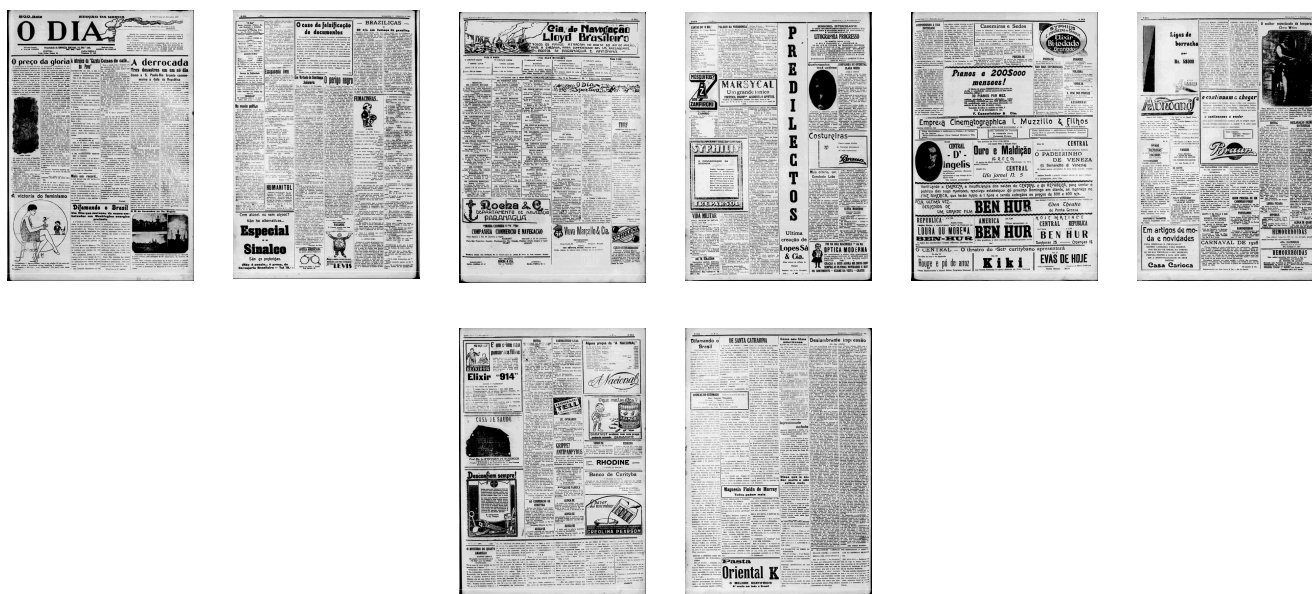


Figura 10: **Edição de 17 de novembro de 1927 em miniatura.** Com novo diretor e com as charges de Chico Fumaça, podemos notar as diferenças em comparação à edição de 1923.

300 Reis EDIÇÃO DA MANHÃ N. 1736, Domingo, 25 de Dez. 1927

O DIA

Não tenha a hesitação, a desconfiança, a morte; tem, sim, sendo ao modo. EPICTETO

Propriedade da EMPRESA EDITORA "O DIA" Ltda. Caixa Postal 1 Telephone No. 283

Redator-Chefe: ROBERTO DE FREITAS

Administrador: A. NACIM CORREIA Curitiba Praça Carlos Gomes, 21

Revista de Buenos Aires informa que o jornal "La Prensa" da capital brasileira tem um milhão de leitores. O "La Prensa" de Buenos Aires, grande órgão portenho, a maior, talvez, da América do Sul, tem uma circulação de mais de um milhão de leitores. O "La Prensa" de Curitiba, com sua tiragem de mais de um milhão de leitores, é o terceiro maior jornal do Brasil. O "La Prensa" de Curitiba, com sua tiragem de mais de um milhão de leitores, é o terceiro maior jornal do Brasil. O "La Prensa" de Curitiba, com sua tiragem de mais de um milhão de leitores, é o terceiro maior jornal do Brasil.

O pleito de hoje no Club Curitybano

Exercício hoje, no Club Curitybano, realizado pela noite para a noite de sua sessão diretiva. Essa sessão, que ocorreu no Club Curitybano, foi presidida pelo Sr. Carlos Pires. O Sr. Pires, em seu discurso, falou sobre a situação atual do Brasil e a importância do trabalho que se realiza no Club Curitybano. O Sr. Pires também falou sobre a importância do trabalho que se realiza no Club Curitybano.

Coisas de café...

Atencionalmente a todos os que se interessam em saber mais sobre o trabalho que se realiza no Club Curitybano, informamos que o trabalho que se realiza no Club Curitybano é de grande importância. O trabalho que se realiza no Club Curitybano é de grande importância. O trabalho que se realiza no Club Curitybano é de grande importância.

Entre a burocracia e o governo, estende-se um cordão policial

O Sr. Washington Aguiar, chefe de polícia, em seu discurso, falou sobre a situação atual do Brasil e a importância do trabalho que se realiza no Club Curitybano. O Sr. Aguiar também falou sobre a importância do trabalho que se realiza no Club Curitybano.

MIRESE AO ESPELHO

O Sr. Pires, em seu discurso, falou sobre a situação atual do Brasil e a importância do trabalho que se realiza no Club Curitybano. O Sr. Pires também falou sobre a importância do trabalho que se realiza no Club Curitybano.

LA PRENSA PERTECE A TODA A NAÇÃO

O Sr. Pires, em seu discurso, falou sobre a situação atual do Brasil e a importância do trabalho que se realiza no Club Curitybano. O Sr. Pires também falou sobre a importância do trabalho que se realiza no Club Curitybano.

LA PRENSA PERTECE A TODA A NAÇÃO

O Sr. Pires, em seu discurso, falou sobre a situação atual do Brasil e a importância do trabalho que se realiza no Club Curitybano. O Sr. Pires também falou sobre a importância do trabalho que se realiza no Club Curitybano.

Figura 11: Capa edição 1736, publicada em 25 de dezembro de 1927. A capa é composta por notícias, artigos, imagens e anúncios publicitários. Destacam-se a charge de Chico Fumaça, personagem constante nas capas desse período e a imagem de Jesus Cristo. (O Dia, 25 dez. 1927, capa).

Relevante retomar que, no ano de 1923, a página 2 do jornal era composta pela seção *A Página do Dia*, porém, em 1927 e 1928, a página 2 se mostrou um espaço de artigos opinativos sobre os acontecimentos políticos e sociais daquele momento, da coluna *Escapamento Livre*, que continha piadas sobre as atualidades da época e anúncios publicitários. É importante que tratemos dessa seção, pois foi um espaço onde a emancipação feminina foi bastante debatida e criticada pelos colonistas do jornal, que traziam suas opiniões conservadoras e ofensivas sobre a emancipação da mulher naquele período, como demonstramos adiante. Segue, também por motivo de

visões e imposições estavam distantes da realidade vivida pela população daquele período.

2.5 A DOMINAÇÃO MASCULINA E OS DISCURSOS TRAZIDOS PELO JORNAL O DIA

A Dominação Masculina, para Pierre Bourdieu (2002), ocorreria por diferentes práticas que dividem as funções do homem e da mulher no meio social, reservando a esfera pública, a soberania, espaços de poder ao homem e a esfera privada e espaços de menor prestígio às mulheres. O autor parte do pressuposto de que a sociedade, como é organizada e pensada, possui uma visão androcêntrica, tendo como ponto de referência e comparação sempre uma visão masculina.

Na visão de Bourdieu, as características de cada gênero seriam construídas buscando dividir e realçar diferenças entre os gêneros ditos enquanto opostos, fazendo ênfase a todas as visões culturalmente pertinentes a essa diferença. Essas divisões, como defende o autor, seriam inscritas socialmente nos corpos que promoveriam uma ordem masculina e poderiam ser observadas por meio das divisões sociais do trabalho, por exemplo, ou de rituais coletivos ou privados, que buscariam distanciar as mulheres das tarefas de maior prestígio social.

As pesquisadoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott trabalham com os discursos difundidos sobre o lugar da mulher na sociedade nas três primeiras décadas do século 20 e destacam o lugar reservado à mulher. Segundo as autoras, essas ideias partem da crença em uma “natureza feminina”, que destinaria biologicamente a mulher a esfera privada, atribuindo-lhe funções como “casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos do amanhã” (Maluf; Mott, 1998, p. 374). Bourdieu afirma que justamente a força da Dominação Masculina partiria “do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção naturalizada” (2002, p. 33).

Três instituições teriam função protagonista na reprodução da Dominação Masculina: A Família, a Igreja e a Escola, que teriam como ponto em comum atuar sobre estruturas inconscientes. É na Família que se inseriria o primeiro contato com a divisão sexual do trabalho e a representação legítima dessa diferenciação. A Igreja seria constituída por um clero disposto a condenar toda e qualquer falha feminina ao que julgam como decência e a transmitir uma visão patriarcal da família, sempre ressaltando a

inferioridade da mulher. A Igreja agiria nas estruturas históricas do inconsciente fazendo uso de textos sagrados, da liturgia e do tempo e do espaço devocional. A Escola transmitiria as premissas da representação do patriarcado nos diferentes cursos, disciplinas, especialidades, na forma como transmitem a maneira de ser e de representar as aptidões (Bourdieu, 2002).

Bourdieu, a partir desse compilado de instituições que afirma serem as principais na disseminação da Dominação Masculina, ressalta a função, também, do Estado, “que veio ratificar e reforçar as prescrições e proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica” (2002, p. 105).

Maluf e Mott destacam, também, o olhar atento dos intelectuais e da elite, que buscava impor uma determinada ordem social, tentando institucionalizar os relacionamentos, tendo em vista grupos socialmente marginalizados, como operários, mulheres pobres ou sós, negros e imigrantes. A maior parte da população não corresponderia à visão tradicional de família e grande parte das mulheres residiriam sem a presença de uma figura masculina ou com companheiros que não possuíam um trabalho fixo e, por conta disso, elas se dividiriam dentre os afazeres domésticos, o cuidado dos filhos e a busca por uma renda extra, trabalhando fora (Maluf; Mott, 1998).

A dissertação de Kelly Cristina Nascimento (2006) também constata que esse modelo instituído do papel da mulher enquanto reservada ao lar não se aplicaria às realidades brasileiras. Nascimento se refere ao século XIX, afirmando que as mulheres das classes mais baixas circulariam em espaços públicos, assim como os homens de sua classe, teriam renda própria e, como já citado, muitas vezes chefiariam famílias.

Tendo em vista os periódicos enquanto veículos de transmissão desses ideais na sociedade, Joana Maria Pedro (2004) escreve sobre os jornais do Sul no início do século 20, discutindo como os impressos pareciam transmitir uma forma de projeto civilizador, com intenção de moldar, por meio de normas de conduta, o comportamento de homens e mulheres de acordo com o que era considerado civilizado. A pesquisadora discorre sobre como os periódicos reproduziam o imaginário ocidental já presente na sociedade brasileira da época. As redações desses jornais eram compostas por homens que faziam parte dos órgãos políticos-administrativos da sociedade, sendo, simultaneamente, redatores e leitores dos jornais mais influentes das cidades (Pedro, 2004).

Etelvina Maria de Castro Trindade afirma que essa discussão ganha repercussão maior a partir da Proclamação da República, inspirada em ideias positivistas e, ainda, com forte influência da Igreja Católica. Como explica a autora, apesar de serem pensamentos de correntes diferentes e que traziam suas divergências, neste quesito, tanto o positivismo quanto o catolicismo trariam ideais em comum. Trindade reforça que a mãe, para o catolicismo, seria o alicerce da família cristã, sendo designada de forma divina à criação dos filhos. E a maternidade seria entendida como uma benção de Deus, que envolve dedicação, humildade e zelo. A instauração da República buscou reforçar a imagem materna enquanto núcleo familiar e foi considerada um fator determinante na ascensão dos filhos na sociedade e na pátria (Trindade, 1996).

Trindade enfatiza que a República positivista buscou transmitir ideais que não coíbiam a mulher de uma vida pública, mostrando incentivo a mulher para uma vida social e cultural, todavia, sem o comprometimento dos afazeres domésticos. O objetivo do incentivo à inclusão da mulher nos espaços públicos poderia ser associada à idealização do sexo feminino enquanto expressão de valores positivistas no meio social naquele momento, cobrando-lhe que influenciasse benéfica e moralmente esses meios, visando a construção de uma nação com bases concretas (Trindade, 1996). O papel feminino oscilaria, então, entre o interno e o externo de suas atribuições.

Joana Maria Pedro traz exemplos de periódicos curitibanos, como *O Diário da Tarde*, que, em 1926, divulgou o estereótipo de esposa ideal, sendo aquela que é compreensiva, dócil, alegre, cativante, que não fala mais que o necessário e que é econômica. De acordo com a autora, em incontáveis textos, presentes nos periódicos, abordavam-se as qualidades e defeitos da mulher, seja em forma de poema, comentários, piadas, sendo o sexo feminino valorizado ou criticado em suas virtudes que lhe idealizavam. A característica mais apontada e valorizada da mulher pela imprensa era a capacidade de ser mãe. O mesmo periódico, em 1908, apontava como base para uma sociedade perfeita as virtudes maternas da mulher, que abdicava de si para dedicar-se ao recém nascido filho (Pedro, 2004).

O Jornal *O Dia*, em sua primeira edição no ano de 1923, no canto inferior esquerdo da página 12, trouxe um anúncio publicitário de um remédio fortificante, que prometia curar a anemia e as diversas avarias causadas pela doença em todas as idades. Destacamos a forma como o anúncio publicitário dividiu as fases da vida: crianças, meninas, mães, homens e velhos. A mulher, em sua fase adulta, após deixar de ser menina, o que lhe esperava seria a maternidade. Ao homem, o remédio prometia vigor,

força e fortalecer as funções cerebrais. Às mulheres, prometia aumento do leite. Margareth Rago (1985) argumenta que o saber médico procuraria convencer as mulheres de que o papel materno atribuído a elas na educação dos filhos seria uma vocação natural e o amor materno seria inato, um sentimento puro e sagrado reservado ao sexo feminino.

VANADIOL

O vosso medico conhece o VANADIOL; perguntai a elle, o seu effeito.

Contém de uma fôrma perfeita e assimilavel, todos os agentes medicinaes que vencem e curam a Anemia. E' o fortificante mais completo, receitado diariamente pelos medicos mais eminentes que attestam o seu valor therapeutico nas doencas seguintes:

ANEMIA de diversos typos
 Rachitismo — Pallidez — Flôres brancas
 Tuberculose — Falta de Fome — Dôr de cabeça
 MAGREZA — Falta de energia — Cansaço cerebral

Para as Crianças:
 E' indispensavel no periodo do crescimento. Fortifica e desenvolve normalmente. Evita as doencas da infancia, facilitadas pela Anemia. Corrige a nutrição deficiente. Augmenta o appetite, engorda e desenvolve as côres.

Para as Meninas:
 No periodo da puberdade, é garantia contra desarranjos futuros.

Para as Mães:
 No periodo da gestação e da amamentação, é prodigioso, aumentando o leite.

Para os Homens:
 No periodo da vida intensa, augmenta o vigor e as forças. Evita a perda de energia. Conserva e activa as funções cerebraes. Descansa os nervos e repara as forças.

Aos Velhos:
 Evita a decadencia, reconstitue e fortifica o organismo, dá saude e vigor.

Insustituivel nas Convalescenças

OS RESULTADOS COLHIDOS SAO SEMPRE SUPERIORES EM TODAS AS EDADES. FORTIFICA, DESENVOLVE E EVITA A INVASAO DE MOLESTIAS CAUSADAS PELO ENFRAQUECIMENTO DO ORGANISMO.

Figura 13: Anúncio publicitário do remédio Vanadiol

Apresenta o produto Vanadiol como tratamento para anemia, fraqueza e outros males, destacando diferentes públicos-alvo (crianças, mulheres, homens e idosos) (O Dia, 1 jul.1923, p.12).

O anúncio do produto de limpeza *Bon Ami* apresentava uma mulher inteiramente ocupada de seus afazeres domésticos, fazendo todas as atividades pesadas e cansativas com sorriso no rosto. A mulher presente no anúncio respondia a todos os padrões estabelecidos ao sexo feminino naquele momento: esposa dedicada, com “bela aparência” e inteiramente envolvida às suas atividades domésticas.

Para vidros

Para latão e cobre

Para vidros e nickel

Para aluminio

Bon Ami

E SUAS INNUMERAS APLICAÇÕES

Sem duvida V. S. usa BON AMI, para limpar espelhos e vidraças — isto todos o fazem. Mas, muitas donas de casa descobriram varios outros modos de utilizar o seu "bom amigo."

BON AMI é inigualavel para a limpeza de banheiras e azulejos, para todor os utensilios de latão, cobre, nickel e aluminio, bem como para madeiras brancas esmaltadas.

Absorve rapidamente a gordura e sujeira dos tapetes de Linoleum e Congoleum.

E assim percorre todos os recantos da casa — tudo fica brilhando pelo toque magico do BON AMI.

Para sapatos brancos

Para Linoleum e Congoleum

Para espelhos

Para banheiras

Para esmalte branco

Unicos depositarios para o Brasil:
Telles Irmão & Cia.
 RUA FLORENCIO DE ABREU, 5 — S. PAULO

Figura 14: Anúncio publicitário do produto de limpeza Bon Ami

Propaganda apresentando as diversas aplicações do produto Bon Ami, indicado para limpeza de diferentes superfícies domésticas, como vidro, alumínio, esmalte e louça (O Dia, 8 jan.1927, p. 3).

Como citado na seção anterior, em algumas edições o jornal trazia incorporada a seção *O Dia Feminino* localizada, comumente, na página 2 da edição. A seção, além de tratar de moda e etiqueta, muitas vezes era composta por poemas, crônicas, algumas notícias e era anunciada na capa da edição anterior. Na edição do dia 17 de outubro de 1923, por exemplo, *O Dia Feminino* trazia ao centro da página, três mulheres que parecem representar a elite da sociedade curitibana, não tendo menções explicativas acerca das personalidades ao longo da edição. Entre os poemas, havia um artigo tratando da figura de Roberto Lyra (1902-1982) e, em seguida, um texto de sua autoria. Foi descrita, com muito entusiasmo, a trajetória acadêmica e profissional do jornalista até aquele determinado momento e ele foi colocado às leitoras como "um homem verdadeiramente raro nesses dias de *football* e de inercia mental" (O Dia, 17 out. 1923, p. 2).

Em seguida, após um retrato de Roberto Lyra, havia um artigo denominado *Mulheres*, de sua autoria, com o subtítulo "Especial para *O Dia*". O texto continha a seguinte frase inicial: "Ha mulheres, que conduzem o dom de attrahir e

prender” (*O Dia*, 17 out. 1923, p. 2). Lyra foi descrevendo ao longo de seu texto como seriam essas mulheres, que possuiriam não somente a beleza exterior, mas também “as nuances do temperamento do espírito” (*O Dia*, 17 out. 1923, p. 2), ou seja, inteligência, sensibilidade; “acentos da graça e do teatro” (*O Dia*, 17 out. 1923, p. 2) que seriam qualidades como elegância e educação. Roberto Lyra, cultuado como um homem ideal pelo jornal, descreveu em seu artigo como uma mulher ideal deveria ser e portar-se na sociedade.

Ao lado esquerdo da página, havia um artigo intitulado *O Feminismo de uma advogada*, abordando que, em seu centenário, o Instituto dos Advogados delegou aos seus membros a elaboração de proposições sobre a evolução jurídica no Brasil e coube à Myrthes de Campos (1875-1965), que possui um papel importante na luta das mulheres no Brasil, tratar sobre os direitos femininos. A partir de uma entrevista feita com a advogada, foram destacados alguns apontamentos feitos por Myrthes sobre os direitos da mulher, dando enfoque aos momentos em que a entrevistada trata sobre a emancipação feminina. São trazidos os argumentos de que os homens “de dignidade e pureza de sentimentos” (*O Dia*, 17 out. 1923, p. 2) não se posicionam contra reconhecer às mulheres seus direitos, porém, estas não deveriam abandonar seus “deveres mais altos e puros” (*O Dia*, 17 out. 1923, p. 2), referindo-se aos papéis tradicionais reservados ao sexo feminino. A luta pela emancipação das mulheres que abandonasse os valores tradicionais era colocada como uma luta com “espírito anárquico”, ou seja, não era bem vista.

De acordo com Margareth Rago, o movimento anarquista criticava o modelo de mulher construído pela elite burguesa de esposa, mãe e dona de casa. Tendo como uma das principais representantes a professora e escritora Maria Lacerda de Moura (1887-1945), o movimento propunha, de forma principal, a emancipação feminina desses padrões burgueses, o amor livre, onde fosse possível um relacionamento com uma pessoa de escolha autônoma. Propunha, ainda, a necessidade de instrução feminina e a participação ativa da mulher na luta contra o capitalismo. Como ressalta a autora:

Assim, a luta pela emancipação da mulher não passa pela reivindicação de aceder à esfera pública simplesmente, mas é primeiramente uma questão de ordem moral: trata-se da necessidade de libertar-se do modelo burguês que lhe é imposto e de construir uma nova figura negadora daquela forjada pela representação burguesa e masculina. A mulher não é apenas sentimento e passividade, daí a necessidade de instruir-se, de utilizar seu potencial intelectual na crítica ideológica das instituições e das mitologias religiosas e de lutar pela própria independência (Rago, 1985 p. 100).

Na parte central inferior da página, havia uma crônica denominada *Heine e as sovas de segundas-feiras*, do autor Gonzalez Fiol. Não foram encontrados registros biográficos do autor, podendo se tratar de um pseudônimo. No texto, Fiol parecia estar fazendo referência ao poeta romântico alemão Heinrich Heine (1797-1856), que trazia em sua literatura traços melancólicos, sarcásticos e críticos, mas o texto publicado no jornal por Fiol foi voltado ao humor.

A crônica iniciou da seguinte forma: “H. Heine surrava a amante todas as segundas-feiras. Não podia ser por menos.” (*O Dia*, 17 out. 1923, p. 2), parecendo banalizar a violência e a incorporar à rotina do casal, como algo corriqueiro. Logo em seguida, vem outro trecho que justificava a violência, citando características negativas da personagem: “Era bellissima, mas pouco inteligente e nada culta. Faltava-lhe doçura, como, a seu amante, paciência” (*O Dia*, 17 out. 1923, p. 2).

cargo de diretora e fez parte do Conselho Superior do Ensino Primário do Paraná (Araujo, 2010).

Na edição do dia 16 de abril de 1925, na quarta página, na seção *A Página do Dia*, foi publicado um artigo, não assinado, sobre a construção de um monumento à professora Julia Wanderley. O artigo descrevia as razões pelas quais o monumento deveria ser construído e o quinto porquê ressalta o feminismo “sadio” da professora:

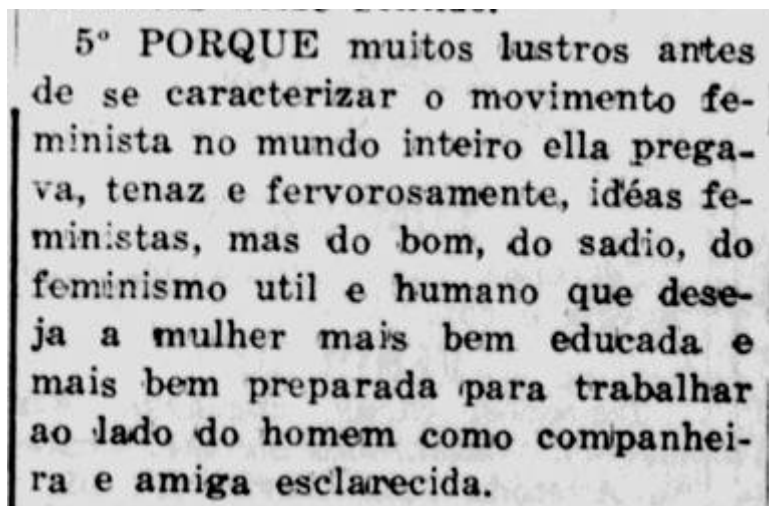


Figura 16: O monumento a d. Julia Wanderley

O texto é composto pelos porquês da necessidade de construção do monumento, sempre exaltando a professora e seu merecimento à referida homenagem. Os motivos são por ela ter sido a primeira mulher a se matricular na Escola Normal de Curitiba, ter tido notas excelentes, ter exercido com amor o magistério por tantos anos, por ter sido a melhor professora de seu tempo e várias outras razões (*O Dia*, 16 abr. 1925, p. 4).

No dia 21 de outubro do mesmo ano, o jornal trouxe, em sua segunda página, novamente uma homenagem à professora. A autoria do artigo é de Manuel Azevedo da Silveira Neto (1872-1942), poeta simbolista brasileiro, e não há resquícios de ter sido escrito exclusivamente para publicação do jornal. Silveira Neto, que também nasceu no Paraná, afirmou ter sido colega de Julia Wanderley na Escola Normal de Curitiba e trouxe elogios à professora. Ao tratar de Julia Wanderley, uma mulher que teve destaque em sua vida profissional e ocupava um lugar de renome na vida pública da cidade, Silveira Neto atribuiu-lhe características masculinas, dotando-a de um caráter de excepcionalidade entre as mulheres:

“Genio irrequieto, **energias masculas** nas resoluções, **alheimento ás garrices do mundo feminino**, decidida vocação para o estudo [...] inteligência clara e viva e nobreza de coração [...]. Se ao encorporar-se á materia para o ingresso no torvelinho humano, fosse dado ao seu espirito a escolha do sexo, **teria nascimento homem**, certamente (*O Dia*, 21 out.1925, p. 2) (Grifo nosso).

Na concepção de Pierre Bourdieu, o mundo social operaria à maneira de um mercado de bens simbólicos, que seriam formas de ter prestígio e ascensão social, subordinados a uma perspectiva masculina hegemônica. Ou seja, Bourdieu afirmava que ter destaque na sociedade seria ser visto a partir de um olhar masculino, enviesado por categorias tipicamente pertencentes ao sexo masculino que apareceriam quando uma atividade feminina fosse elogiada por ser “feminina” ou, por outro lado, “por não ser em nada feminina”, como caso de Julia Wanderley. Para o autor,

Ser “feminina” é essencialmente evitar todas as propriedades e práticas que podem funcionar como sinais de virilidade; e dizer de uma mulher de poder que ela é “muito feminina” não é mais que um modo particularmente sutil de negar-lhe qualquer direito a este atributo caracteristicamente masculino que é o poder (Bourdieu, 2002, p. 118).

O jornal, como foi apresentado, construiu sua narrativa em torno da imagem da mulher com anúncios publicitários, pelo *O Dia Feminino* e, também, trazendo figuras femininas que considerava relevantes ao longo de suas páginas. Para Roger Chartier:

“As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (Chartier, 2002, p. 17).

Dessa forma, *O Dia* buscou atuar por meio de práticas discursivas na construção de valores sociais que buscam moldar a imagem e atuação das mulheres na sociedade. Portanto, o jornal pareceu reforçar determinadas visões de gênero e disseminar papéis femininos que seriam socialmente aceitáveis, desse modo, buscando contribuir com a Violência Simbólica que atua por meio da Dominação Masculina no meio social.

Objetivando delimitar a temática do voto feminino, partimos, então, ao segundo capítulo, em que traçaremos a história da luta do voto feminino no Brasil e observaremos como o jornal reagiu e discutiu a temática, tendo como ponto de partida a conquista do voto feminino no estado do Rio Grande do Norte, em outubro de 1927.

3. CAPÍTULO 2: DEBATES SOBRE A EMANCIPAÇÃO DA MULHER NAS PÁGINAS D'O DIA A PARTIR DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE

3.1 REFORMAS ELEITORAIS BRASILEIRAS

A pesquisa se debruça sobre o voto feminino no Brasil e como as mulheres foram excluídas do escopo da cidadania no país, porém, cabe salientar que esse processo foi, também, excludente a vários outros segmentos da população. Felipe Azevedo e Souza (2020) evidencia que de 1881 até 1930, o Brasil teria obtido seus mais baixos índices de atuação eleitoral por parte da população, com o número de votantes oscilando entre 0.8% e de aproximadamente 5% da população total do país. O parlamento brasileiro, ao longo desse período, teria promovido reformas eleitorais que tornavam o alistamento eleitoral um processo dificultoso para a população.

Souza exemplifica sua argumentação a partir de dados do volume de participação eleitoral da população de 1873 a 1930. Em 1873, por exemplo, a quantidade de votantes teria sido em torno de 10,9% da população, já em 1894, esse número teria reduzido a 1,2%. Em 1873 as prerrogativas para ser um eleitor foram estabelecidas por meio da Constituição de 1824, que instituí

que as eleições para deputados, senadores e demais membros dos legislativos provinciais, deveriam ser realizadas de maneira indireta, criando assim dois graus de sufrágio: os votantes, que participavam das primárias, em que escolhiam os eleitores; e os eleitores que, por sua vez, participavam da segunda fase de eleições, em que votavam propriamente nos candidatos aos cargos políticos eletivos. Estavam sumariamente excluídos do processo escravos e mulheres. Em relação a critérios raciais, a legislação impunha barreiras aos libertos, que só tinham direito de participar da primeira fase de votação; nem podiam votar diretamente, nem eram elegíveis, portanto. Nem todos os homens livres e adultos estavam aptos a gozar dos direitos políticos, o principal critério de restrição que determinava a franquia de participação a este grupo era censitário; para tornar-se votante exigia-se o censo de 200\$000 réis anuais, o dobro era exigido para os eleitores que votavam na segunda fase (SOUZA, 2020, p. 7).

Vale ressaltar que os analfabetos, neste primeiro momento, não eram excluídos dos processos eleitorais. Souza argumenta que a Reforma de 1881, que teve por objetivo tornar as eleições diretas, teria causado a maior redução do eleitorado da história do Brasil. O autor destaca que essa Reforma, conhecida como Lei Saraiva, não trazia proibição direta do voto aos analfabetos, mas trouxe maior burocracia para o alistamento eleitoral, principalmente, na cláusula de comprovação de renda. A nova lei

trazia 31 artigos tratando da questão e teria excluído uma cláusula que, anteriormente, facilitaria a comprovação de renda, que poderia ser “presumida” pela junta de qualificação das mesas de votação. Portanto, diversos cidadãos que dispunham da renda necessária para serem eleitores não teriam conseguido obter as comprovações e, sobretudo, os analfabetos teriam sofrido maiores dificuldades em organizar a documentação exigida.

Esse processo rigoroso de comprovação de renda não teria sido aplicado a todos, dispensando o processo para variados cargos do funcionalismo público, portadores de diplomas científicos, clérigos de ordens sacras e jurados no Tribunal do Júri. A Lei Saraiva não teria proibido diretamente os analfabetos de votarem, mas sim, colocado empecilhos que dificultaram a atividade para os cidadãos com baixa escolaridade. A referida Lei, em seu Art. 8, trazia a afirmativa de que, após setembro de 1882, saber ler e escrever seria um requisito para o alistamento, mas os analfabetos que já possuíam o título poderiam continuar com o direito ao voto (Souza, 2020).

Souza salienta que dois anos após a instauração da República em 1889, uma nova Constituição foi decretada, com alterações nos códigos eleitorais que aboliam os critérios de comprovação de renda aos eleitores, mas ainda exigiam a alfabetização. Consequentemente, teria ocorrido um aumento significativo do eleitorado, mas ainda com níveis baixíssimos em relação à população total brasileira. Esse aumento do eleitorado teria sido mal visto pelos parlamentares e associado a fraudes no processo de alistamento dos eleitores, o que teria resultado em uma nova reforma eleitoral e, consequentemente, a diminuição do eleitorado mais uma vez.

A Constituição de 1891, na seção que tratava das qualidades do cidadão brasileiro, determinava o público apto a ser eleitor, por meio do Artigo 70:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 annos, que se alistarem na fôrma da lei.

§ 1.º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes, ou para as dos Estados:

1.º Os mendigos ;

2.º Os analphabetos ;

3.º As praças de pret, exceptuados os alumnos das escolas militares de ensino superior ;

4.º Os religiosos de ordens monasticas, companhias, congregações, ou communitades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediencia, regra, ou estatuto, que importe a renuncia da liberdade individual.

§ 2.º São inelegiveis os cidadãos não alistaveis.

Figura 18: **Artigo 70 da Constituição de 1892, que trata dos cidadãos aptos a serem eleitores no Brasil** (Brasil, 1891, p. 24).

Como explica Souza, os parlamentares teriam argumentado que muitas listas de eleitores no Brasil eram fraudadas e, com a reforma eleitoral ocorrida em 1904, foram instituídas novas autoridades para gerenciar o alistamento, assim como foram anulados todos os alistamentos eleitorais que haviam sido realizados até aquele momento. Foi proposto, portanto,

Um novo alistamento [...] iniciado do zero. Os milhares de votantes que quisessem manter seus direitos políticos deveriam ir presencialmente até às juntas de alistamento que funcionavam nas sedes dos municípios e solicitar seus títulos eleitorais novamente (Souza, 2020, p.18).

O resultado teria sido a intensa redução do público eleitoral nas eleições de 1906. Até o ano de 1912, aos poucos, o eleitorado brasileiro teve um breve crescimento que, novamente, foi interpretado pelo parlamento como indícios de fraudes no alistamento eleitoral. Entre os anos de 1913 e 1916, teria retornado a discussão dentre os parlamentares que seria necessária uma nova reforma eleitoral, a qual foi implementada, tornando mais rigoroso o processo de comprovação documental dos requisitos para se tornar eleitor. Dessa forma, as duas reformas citadas teriam ocorrido em momentos em que o eleitorado estava se expandindo, interrompendo esse processo e diminuindo a ampliação do sufrágio no Brasil (Souza, 2020).

A partir desse panorama, objetivamos descrever como os processos de alistamento eleitoral no Brasil parecem ter sido, de maneira geral, excludentes. Tendo essa perspectiva, passamos, então, à história da luta pelo sufrágio feminino no país e suas principais adeptas.

3.2 A LUTA DAS MULHERES NO BRASIL E A CONQUISTA DO VOTO

A luta das mulheres no Brasil possui distintos momentos e distintas personagens. June Edith Hahner, pesquisadora estadunidense, estudou a luta pelos direitos femininos no Brasil, da segunda metade do século 19 até a década de 1940, sendo sua contribuição fundamental à historiografia. Hahner (2003) trata de diversos pontos envolvendo a história das mulheres no Brasil, destacando a imprensa enquanto espaço de manifestação das reivindicações femininas, a mulher dentro das relações familiares, a educação superior e atividades empregatícias e, ainda, questões de cunho

político, como a abolição da escravatura e o direito ao voto.

Hahner apresenta reflexões sobre a segunda metade do século XIX, destacando que as primeiras mulheres a se sobressaírem na luta por direitos identificavam na educação o principal caminho para a emancipação feminina. Para elas, a instrução permitiria que as mulheres alcançassem posições mais prestigiadas na sociedade, defendendo uma formação integral que abrangesse tanto a esfera pública quanto a privada. No entanto, Hahner ressalta que a educação era regulamentada e amplamente discutida por homens. Por essa razão, os debates e decisões sobre o tema eram moldados pela visão masculina acerca do papel das mulheres na sociedade e das atividades consideradas adequadas a elas.

A autora, fazendo uso de dados dos Recenseamentos de 1872, 1890 e 1920 do Brasil, mostra as baixas taxas de mulheres alfabetizadas: em 1872, 11,5% das mulheres eram alfabetizadas no país, em 1890, 10,4% e em 1920, 19,9%. Esses números também não eram altos para os homens, porém, eram sempre mais altos do que em relação às mulheres, sendo em 1872, 19,8% do público masculino alfabetizado no Brasil, em 1890, 19,1% e, por fim, 28,9% em 1920. Portanto, a educação sempre foi um motivo de luta que tomava a frente dos movimentos feministas no Brasil, identificado enquanto um ponto importante para quê as mulheres de forma geral pudessem ter consciência de seus direitos.

O primeiro episódio que marcou a luta pelo voto feminino no Brasil teria sido a discussão e não aprovação da questão no Congresso Constituinte de 1891. Rachel Soihet (2006) esclarece que o voto poderia ter sido conquistado na Assembleia Constituinte de 1891, pois, neste momento, foi argumentado que as mulheres estariam incluídas na palavra “cidadãos” do artigo 70 da Constituição. Porém, os opositores ao voto feminino não priorizaram a questão jurídica e teriam apontado o direito das mulheres irem às urnas como um fator que destruiria a família brasileira, representando a mulher enquanto uma figura angelical que tutelaria o lar.

Ao concluir-se a Assembleia, o tema teria sido deixado com um fechamento impreciso e vago: não permitiu que fosse concedido o voto às mulheres, mas também não foi explicitado dentro do artigo 70 que o voto seria somente aos cidadãos do sexo masculino. Essa controvérsia impediu que fosse contestada de forma palpável a negação do voto às mulheres, pois, quando algumas se alistaram para votar, foram impedidas por discursos tradicionais que versavam sobre a moral familiar. Ainda, quando apontavam a Constituição enquanto impeditivo para manifestarem seus direitos políticos,

tiveram como resposta que o documento não as impedia de forma clara (Soihet, 2013).

Considerando esse duplo entendimento, Soihet (2013) traz exemplos de mulheres que se alistaram para votar e tiveram seus pedidos negados, como Myrthes de Campos, que teve seu requerimento indeferido, mas não abriu mão de lutar por esse direito. Myrthes de Campos, como aponta Hahner (2003), teria sido a primeira mulher a ingressar na nova escola de Direito no Rio de Janeiro na década de 80 do século XIX, em 1899, conseguiu defender seu primeiro cliente após profunda análise dos juristas, e, em 1906, foi a primeira mulher admitida no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil. Lembrando que ela é citada na edição de 17 de outubro de 1923 do jornal *O Dia*, na seção *O Dia Feminino*.

Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935) foi considerada a primeira mulher a requerer o direito de votar com um movimento organizado¹⁶. Em 1910, Leolinda, que também teve seu direito de votar negado, fundou o Partido Republicano Feminino, objetivando que a pauta do voto feminino retornasse ao Congresso. Uma passeata, organizada por Leolinda no Rio de Janeiro em 1917, reunindo 84 mulheres, pode ter influenciado o deputado Maurício Lacerda (1888-1959) a apresentar na Câmara um projeto que buscava tornar legítimo o voto às mulheres, porém, não chegaria a ser discutido pelos parlamentares (Soihet, 2013).

No mesmo ano, regressou ao Brasil a que foi considerada a principal figura do movimento sufragista brasileiro, Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), formada em Biologia pela Sorbonne, na França. Soihet (2013) destaca a participação de Bertha no concurso do Museu Nacional, em que foi aprovada em primeiro lugar e passou a ser a primeira mulher a atuar no serviço público brasileiro. A partir das pesquisas de Hahner (2003), Bertha nasceu em São Paulo, em 1894 e retornou ao Brasil em 1917, após ter passado sete anos estudando na Europa e, em 1920, criou um grupo de estudos denominado a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, juntamente à Maria Lacerda de Moura. Divergindo de June Hahner em um ano de diferença, Soihet informa ter sido criada a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher em 1919 e que tinha por intuito “fazer reconhecer os direitos da mulher e sua ampla participação na vida pública” (Soihet, 2013, p. 62).

¹⁶ Sobre a trajetória de Leolinda Daltro, ver: SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás – 1896 -1920). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2014. Disponível em: <<https://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4097>>, acesso em 16 fev. 2026.

Rachel Soihet esclarece que, para Bertha, apesar das múltiplas pautas em prol das mulheres em que esteve envolvida, a luta pelo voto era vista com prioridade, pois tinha por crença que o acesso aos direitos políticos eram base para obtenção de outras garantias às mulheres que fossem respaldadas pela lei. Considerando esse objetivo, como explica Hahner (2003), os intuítos de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura nem sempre eram os mesmos, pois, para Maria Lacerda de Moura, o acesso ao voto seria benéfico estritamente às mulheres das classes mais altas. A escritora tinha um posicionamento considerado mais radical para a época, se posicionando mais firmemente contra a Igreja, o capitalismo e tratando assuntos como a emancipação sexual da mulher, o que teria feito com que se afastasse gradualmente das organizações formais feministas (Hahner, 2003).

Glauca Fraccaro (2018), que teve como foco de sua pesquisa os direitos trabalhistas das mulheres de 1917 a 1937, argumenta que os marcos estabelecidos do feminismo brasileiro seriam restritos a ações das mulheres das camadas mais altas da sociedade naquele momento. A autora explica a divisão do movimento em “ondas” e o porquê das atuais divisões existentes, problematizando o conceito, assim como explicaremos adiante. Conforme Fraccaro, a primeira onda corresponderia ao marco da criação da FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, no ano de 1922. A pesquisadora enfatiza que esse movimento seria tratado pela historiografia como um “feminismo tático”, que lutava pelos direitos das mulheres, mas sem alterações nos direitos masculinos, buscando se inserir em instituições governamentais.

Soihet (2006) (2013), igualmente, vê em Bertha e na FBPF um “feminismo tático”, que se inseriu nos contextos os quais são convenientes, mas sem buscar trazer mudanças radicais no papel da mulher e, inclusive, descreviam a mulher enquanto mãe, esposa e acentuavam que a conquista de direitos políticos não aferia as responsabilidades dentro de seus lares. Hahner destaca que as feministas brasileiras tentavam, constantemente, desassociar sua imagem das femininas inglesas, consideradas um exemplo a não ser seguido, por serem “violentas e agressivas” (Hahner, 2003, p. 320).

Joana Maria Pedro e Carla Bassanezi Pinsky (2005) expõem que a Inglaterra, mesmo não sendo pioneira em conceder o voto às mulheres, teria adquirido relevância por conta do papel desempenhado de forma agressiva pelas associações feministas focadas na conquista do sufrágio eleitoral feminino. As autoras ressaltam que, no início do século 20, as mulheres inglesas envolvidas nessa luta teriam utilizado de

estratégias consideradas extremistas, como uso de bombas incendiárias, quebras de vidros, invasões de reuniões parlamentares. Em meio a essas atividades, teriam enfrentado a polícia e sido presas, repercutindo na imprensa.

Já no Brasil, a década de 1920 teria sido um período de intensos acontecimentos, como exemplifica Mônica Karawejczyk:

É nesta década que acontece no Brasil o crescimento do feminismo, as revoltas tenentistas e também a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, além da Semana de Arte Moderna [...] e a fundação do Partido Comunista. Momento também em que o descontentamento com a “política dos governadores”, praticada durante toda a Primeira República, se agrava (2008, p. 53).

Em meio a essas transformações, a luta sufragista ganhou força. No ano de 1922, como traz Soihet (2013), Bertha Lutz participou da Primeira Conferência Interamericana de Mulheres em Baltimore, nos Estados Unidos e, a partir desse evento, o feminismo brasileiro passou a ser próximo do feminismo estadunidense, tendo ligação com a NAWSA - *National American Woman's Suffrage Association* (Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino Americano). Nessa oportunidade, como esclarece a autora, as representantes latino-americanas presentes no congresso instituíram a Associação Pan-Americana de Mulheres, elegendo Bertha para ser a vice-presidente e decidindo que “em cada país latino-americano, haveria uma Associação Nacional, subdividida em associações estaduais, de acordo com a Constituição dos referidos países” (Soihet, 2013, p. 64).

Foi criada, então, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e, como explica Hahner (2003), o que era a Liga pela Emancipação da Mulher, um grupo local, tornou-se uma fundamentada organização associada à Aliança Sufragista Feminina Internacional. Bertha, estando à frente da Federação, teria consultado a estadunidense Carrie Chapman Catt (1859-1947), presidente da NAWSA, para elaborar o estatuto da FBPF, que trazia os seguintes objetivos:

promover a educação feminina e elevar o nível de sua formação escolar; proteger mães e crianças; conquistar uma legislação trabalhista para a mulher, expandir sua consciência política e social; assegurar os direitos políticos garantidos à mulher pela constituição e instruí-la no exercício inteligente desses direitos; fortalecer os elos de amizade com outros países americanos, assim como garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no hemisfério ocidental (Hahner, 2003, p. 299).

A criação de uma organização que tinha como objetivos tornar cada vez mais palpável os direitos das mulheres foi um passo de extrema relevância para o movimento feminista no Brasil. Mas é indispensável localizar na sociedade de meados do século 20 a posição que as mulheres que faziam parte desse movimento ocupavam.

Bertha Lutz, como já dito anteriormente, voltou ao Brasil depois de sete anos estudando na Europa. Formada em Biologia pela Sorbonne, era filha de Adolfo Lutz, um médico prestigiado no Brasil, e Amy Fowler, ex-enfermeira inglesa (Hahner, 2003). Portanto, Bertha foi uma mulher bem instruída, com recursos para alcançar uma educação superior de prestígio, diferentemente da maioria da população naquele momento no país.

Mulheres como Myrthes de Campos, Carmem Portinho (1903-2001), engenheira e urbanista, e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora renomada, faziam parte da Federação. Como informa Hahner, no ano de sua fundação, em 1922, 70% das mulheres que teriam ingressado na organização possuíam uma profissão¹⁷ e a maioria não possuía ensino superior. A autora afirma que, dentre as associadas da FBPF, parecia haver um grupo diversificado, dentre datilógrafas, encadernadoras, professoras de escola primária, entre outras profissões, porém, nenhuma operária seria integrada à federação. Hahner exemplifica que os congressos realizados pela organização, onde eram trazidos assuntos como a pobreza, condições de trabalho e licença maternidade, ocorriam em lugares com acesso dificultoso, o que resultou em pouquíssimas mulheres operárias conseguirem participar de tais reuniões.

Hahner esclarece que as mulheres das classes média e alta pareciam ter um olhar mais atento aos benefícios advindos da conquista do voto, pois tinham contato com o exercício do direito pelos homens de sua classe. Contudo, as mulheres das camadas mais baixas pareciam não ter o mesmo campo de visão, pois, o voto sendo restrito aos alfabetizados, os homens sem instrução não exerciam o direito e estes que teriam feito parte de seu convívio. Portanto, as mulheres das camadas mais pobres, pareciam carecer de instrução e, até mesmo, de tempo, para entrar ativamente na luta pelos direitos das mulheres.

A luta pelo voto, se tornando o foco principal das atividades da FBPF na década de 1920, teria sido realizada com uma campanha eficiente e muito bem difundida e as feministas brasileiras alcançaram seu objetivo principal dez anos após a criação da Federação, em 1932. Bertha e a FBPF fizeram da imprensa e de conexões dentro da esfera governamental poderosas ferramentas políticas, ao mesmo tempo em que cresciam cada vez mais as adeptas ao feminismo em todo o Brasil. As representantes do movimento utilizavam amplamente a imprensa, concedendo entrevistas e publicando textos em defesa do sufrágio feminino, sempre argumentando e buscando convencer a

¹⁷ De acordo com Hahner (2003), esse número é variável, pois não era obrigatório informar se possuía ou não uma profissão para ingressar na Federação.

opinião pública sobre a importância da participação da mulher na política (Hahner, 2003).

Até a almejada conquista em 1932, houve outros momentos que marcaram a história do voto feminino no Brasil, como a tramitação do projeto de Justo Chermont no Senado ao longo da década de 1920 e a conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte, em 1927.

3.2.1 O projeto de Justo Chermont

O trabalho de João Batista Cascudo Rodrigues (1982), pesquisador potiguar, nos apresenta que a proposta pelo sufrágio feminino já havia sido apresentada anteriormente: pela primeira vez em 1917, pelo deputado Maurício Lacerda na Câmara, e em 1919, pelo senador Justo Chermont (1857-1926) no Senado, após duas mulheres terem sido impedidas de se alistar como eleitoras em 1916.

June Hahner (2003) ressalta a intensa atuação das sufragistas nesse momento, que utilizavam a imprensa e seus contatos políticos para pressionar, concentrando esforços no Congresso Nacional. Segundo a autora, nenhum projeto referente ao voto feminino havia avançado além da primeira leitura e eram necessárias três para sua aprovação. O projeto apresentado em 1917 pelo deputado Maurício Lacerda à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Baixa, conforme Hahner, não passou por qualquer discussão.

De acordo com Rodrigues (1982), o projeto nº 102 apresentado ao Senado Federal em 1919, por autoria do senador Justo Chermont, que era representante do estado do Pará, defendia a capacidade eleitoral para as mulheres maiores de 21 anos. Segundo Hahner, Chermont argumentava que o Brasil deveria seguir o exemplo dos países que já haviam assegurado a igualdade de direitos às mulheres, buscando corrigir os erros do passado, uma vez que as mulheres brasileiras já haviam demonstrado amplamente suas competências e aptidões. O projeto, conforme Rodrigues, foi entregue em 17 de dezembro de 1919 à Comissão de Constituição e Diplomacia que, dois anos depois, em 14 de maio de 1921, emitiu parecer favorável. Em seguida, foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça, demorando mais seis anos até que uma proposta de emenda substitutiva fosse apresentada pelo senador Aristides Rocha (1882-1950), em 12 de novembro de 1927, após o voto feminino ser instituído no Rio Grande do Norte.

A histórica sessão de 12 de novembro de 1927, ocorreu da seguinte forma, nas palavras de Rodrigues:

Após um debate inicial entre o Senador Tomás Rodrigues e o relator do projeto, na comissão, Senador Aristides Rocha, o substitutivo de autoria deste último era aprovado por cinco votos contra dois. A favor dos termos da nova proposição manifestaram-se os Senadores Antônio Massa, Fernandes Lima, Antônio Moniz, Aristides Rocha e Adolfo Gordo, este último como Presidente da Comissão e seu membro igualmente votante. Do outro lado, o Senador Cunha Machado, que pedira vista, a fim de elaborar o seu voto em separado, admitindo no seu pronunciamento final, a força vitoriosa da parte contrária (Rodrigues, 1982, p. 55).

O substitutivo de Aristides Rocha afirmava, como explica o autor, que poderiam votar e ser votadas não existindo a distinção de sexo, todos os cidadãos brasileiros que obtiverem os requisitos da Constituição Federal e das leis eleitorais em vigor naquele momento. Apesar do andamento parecer ter sido favorável à aprovação do voto feminino, o projeto de Justo Chermont não se transformou em Lei. Contudo, Rodrigues ressalta que foram reconhecidos os méritos à Aristides Rocha pelo substitutivo aprovado, o qual teve contribuição de Juvenal Lamartine, representante do Rio Grande do Norte.

3.2.2 O pioneirismo do Rio Grande do Norte, as eleições abril de 1928 e a conquista do voto feminino em nível nacional

O primeiro estado brasileiro a ser espaço de conquista do voto feminino no Brasil é o Rio Grande do Norte. Rachel Soihet (2013), explicando esse processo, afirma que, com a candidatura e eleição do senador Juvenal Lamartine, a campanha pelo voto feminino tomou maior propulsão, sendo um dos políticos adesos à causa feminista. Conforme João Batista Cascudo Rodrigues (1982), anteriormente à posse do cargo, Lamartine teria promovido as mudanças necessárias no código eleitoral do estado, solicitando a José Augusto Bezerra, que era o então presidente potiguar, a inserção do art. 77 no Código Eleitoral estadual. O artigo promovia o direito de votar e ser votado aos cidadãos que atendessem aos requisitos legais, independentemente do sexo, que se concretizou com a promulgação da Lei nº 660, em 25 de outubro de 1927.

Rodrigues traz relevante depoimento de Lamartine, presente no jornal *Tribuna do Norte* (1950-1987), de Natal, que relata quando foi procurado pelas líderes sufragistas:

“Em 1926, éramos deputado federal e membro da Comissão de Constituição e

Justiça da Câmara, quando fomos procurados por uma comissão de senhoras, no Rio de Janeiro, à frente da qual estavam a Dra. Bertha Lutz, Dona Jerônima de Mesquita, as poetisas Dona Maria Amélia Carneiro de Mendonça e Dona Maria Eugênia Celsa, que desejavam saber a nossa opinião sobre o voto feminino, porque ia ser apresentado, na Câmara, um projeto concedendo esse direito à mulher brasileira. Respondemos imediatamente que éramos favorável, porque não encontrávamos na Constituição Federal nenhum artigo proibindo essa concessão e que não podia se restringir o direito por simples interpretação. Dias depois, foi apresentado o projeto, que nos foi distribuído. Elaboramos um grande parecer favorável à concessão do voto à mulher, parecer este que foi a plenário e passou em primeira discussão, tendo tomado parte nos debates, em favor do projeto, o então deputado e emérito constitucionista Adolfo Gordo” (Rodrigues, 1982, p. 58).

A fala de Lamartine explica como foi procurado pelas sufragistas e como parece ter participado da elaboração da emenda apresentada por Aristides Rocha em 12 de novembro de 1927. Essa procura por Lamartine pelas sufragistas parece ter sido motivada pela fala do senador Lauro Müller, o qual afirmou que bastava que “um presidente de estado furasse a cerca e os outros iriam atrás” (Rodrigues, 1982, p. 63). Ou seja, o voto feminino somente teria avanço no senado a partir do momento que um dos estados tomasse a frente e concedesse direitos políticos às mulheres.

Rodrigues ressalta que Lamartine, no início de 1927, traz em sua campanha para presidente do estado a propaganda feminista, elevando a figura feminina, principalmente em sua função materna. O autor nos explica como foi o processo de inclusão da lei que permitiu o voto às mulheres no Rio Grande do Norte, esclarecendo que em Natal, neste momento, ocorria a sessão legislativa anual no Congresso Estadual, buscando a construção da lei eleitoral do estado potiguar. O projeto teria seguido todos os trâmites para ser aprovado, quando teria chegado do Rio de Janeiro um telegrama de Juvenal Lamartine, então senador, solicitando que fosse incluída uma disposição que estabelecesse a igualdade de direitos políticos a todos os cidadãos, sem distinção de sexo.

Rodrigues comenta que José Augusto Bezerra teria primeiramente resistido à solicitação de Lamartine, mas, este não se dando por vencido, teria insistido em alcançar seu objetivo. José Augusto, que teria pensado que “tudo aquilo era um fogo de artifício...”, supondo ser uma medida que talvez não alcançasse uma real concretude, incluiu o artigo solicitado por Lamartine: “No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por lei” (Rodrigues, 1982, p. 64).

Rodrigues afirma que o episódio teria repercutido de forma positiva poucos dias depois na Câmara dos Deputados na capital brasileira, sendo considerado

uma grande conquista para o estado enquanto pioneiro na legislação do voto sem distinção de sexo. O autor destaca a repercussão na imprensa brasileira, que estudaremos a partir do caso do jornal curitibano *O Dia*, e a repercussão, também, em outros países, sendo o senador Juvenal Lamartine e o Rio Grande do Norte considerados precursores da conquista na América Latina.

A partir da promulgação da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, como explica Rodrigues, as mulheres deram início ao alistamento eleitoral para exercerem seus direitos políticos. Conforme o autor, em 25 de novembro alistou-se Celina Guimarães Vianna, no município de Mossoró, interior do Rio Grande do Norte, considerada a primeira eleitora brasileira. O periódico *O Mossoroense*, publicado em Mossoró e considerado o mais antigo do Rio Grande do Norte, publicava em sua capa, no dia 04 de dezembro de 1927, um longo artigo, intitulado: “*A primeira eleitora brasileira: Mossoró sempre à vanguarda dos grandes e nobres cometimentos*”, diz-nos d. Celina Vianna (*O Mossoroense*, 04 dez. 1927, capa). Concomitantemente, em Natal, alistou-se Julia Alves Barbosa, primeira eleitora da capital do estado e até fevereiro de 1928, como destaca Rodrigues, mais dezoito mulheres teriam se alistado na terra potiguar, totalizando vinte eleitoras até aquele momento.

Porém, mesmo instituído o direito no estado, as mulheres tiveram entraves para manifestar de forma efetiva o sufrágio eleitoral. Rodrigues explica que José Augusto Bezerra de Medeiros foi indicado ao cargo de Senador da República, buscando ocupar a vaga renunciada por Juvenal Lamartine. Lamartine havia renunciado ao cargo de senador para assumir a presidência do Rio Grande do Norte. De acordo com o autor, a maior parte das mulheres alistadas teriam ido às urnas para votar, momento histórico no Brasil. No entanto, a Comissão de Poderes do Senado não validou os votos femininos ao candidato eleito.

A Comissão de Poderes do Senado teria tratado enquanto “inapuráveis” os votos advindos das mulheres no candidato Augusto Bezerra. Em parecer realizado ao longo da decisão, de nº 8A/28, datado de 18 de maio de 1928, teria sido argumentado que o voto feminino, mesmo não sendo explicitamente vedado no texto da Constituição Brasileira, tampouco era legalizado.¹⁸ João Batista Cascudo Rodrigues (1982) apresentou em sua obra trechos do parecer, em que são descritos os argumentos utilizados pelos senadores para anular os votos femininos e os argumentos dos que são contra a

¹⁸ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Voto da mulher**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos/voto-da-mulher>>. Acesso em 08 fev. 2026.

anulação.

O parecer iniciou descrevendo que a eleição ocorreu em 05 de abril de 1928, para preencher uma vaga no Senado para representar o estado do Rio Grande do Norte, por conta da renúncia de Juvenal Lamartine de Faria ao cargo. O texto explicita que José Augusto recebeu 11.415 votos, porém, por conta de intercorrências documentais, foram validados 10.612 votos ao candidato. O parecer continuou da seguinte forma:

“Do exame precedido nas atas constantes nos referidos livros eleitorais verifica-se que sufragar o nome do candidato, unanimemente eleito, 15 pessoas do sexo feminino. [...] Assim, não pode o Senado subterfugir à apreciação da legitimidade desses votos - conseqüentes a alistamentos que alteram, a toda a evidência, a atual constituição do corpo eleitoral do país - para declarar necessária ou ociosa a lei ordinária que, com fundamento do Estado Federal, reconheça e confira, expressamente, o direito de voto à mulher” (Rodrigues, 1982, p. 232-233).

O trecho mostra a problemática em torno do voto feminino naquele momento, por conta de quinze mulheres terem participado das eleições no dia 05 de abril. O documento iniciou afirmando que a legitimidade desses votos ainda deveria ser discutida e era necessário um projeto de lei oficial que tornasse a mulher apta a exercer o voto.

Como conclusão do documento, como foi possível averiguar por meio da obra de Rodrigues, temos o que teria sido o argumento de Lauro Sodré:

“Pode bem parecer que não vamos certos os que estamos assistindo os debates abertos no seio da Comissão de Poderes e neles tomando parte, querendo deliberar *nunc et hinc* acerca da questão geral do voto feminino, a qual, dependendo pelo menos do andamento que terá no Senado o projeto, que a abriu em 1921, não pode ser resolvida no parecer que será dado acerca das eleições do Estado do Rio Grande do Norte, sujeitas ao estudo desta Comissão. Não é este o momento oportuno, nem está é o lugar conveniente” (Rodrigues, 1982, p. 253).

Também foi apontado que, para que fossem aprovados os votos femininos naquela eleição, havia a necessidade de estar com consonância com alguma lei que aprovasse o sufrágio feminino no âmbito nacional, o que ainda não havia sido conquistado. Portanto, os votos das mulheres a José Augusto Bezerra não foram validados.

Conforme Soihet, a FBPF tomou posição quanto ao ocorrido, elaborando um “Manifesto Feminista”, em que eram defendidos os direitos femininos e enumeravam as injustiças vividas pelas mulheres, ressaltando a importância de equidade de direitos entre os sexos. Passado esse episódio no estado, as mulheres deram continuidade ao exercício de seus direitos políticos, atuando como eleitoras e, também, sendo eleitas, como a prefeita do município de Lages, no Rio Grande do Norte, Alzira Soriano

(1887-1963), iniciando seu mandato em 1929 (Soihet, 2013).

A partir do exemplo do Rio Grande do Norte, Soihet esclarece que mulheres de todo o Brasil começaram a solicitar e conseguir o alistamento eleitoral e, anteriormente ao fim da Primeira República em 1930, dez estados brasileiros já reconheciam o direito de voto das mulheres. Segundo a autora, ao início da Era Vargas, a FBPF, diante da nova conjuntura política, tendo em vista o voto feminino em âmbito nacional ainda não alcançado, realizou o II Congresso Internacional Feminista em junho de 1931, destacando a emancipação econômica da mulher enquanto demanda principal. Foram decididas, também, várias medidas em relação às mulheres no mundo do trabalho, atendendo às demandas da classe operária, como

estudo de uma fórmula adequada à concessão de licença remunerada à mãe operária e à empregada no comércio por ocasião do parto; ao salário mínimo; às férias; ao pagamento igual para salário igual; à rigorosa execução das exigências das autoridades de Saúde Pública e do Trabalho, quanto à higiene e adequação das instalações dos estabelecimentos fabris e comerciais e à criação do “Bureau” da mulher e da criança, que centralizar os problemas relativos ao trabalho do menor e da mulher (Soihet, 2013, p. 72).

Encaminhando as decisões do Congresso ao Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, as dirigentes da FBPF, como aponta Soihet, enfatizaram a importância da conquista de direitos políticos pelas mulheres e defenderam maior autonomia civil para as mulheres casadas. Bertha, por sua vez, fez um apelo para que as brasileiras fossem autorizadas a participar das atividades da subcomissão legislativa que tratassem de temas diretamente relacionados a seus interesses.

Vargas havia nomeado uma comissão para elaboração de uma nova lei eleitoral e a proposta incorporava o voto feminino, porém, com várias restrições. Nessa nova conjuntura, o voto era reservado: às mulheres maiores de vinte e um anos que fossem solteiras, viúvas ou casadas com renda própria; também àquelas que, em razão de declaração judicial de ausência do marido, estivessem responsáveis pela administração dos bens do casal; às mulheres separadas do marido, mas ainda casadas perante à lei, e as que tivessem sido deixadas pelo marido por um período superior a dois anos (Soihet, 2013).

Diante do projeto do Governo Provisório, as feministas reagiram às diversas restrições. Rachel Soihet ressalta a reação de Carmen Portinho que, como resposta à afirmação de Getúlio que era feminista, pois às mulheres devia metade da Revolução, a representante teria afirmado: “Sr. Presidente, é por isso que só querem dar a metade do voto?” (Soihet, 2013, p.73) e exige que o voto não seja restrito somente a

algumas mulheres. E então o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, instituiu o voto feminino e o voto secreto, tornando necessária a incorporação desse direito à nova Constituição. Nesse contexto, conforme a autora, Bertha Lutz foi indicada pela FBPF e pelas demais instituições filiadas à Federação para integrar a comissão responsável pela elaboração da proposta, marcando a primeira vez na história em que uma mulher participaria diretamente de um processo de organização governamental. O voto, então, foi incorporado à Constituição de 1934 por meio do artigo 108.

Como argumenta June Hahner, durante as décadas de 1920 e 1930, a FBPF consolidou-se como a principal organização sufragista e feminista do Brasil, sobretudo nos anos finais da campanha pelo voto feminino, se destacando pela sua influência e pela sua rede de contatos. Glaucia Fraccaro, como já citado anteriormente, cita a criação da Federação como o marco da primeira “onda” do feminismo no Brasil e, a partir dessa forma de pensar, as reivindicações sobre os papéis públicos e privados das mulheres, somente nos anos 1960, caracterizariam a segunda “onda” do feminismo brasileiro.

A terceira “onda”, como sustenta autora, corresponderia ao movimento que incorporaria discussões sobre as múltiplas identidades que compõem o feminismo. Nesse contexto mais amplo, a luta das mulheres no âmbito do trabalho não receberia a mesma ênfase, ponto que a autora faz crítica, especialmente considerando que seu objeto de estudo trata justamente dos direitos trabalhistas das mulheres.

Quanto ao modo de trabalhar o feminismo seguindo a metáfora das “ondas”, a autora esclarece que tem sido cada vez mais questionado, por se tratar de uma periodização que tem por tendência reforçar a ideia de um feminismo homogêneo, no qual o gênero aparece como a principal categoria de análise, relegando a segundo plano os conflitos relacionados à raça e à classe.

Dessa forma, a partir da contextualização da luta pelo voto feminino no Brasil, enfatizamos, agora, como o jornal *O Dia* reagiu à conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte e como tratava o tópico da conquista de direitos políticos pelas mulheres brasileiras.

3.2 ENTRE LINHAS E LUTAS: ECOS DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE NAS PÁGINAS DO JORNAL *O DIA*

Após o voto feminino ser conquistado no Rio Grande do Norte, observamos que, dentro do período de outubro de 1927 a maio de 1928, o jornal *O Dia* tratou da temática dos direitos políticos femininos um total de 58 vezes. Dentre as várias formas de textos utilizados pela folha para exibir o conteúdo, evidenciamos artigos, notícias, charges e piadas. Contabilizando os textos, constatamos: 29 artigos, 21 notícias, 6 colunas de piadas e 2 charges. Essas formas discursivas se dividem dentro do jornal, desde a capa até a última página, como apresentamos no gráfico abaixo:

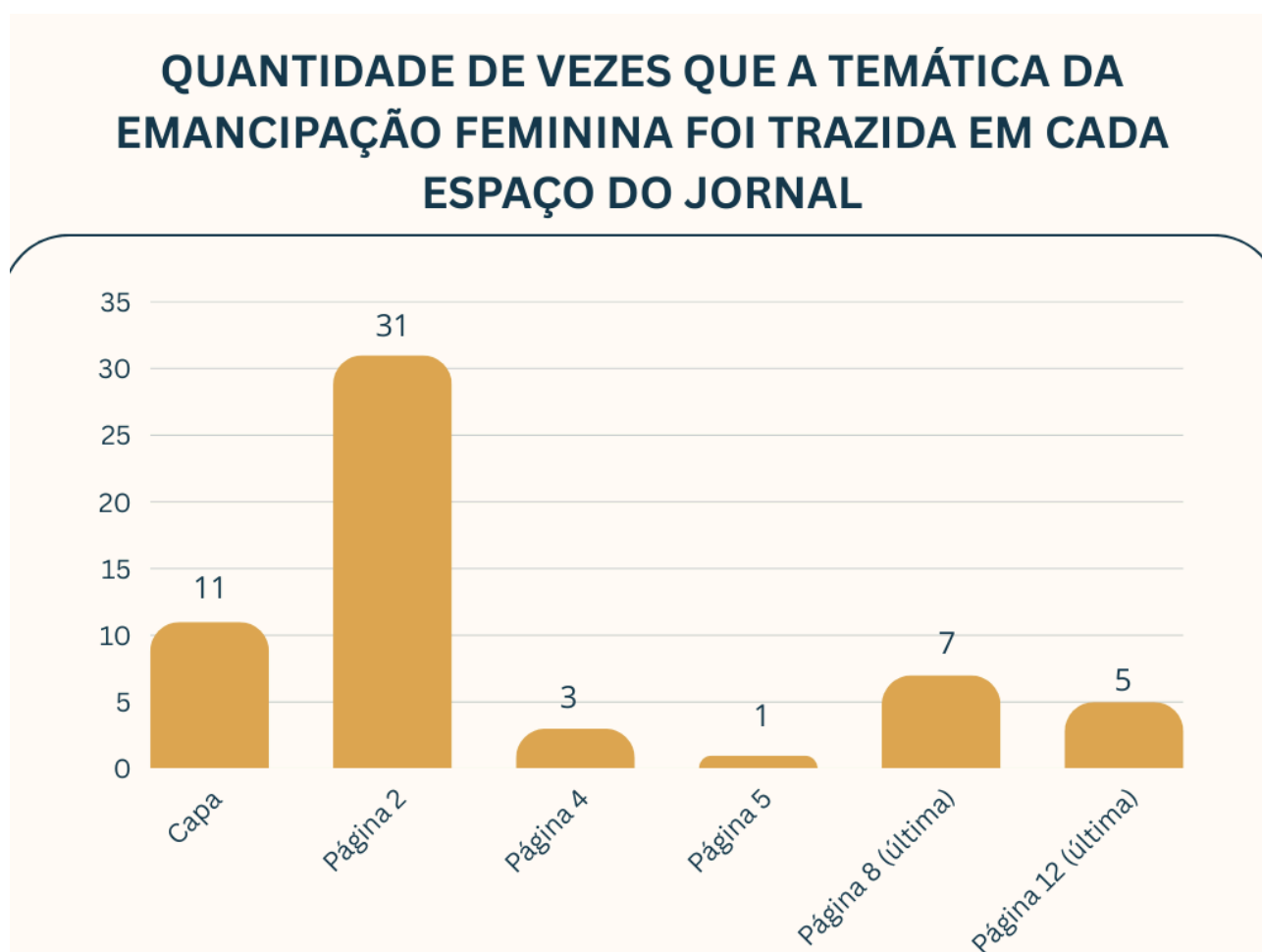


Gráfico 1: Divisão dos textos jornalísticos que abordaram a emancipação feminina, dentre charges, notícias, artigos e piadas de acordo com a página que ocuparam no jornal, considerando o período de outubro de 1927 a maio de 1928 (Elaboração própria).

A partir dos dados presentes no gráfico, observamos que a maior concentração de textos sobre o tema está na página 2, reservada a artigos e à coluna *Escapamento Livre*, como já citado anteriormente. Inclusive, as três ocorrências da página 4 são artigos que iniciaram na página 2 e foram finalizados na quarta página. A significativa quantidade de artigos destinados à temática deve-se a uma série de publicações feitas por um único colunista, *Jack Lino*, em que tratava de vários aspectos da luta feminina e do papel da mulher na sociedade. Os principais argumentos do

colunista serão tratados adiante.

As edições geralmente eram compostas por 8 páginas, como já exposto no capítulo anterior, porém, do dia 18 ao dia 31 de dezembro de 1927, as edições foram organizadas em 12 páginas. A diferença entre as edições com mais páginas quanto às com 8, conforme observado, se trata da quantidade de anúncios publicitários: os números com 12 páginas continham duas páginas inteiras que foram ocupadas por um único anúncio publicitário cada uma, por exemplo.

As publicações foram mais recorrentes no mês de dezembro, que concentrou o maior número de textos que trataram sobre o assunto dos oito meses que englobam o recorte temporal estudado, como demonstra o gráfico abaixo:

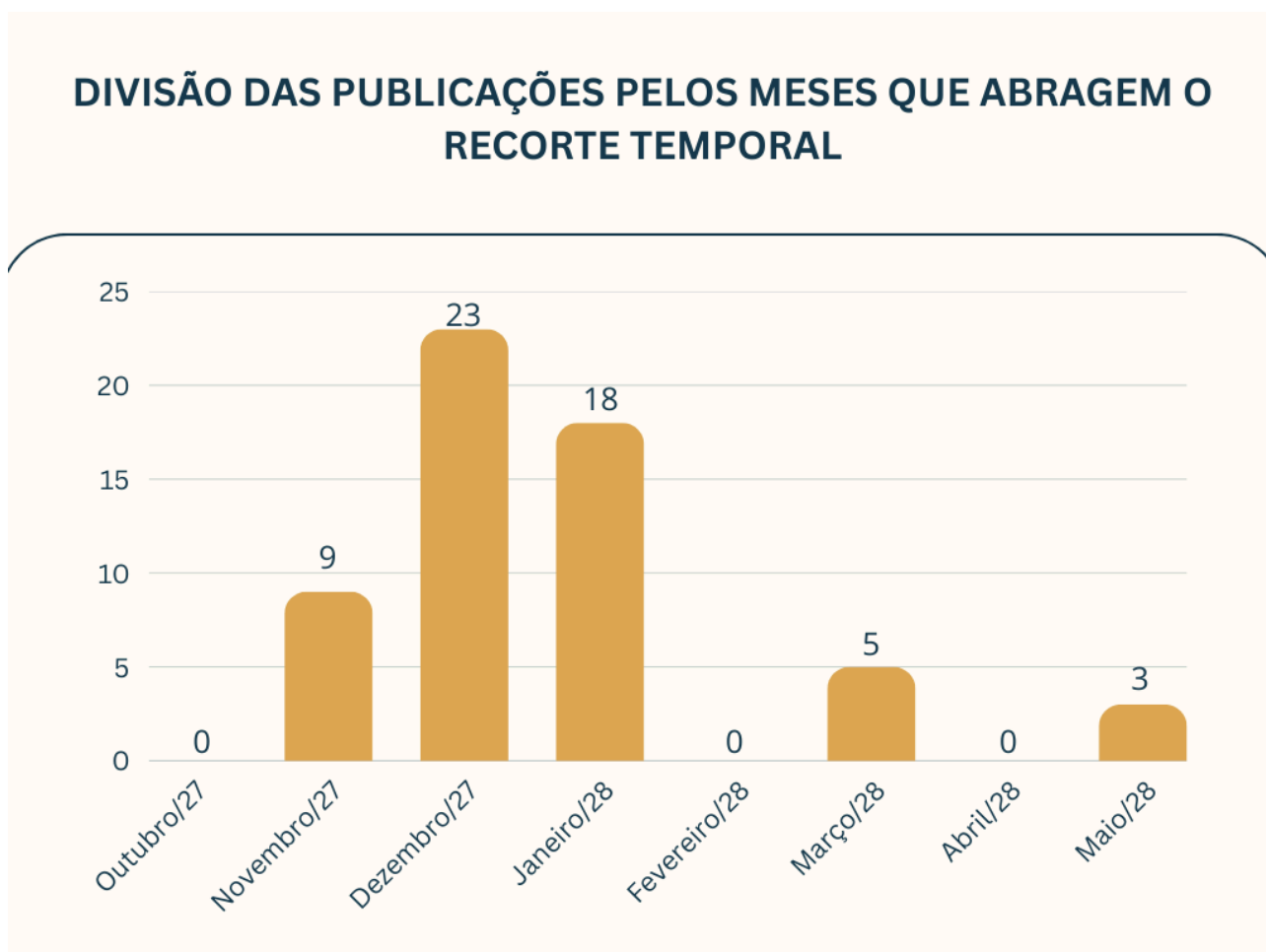


Gráfico 2: Divisão das publicações do jornal que abordaram a emancipação feminina de outubro de 1927 a maio de 1928 (Elaboração própria).

A concentração de publicações nos meses de dezembro de 1927 e janeiro de 1928 parecem ter ocorrido por conta da emenda substitutiva de Aristides Rocha. A emenda tramitava no Senado Federal e *O Dia* parecia sempre deixar seu público a par da situação. O número de publicações concentradas nesses meses também

se deve aos 20 artigos do colunista *Jack Lino*, que foram publicados contabilizando 3 em dezembro de 1927 e 17 em janeiro de 1928.

Dessa forma, observamos quais gêneros discursivos são utilizados pelo jornal para buscar difundir suas formas de representação sobre os direitos políticos das mulheres e onde essas publicações foram alocadas nas páginas do periódico. Sendo assim, objetivamos apresentar os principais argumentos utilizados pela folha para tratar da temática, dividindo a partir das tipologias textuais identificadas.

3.2.1 Charges e piadas

Elias Thomé Saliba (2002), sobre o humor presente na imprensa ao longo da história do Brasil, explica que no período imperial o humor não parecia ser algo recorrente na imprensa. Isso ocorreria por conta da circulação do impresso não ser ainda tão difusa e pela marginalização do cômico, que teria sido considerado vulgar e só seria bem aceito quando fosse visto como leve e sem nenhuma forma de agressividade. Nas palavras do autor,

Uma sociedade fortemente hierarquizada e elitista, condicionada por espaços sociais bem demarcados como a do Império brasileiro, parecia mostrar uma forte tendência a reforçar o estereótipo ocidental do “bom riso” e do “mau riso” (Saliba, 2002, p. 43).

O cômico que seria aceito nesse momento promoveria o “bom riso”, não se dirigindo contra alguém, não causando rancor e não degradando o objeto ou a pessoa tratada. Já no período republicano, conforme Saliba, a criação cômica na imprensa refletiria o período conflituoso de transição dos regimes e as seções humorísticas foram ganhando maior espaço nas publicações, juntamente à expansão gradual da caricatura.

O autor enfatiza que o período de transição do império para a república teria proporcionado grande produção voltada ao humor na imprensa brasileira, levando em conta a tensão política nos dois primeiros governos do regime republicano. Saliba afirma ser um momento importante, pois emerge uma produção humorística vinculada à ofensa e ao ressentido, levando em conta as desavenças políticas e desentendimentos pessoais. Assim, a concepção do “bom” e do “mau” riso na imprensa acabaram se condensando.

As charges são uma forma sarcástica, direta e humorística de passar o conteúdo ao público, assim como as piadas, sendo interessante considerar que esses textos ocuparam lugares de certa relevância nas edições: as charges de Alceu Chichorro

ocuparam sempre as capas e as piadas estavam presentes na página 2, na coluna *Escapamento Livre*. A charge selecionada, como já mencionado, pertence ao autor Alceu Chichorro que, usando o pseudônimo de *Eloy*, ilustrava as páginas d'*O Dia* com seu personagem Chico Fumaça. Chichorro escrevia para outros jornais também, como o *Diário da Tarde* e *A Gazeta do Povo* e, em 1923, foi convidado para compôr o editorial d'*O Dia* (Mannala, 2021).

A primeira charge trazida à análise foi publicada em 09 de novembro de 1927 na capa da edição, na parte inferior esquerda e ganha destaque na página. Era composta por um homem e uma menina, ainda criança, que aparentavam ser pai e filha e conversavam sobre a conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte. A menina diz: “Eu queria ser senadora!...” e o pai responde: “Não pôde ser filha; senadora vae ser sua avó, eu arranjarêi para você o logar de consul na ilha das Marrecas!...” A charge é denominada *Scena Futura*, tendo em vista a recente conquista das mulheres e, portanto, pode-se inferir que a ilustração buscava trazer uma previsão do futuro da sociedade, em que meninas sonhariam com cargos políticos desde criança (*O Dia*, 09 nov. 1927, capa).



Figura 19: Charge “Scena futura”.

A ilustração apresenta pai e filha conversando sobre o assunto das mulheres ingressarem na política e o pai trata da questão com ironia (*O Dia*, 09 nov. 1927, capa).

O diálogo pareceu demonstrar ironia e sarcasmo ao tratar da conquista das mulheres no estado potiguar. A menina, tida enquanto ingênua, desejaria um cargo de patente alta na política e o pai fez piada com a situação, afirmando que ela teria um cargo de cônsul, representante diplomático de determinada localidade enviado ao estrangeiro, na ilha das marrecas, um lugar fictício que aparentou tratar de maneira ofensiva às mulheres.

Outra charge que fez uso de sarcasmo ao tratar da questão foi publicada na capa da edição de 17 de novembro de 1927 e estava localizada na parte inferior esquerda da página, em um tamanho que ganhava destaque. A ilustração era composta por uma mulher de cabelos curtos, com vestido curto que possuía abertura nas costas e salto alto com as pernas cruzadas. A figura feminina ocupava boa parte da imagem e ela segurava um boneco de um soldado, enquanto o personagem Chico Fumaça e seu companheiro Totó estavam ao fundo, observando.

A mulher, apresentada no diálogo como *A Feminista*, afirmou: “Agora podemos votar e ser votadas. Só nos resta cair no sorteio militar e formarmos corpos, batalhões e exquadras...” O Fumaça, responde: “Ahi sim... serei militarista! Vou servir num corpo de mulher!...” (*O Dia*, 17 nov. 1927, capa).



Figura 20: Charge “A victoria do feminismo”, de Alceu Chichôrro.

Os personagens Chico Fumaça e o Totó aparecem frequentemente no jornal, fazendo críticas sociais e políticas (*O Dia*, 17 nov. 1927, capa).

As vestimentas e o penteado da mulher representada na charge parecem transmitir uma ideia de mulher moderna, que mostrava as pernas, as costas e possuía cabelos curtos, uma imagem sexualizada do corpo feminino. A mulher afirmava que, agora, podendo votar e ser votada, poderia entrar para o serviço militar, fazendo uma crítica à luta das mulheres: se conquistaram o direito de votar, deveriam ter também o dever de entrar para o serviço militar. Chico Fumaça fez um trocadilho com a palavra ‘corpo’, em que, no contexto trazido pela mulher, significa o conjunto formado por soldados e Fumaça associou ao corpo feminino. A charge parece ironizar a conquista e, a partir dela, fez um trocadilho de cunho sexual, objetificando o corpo feminino, objeto do desejo masculino.

As charges de Chichôrro, tendo em vista o período observado, pareciam constantemente trazer visões conservadoras sobre o sexo feminino, com críticas à luta

das mulheres e a objetificação do corpo feminino. Outro exemplo de como a mulher apareceu em suas publicações foi a charge publicada em 7 de agosto de 1927, um pouco antes do recorte temporal estabelecido, mas será trazida como comparação e exemplificação da forma como as mulheres apareciam em suas caricaturas. A ilustração também foi veiculada na capa do jornal e intitulada *O Voto Feminino*:



Figura 21: Charge “O voto Feminino”, de Alceu Chichôrro.

Chico Fumaça perguntou à mulher como ela iria votar e ela respondeu sobre as vestimentas que iria utilizar para ir às urnas (*O Dia*, 07 ago. 1927, capa).

A figura feminina novamente foi apresentada com cabelos curtos, vestido curto e decotado e foi questionada por Chico Fumaça sobre como iria votar, respondendo: “Eu? Vou com um vestido bem decotado, com sapatinhos de camurça e perfumada a Coty!...” (*O Dia*, 07 ago. 1927, capa). Na charge, revelou-se uma mulher associada à ignorância que parecia ser incapaz de fazer escolhas, logo também não deveria ter direitos políticos e participar de processos que afetariam a sociedade.

A objetificação do corpo feminino também esteve presente na charge publicada 03 de dezembro de 1927, que trouxe a ilustração de um homem conversando

com Chico Fumaça sobre não poder mais haver dançarinas nos cabarés e Fumaça respondeu: “E... convem não reclamar, si não teremos também, restaurantes sem direito às comidas!...” (*O Dia*, 03 dez. 1927, capa). Vemos ao lado direito da imagem, novamente, uma mulher com cabelo curto e um vestido que deixa boa parte do corpo à mostra, aparentando ser uma dançarina.



Figura 22: Charge “Na terra dos casos raros...”, de Alceu Chichôrro.

Chico Fumaça conversa com um homem na rua sobre a proibição de dançarinas nos cabarés e, ao lado direito, uma mulher que aparenta ser uma dançarina (*O Dia*, 03 dez. 1927, capa).

Apesar da declaração de *O Dia* de que “não assume responsabilidade de conceitos emitidos em artigos assinados” (*O Dia*, 03 dez. 1927, p. 2), o jornal veiculava as charges de Chichôrro e lhes conferia posição de destaque, estando sempre nas primeiras páginas das edições. Pensando nesse sentido, Roger Chartier (2002) afirma que a imagem, ocupando lugar de destaque ou estando à margem do texto, sugere interpretações e complementa o sentido do texto. Portanto, a charge, que é um gênero discursivo que é composto de ilustrações e textos e veiculada de uma forma simples e rápida, teria oferecido uma visão não favorável aos direitos políticos femininos.

O tom satírico em relação aos direitos femininos não era exclusivo das charges de Chichôrro. Na coluna denominada *Escapamento Livre*, foram trazidas diversas piadas sobre o assunto, sempre com um teor que aparentava ridicularizar a possibilidade

de participação política das mulheres. Durante o período selecionado, foram encontradas cinco edições em que a referida coluna tratou do voto feminino, abordando temas como a vaidade, a independência da mulher, a ideia de que as mulheres votariam em galãs, a possível perda do voto secreto com a entrada das mulheres no eleitorado, alegando que as mulheres não saberiam resguardar a informação, e a declaração de que o movimento sufragista no Brasil seria um movimento de fachada. Segue um exemplo da referida coluna publicada em 03 de dezembro, sendo a mesma edição da Figura 22:

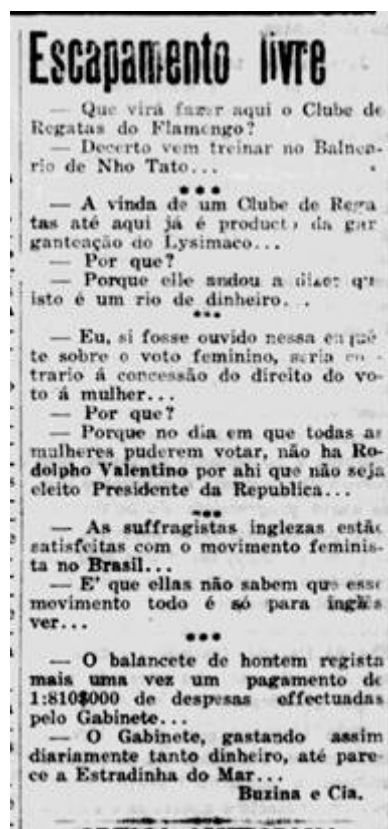


Figura 23: “Escapamento Livre”.

Coluna de piadas publicada sempre na página 2 do jornal e tratava das questões que estavam em evidência no momento (O Dia, 03 dez. 1927, p. 2).

A terceira e a quarta piada referem-se ao voto feminino. A terceira trata-se de um diálogo em que trouxe a afirmação de que, diante da possibilidade do voto feminino, seria contrário à medida. O outro participante do diálogo questionou o porquê, que então foi exposto: “Porque no dia em que todas mulheres puderem votar, não há Rodolpho Valentino por ahi que não seja eleito Presidente da República...” (O Dia, 03 dez. 1927, p. 2). A anedota fazia referência ao ator italiano Rudolph Valentino, que teve a carreira em ápice na década de 1920 e foi considerado um galã.

A quarta piada demonstraria a satisfação das feministas inglesas quanto ao movimento feminista no Brasil, no entanto, o texto, de forma irônica, utiliza um ditado

popular para rebater a afirmação: “É que ellas não sabem que esse movimento todo é só pra inglês ver...” (O Dia, 03 dez. 1927, p. 2). Cabe salientar que, na capa da mesma edição foi trazida a notícia de que a Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, movimento feminino na Inglaterra, parabenizou a FBPF pela conquista no Rio Grande do Norte, considerada a primeira vitória sufragista feminina no Brasil.

Observamos como as piadas e charges revelam-se práticas utilizadas pelo jornal para buscar difundir visões perpassadas pela Dominação Masculina ao seu público, em que discursos que desqualificavam as mulheres foram veiculados na capa e na página 2, lugares de relevância dentro das edições. As notícias, por sua vez, foram se construindo ao longo dos assuntos de maior repercussão no momento.

3.2.2 Notícias

Ao longo do período selecionado, foram encontradas várias notícias sobre a temática da emancipação da mulher, a maior parte relacionada ao voto feminino. A análise inicia-se com duas notícias publicadas na última página do jornal, ambas destacando aspectos positivos relacionados à conquista do sufrágio pelas mulheres. A primeira, de 22 de novembro de 1927, abordou a repercussão da conquista do direito ao voto feminino no Rio Grande do Norte entre as representantes feministas de Santa Catarina (O Dia, 22 nov. 1927, p. 8). A segunda, publicada em 6 de novembro do mesmo ano, relatou o encontro das representantes da FBPF com o vice-presidente da República e com o senador Juvenal Lamartine, ocasião em que prestaram reconhecimento ao feito potiguar (O Dia, 06 nov. 1927, p. 8). No dia 03 de dezembro de 1927, na capa da mesma edição da charge *Na terra dos casos raros...* e da coluna *Escapamento Livre* analisada, foi publicada a notícia de que a “Alliança Internacional pelo Suffragio Feminino” estaria parabenizando a FBPF pela primeira vitória do feminismo em terras brasileiras, referindo-se à conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte (O Dia, 03 dez. 1927, capa).

As notícias, embora tratem de um tema recorrente no jornal curitibano naquele momento, não receberam destaque na edição nem na página em que foram publicadas. A notícia da reunião das feministas com Lamartine estava posicionada no canto inferior esquerdo, entre diversos outros textos, o que diminui sua visibilidade. Da mesma forma, a outra notícia, que abordou a repercussão da iniciativa do Rio Grande do

Norte no estado vizinho ao Paraná, também aparece sem ênfase, mesclada a outras informações provenientes de Santa Catarina, como as comemorações do Dia da Bandeira em Florianópolis, a participação de um representante catarinense no Congresso de Educação em Curitiba e críticas a um artigo do *Diário da Tarde*.

Foram publicadas outras notícias a respeito do assunto no jornal e, em contraste com as anteriores, ganharam destaque. Na capa da edição de 13 de novembro de 1927, foi veiculada a seguinte manchete, em letras grandes e em negrito: “Desiludam-se as feministas”. No subtítulo, sobre o então presidente da República, Washington Luís, lê-se: “O Sr. Washington não quer o voto feminino.” (*O Dia*, 13 nov. 1927, capa). A publicação tratava do substitutivo apresentado pelo senador Aristides Rocha e informa que um representante de um dos grandes estados brasileiros, que não foi identificado, teria afirmado que “ainda não encontrou demonstração do Sr. Washington a favor desse projeto [...]” (*O Dia*, 13 nov. 1927, capa). O texto acrescentou, ainda, que o projeto não conseguiria aprovação, apesar do esforço de alguns políticos favoráveis à medida.

No dia 20 de novembro de 1927, foi publicada, novamente na capa do jornal, a seguinte manchete: “O voto feminino no Senado do Rio”, que noticia que o senhor Thomaz Rodrigues iniciaria no Senado do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, uma campanha pelo voto feminino. A notícia enfatizou a idade dos senadores, afirmando que havia muito trabalho a ser feito para convencer parlamentares de todas as faixas etárias, e que os senadores favoráveis ao projeto “são justamente os mais velhos!” (*O Dia*, 20 nov. 1927, capa). O assunto foi reiterado pela edição de 10 de dezembro de 1927, que informava que a opinião corrente naquele momento no Rio de Janeiro, era de que, não havendo nenhum contratempo, o projeto poderia ser encaminhado à Câmara até o dia 15 do mesmo mês. Em meio às atualizações sobre o projeto do voto feminino no Senado, no dia 19 de novembro foi noticiado que as mulheres potiguares prestariam homenagem aos políticos José Augusto e Juvenal Lamartine como “demonstrações de apreço da população feminina pelo reconhecimento de seus direitos de cidadania” (*O Dia*, 19 nov. 1927, p. 8).

O posicionamento conferido às notícias dentro das edições pode ser compreendido a partir das observações de Chartier (2002), tendo em vista os protocolos de leitura, para quem “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler; não há compreensão de um escrito [...] que não dependa das formas através das quais ele chega

ao seu leitor” (p. 127). Assim, o lugar ocupado por essas notícias no jornal buscava condicionar sua leitura e reduzir ou multiplicar seu potencial de impacto sobre o público.

Ao longo das edições, o jornal publicou novas atualizações sobre o andamento do substitutivo de Aristides Rocha. Em 11 de dezembro de 1927, no canto inferior esquerdo da primeira página, foi informado de que a proposta seria votada no Senado e que já contava com 34 votos favoráveis¹⁹. O tema, contudo, não voltou a ocupar espaço de destaque nas capas subsequentes e todas as notícias posteriores sobre o assunto passaram a ser veiculadas apenas na última página do periódico.

A edição publicada em 15 de dezembro de 1927 noticiou em sua décima segunda página que a esposa do presidente da câmara dos deputados não seria favorável às mulheres voltarem. Esther do Rego Barros declara:

Sou contrária ao voto feminino, porque penso que o papel da mulher na sociedade é ainda de mãe da família. É sua grande missão oficial a formação de carácter de seus filhos, que se deve moldar numa educação inspirada nos sãos princípios da moral catholica (*O Dia*, 15 dez. 1927, p.12).

A pesquisadora Alcileide Cabral do Nascimento (2013) relata que a declaração de Esther, esposa do então presidente da Câmara dos Deputados, Sebastião do Rego Barros (1879-1946), que exerceu o mandato de 1927 a 1930²⁰, e integrante da elite pernambucana, surgiu no contexto de uma enquete promovida pelo jornal recifense *A Notícia*. Segundo Nascimento, na edição de 7 de novembro o periódico anunciou o episódio, apresentando-o como um exemplo ao país e, na edição de 14 de novembro, promoveu um debate a partir da seguinte questão: “É bom ou mau o voto feminino?”

Conforme a pesquisadora, foram entrevistadas três personalidades prestigiadas da sociedade, além de Esther Rego Barros, também foram ouvidas a poetisa Anna Amélia C. de Mendonça e a escritora Rachel Prado. Observando as declarações das entrevistadas, a partir dos relatos de Nascimento, observamos diferentes posições. Anna Amélia teria afirmado que, existindo o voto, ele deveria ser de direito a ambos os sexos e admitiria que seria preciso ter uma avaliação do quão preparadas as mulheres estariam para exercer esse direito, mas argumentava que muitos homens também não seriam inteiramente capacitados. Rachel Prado teria repudiado quem afirmava que as mulheres não seriam capacitadas para votar e, apesar das três concordarem com as

¹⁹ (*O Dia*, 11 dez. 1927, capa)

²⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Rego Barros - Infoleg Parlamentar*. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/presidentes/bio_infoleg/regobarros> Acesso em 28 jan. 2026.

obrigações das mulheres dentro de seus lares, Rachel, dentro desse espaço, reivindicava que as mulheres tivessem acesso à educação.

Portanto, a única entrevistada que se opôs ao voto feminino foi Esther, declarando, ainda, que a maior parte das mulheres não possuiria independência para atuar nas decisões políticas com autonomia. *O Dia* escolheu justamente o trecho de Esther do Rego Barros para fazer parte de sua composição em meio a tantas declarações do jornal recifense sobre a conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte. O jornal curitibano publicou uma notícia com a fala de uma mulher de destaque da elite pernambucana, casada com o presidente da Câmara dos Deputados, que expressou uma fala conservadora em relação aos direitos políticos das mulheres.

A partir disso, trazemos José D'Assunção Barros (2023), que compreende o jornal não como um mero transmissor de informação, mas como um agente que elabora e propaga discursos, um instrumento apto a intervir na História e no mundo. Além de transmitir informações, produziria posicionamentos e análises da realidade que viriam da sociedade e, por meio do jornal, voltariam à ela. Conforme o autor, os jornais seriam capazes de “construir meias-verdades, de silenciar sobre certos fatos e não outros, de selecionar e redefinir a informação a ser transmitida” (p.12-13).

Pierre Bourdieu defende que, estando submetidas a uma realidade em que é prevalente a Dominação Masculina, as mulheres acabariam por ter “incapacidades apreendidas”, dessa forma, se sentindo incapazes de executar determinadas atividades porque aprenderiam que não seriam aptas para tal função. Nas palavras do autor:

[...] a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mudo sexuado de cima a baixo tende a fazer a desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados por mulheres [...] (Bourdieu, 2002, p. 77).

Esther, enquanto mulher e de alta posição social afirmou que as mulheres não deveriam ingressar na política. Estando ela inserida no meio social no qual prevalecia uma ordem masculina, parecia não pensar que as mulheres estavam aptas a ingressar em uma atividade que era vista como parte da esfera pública, geralmente dominada por homens. Ou, justamente para corresponder a essa posição de esposa de um político relevante, seria conveniente que não defendesse posturas consideradas “radicais” ou que pudessem interferir ou comprometer os posicionamentos de seu marido no âmbito legislativo.

As notícias publicadas até o final de 1927 tratam, ainda, do substitutivo do senador Aristides Rocha. O jornal *O Dia* noticiou o andamento da emenda substitutiva de

12 de novembro em suas edições dos dias 16, 17 e 28 de dezembro e logo na primeira edição de 1928, no dia 1º de janeiro. Todas as notícias vieram do Rio de Janeiro e se encontravam na última página do jornal.

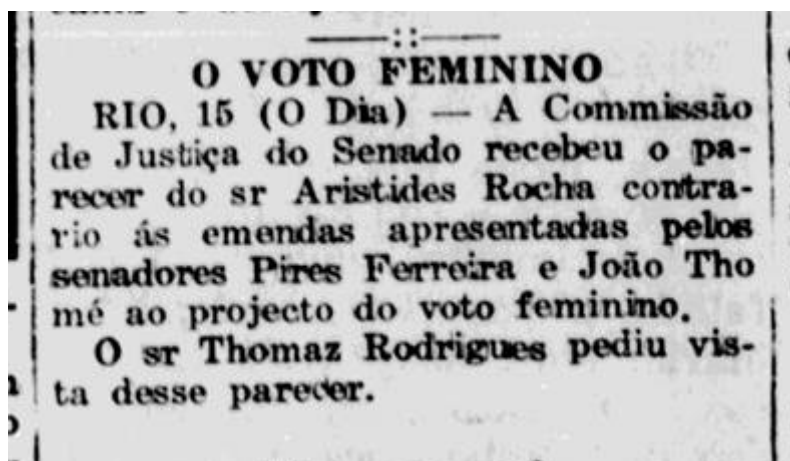


Figura 24: “O voto feminino”

Publicação localizada na terceira coluna de notícias da esquerda para a direita, na metade superior da página (*O Dia*, 16 dez. 1927, p.12).

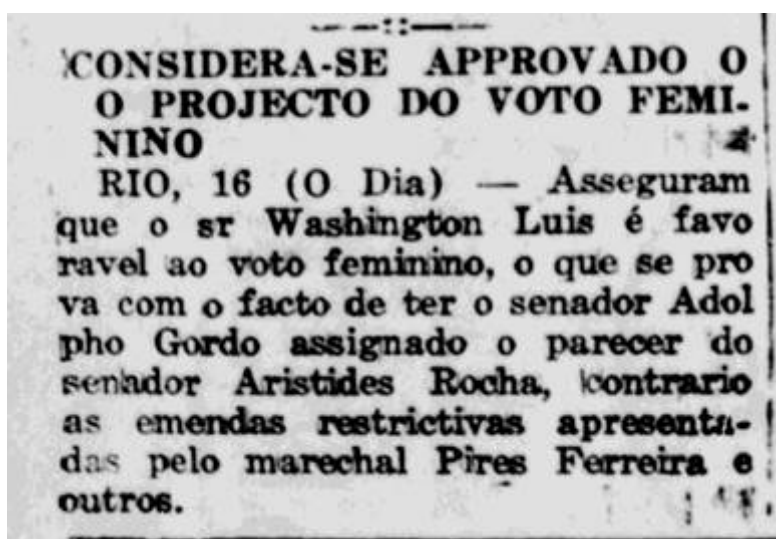


Figura 25: “Considera-se aprovado o projecto do voto feminino”

Publicação localizada ao final da primeira coluna de notícias, da esquerda para a direita, na parte inferior da página (*O Dia*, 17 dez. 1927, p.12).

**O VOTO FEMININO NÃO SERÁ
DISCUTIDO ESTE ANNO**
RIO, 27 (O Dia) — Ao que se
afirma, o voto feminino não será
mais objecto de cogitação do Con-
gresso na presente sessão legisla-
tiva.
Só no anno proximo é que as mu-
lheres poderão esperar do Congresso
essa concessão politica.

Figura 26: “O voto feminino não será discutido este anno”
Publicação localizada na quinta coluna de notícias, da esquerda para a direita, na parte superior da página
(O Dia, 28 dez. 1927, p.12).

**NÃO SERÁ APPROVADO O PRO-
JECTO SOBRE O VOTO FEMI-
NINO**
RIO, 31 (O Dia) — O projecto
sobre o voto feminino não teve nem
terá mais este anno a attenção do Co-
ngresso.
As feministas que esperam ainda
no corrente exercicio o direito de se
immiscuir na politica, vêm com tris-
teza mais este anno a attenção do
prejudicados com o atrazo do orça-
mento, que não permittiu se discuti-
se o assumpto.
As esperanças foram deste modo
depositadas na proxima sessão legis-
lativa e ha quasi certeza de que o
Congresso, no anno que vem, não re-
sistirá á fazer a concessão do voto
politico ás mulheres.

Figura 27: “Não será aprovado o projecto o voto feminino”
Publicação localizada na segunda coluna de notícias, da esquerda para a direita, na parte superior da
página, sendo a primeira notícia da referida coluna (O Dia, 1 jan. 1928, p. 8).

Segundo Rodrigues (1981), diversas iniciativas teriam surgido, incluindo a emenda ao projeto de reforma eleitoral que teria sido apresentada por Juvenal Lamartine, mas nenhuma delas prosperou no Senado, apesar da contínua mobilização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. O autor aponta que, a nível nacional, as conquistas do movimento sufragista feminino ainda não seriam muito grandes ao final da década de 1920 e tiveram como principal projeto o de Justo Chermont.

Conectando as pesquisas de Rodrigues às páginas do jornal, observamos como as conquistas do movimento sufragista acabaram por não vingar no Senado Brasileiro. Embora tivessem o parecer favorável recebido na Comissão de Legislação e Justiça do Senado, como apontado na primeira notícia, foi descrito de que forma o avanço foi tensionado pelas emendas restritivas apresentadas por João Thomé e Pires Ferreira, assim como pelo pedido de vista feito por Thomaz Rodrigues, o que teria causado

“nova protelação em plenário e retorno à Comissão. Por último, o sufrágio feminino foi superado por outras matérias menos momentosas e o projeto teria sido definitivamente engavetado” (Rodrigues, 1981, p. 195).

O apoio político ao voto feminino também foi trazido pelo *O Dia*, como na Figura 25, que apresentou uma suposta posição favorável de Washington Luís e a posição contrária de Adolpho Gordo às restrições trazidas ao projeto. As notícias parecem evidenciar um cenário em que havia iniciativas no Senado em prol do voto feminino, porém, coexistiam com manobras políticas que acabavam impedindo sua concretude. Portanto, como também exposto por Rodrigues (1981), no jornal vemos uma sequência de ações que, mesmo diante de pareceres favoráveis, eclodiram ao adiamento e arquivamento do projeto do voto feminino. Vemos, nas Figuras 26 e 27, o adiamento da questão, sendo adiada para o ano seguinte. A notícia do dia 01 de janeiro de 1928, da Figura 27, vinda do Rio de Janeiro, era do dia anterior, 31 de dezembro de 1927 e afirmava que “há quasi certeza de que o Congresso, no anno que vem [1928], não resistirá a fazer a concessão do voto político ás mulheres” (*O Dia*, 1 jan. 1928, p. 8).

Em meio às atualizações da questão no Brasil, também eram veiculadas notícias sobre o sufrágio feminino fora do país. No dia 11 de março de 1928, na página 8, última da edição, foram publicadas três notícias sobre as conquistas femininas na Inglaterra. Céli Regina Jardim Pinto (2010) informa que a luta das mulheres enquanto movimento teve início na Inglaterra nas últimas décadas do século XIX. As mulheres inglesas, nesse momento, organizavam-se buscando conquistar seus direitos, tendo enquanto prioridade o alcance ao voto, o qual foi conquistado, para as mulheres que possuíam mais de 30 anos, em 1918 (Pinto, 2010; Gomes, 2018). Pedro e Pinsky (2005)

esclarecem que a aprovação do voto às mulheres em 1918 na Inglaterra foi concedida às “mulheres casadas, as chefes da família com nível universitário e as maiores de trinta anos. Foi somente em agosto de 1928 que o Parlamento inglês permitiu o voto para as mulheres em igual condição à dos homens” (p. 296).

Na edição publicada em 11 de março de 1928, na oitava e última página, foram trazidas atualizações acerca do andamento das conquistas femininas na Inglaterra. Na mesma página, foram publicadas três notícias, que não receberam destaque e estavam distribuídas em meio a outros assuntos, sendo denominadas: *A victoria do feminismo na Inglaterra*, *A completa victoria do feminismo* e *A democracia no império britânico*. A primeira, anunciou que 16 mulheres foram eleitas no país nas últimas eleições municipais e a segunda, que o projeto de lei proposto pelo primeiro ministro concedia às mulheres os mesmos direitos políticos dos homens. É importante ter em mente que, mesmo com um determinado grupo de mulheres britânicas conquistando o voto em 1918, como ressalta Analice Quintanilha Porto Gomes (2018), somente em 1928, todas as mulheres que tinham mais de 21 anos puderam votar na Inglaterra, como citado anteriormente. Este último fato foi anunciado por meio da notícia *A completa victoria do feminismo*. A terceira notícia, *A democracia no império britânico*, aborda as eleições municipais em Londres, informando que “deram em resultado serem eleitas 18 mulheres” (*O Dia*, 11 mar. 1928, p. 8). No dia 14 de março, na quinta página, o jornal anunciou a aprovação do projeto que concedia o voto às mulheres maiores de 21 anos naquele país²¹.

Da mesma forma, o jornal publicou atualizações de países da América Latina, como Argentina e Chile. Também na quinta página da edição do dia 14 de março de 1928 foi trazida a seguinte manchete: *Comunismo ou Feminismo?* em que noticia o fato de uma mulher ter sido candidata à presidência da Argentina pelo partido comunista. O texto noticiário afirmava que o assunto foi comentado humoristicamente pela imprensa e que “os nossos communistas ainda não chegaram a taes absurdos” (*O Dia*, 14 mar. 1928, p. 5). Marina Becerra (2022) menciona que a argentina Angélica Mendonza (1897-1960) uma professora, escritora e militante comunista, foi candidata à presidência da Argentina nas eleições de 1928 pelo Partido Comunista Obrero. Observa-se que o jornal parece ter apresentado o fato com sarcasmo, tratando da candidatura de Angélica enquanto um absurdo. É interessante pontuar que, segundo a autora, as mulheres

²¹ (*O Dia*, 14 mar. 1928, p. 5)

argentinas conquistaram os direitos políticos em âmbito nacional somente 19 anos depois, em 1947.

No Chile, as atualizações sobre a luta das mulheres foi apresentada na edição do dia 04 de maio de 1928, na oitava e última página, com a manchete: *O sexo fraco está triumphando*. O jornal noticiou que o projeto para o voto feminino na cidade de Santiago, capital do país, recebeu parecer favorável, afirmando que “Acredita-se que as mulheres possam votar já nas próximas eleições municipais” (*O Dia*, 04 mai. 1928, p. 8). Contudo, Miguel Ángel López Varas e Ricardo Gamboa Valenzuela (2015) informam que o avanço dos direitos políticos femininos no Chile ocorreu de forma gradual, sendo, em 1934, o alcance ao direito ao voto em âmbito municipal e, em 1949, o direito foi ampliado para eleições presidenciais.

No Brasil, a tramitação do projeto do voto feminino foi marcada por adiamentos, no âmbito estadual do Rio Grande do Norte, tinham início experiências concretas do exercício do voto pelas mulheres que revelavam o avanço dessa luta, mas, também, as limitações ainda existentes aos direitos políticos femininos. Como já citado anteriormente, no dia 05 de abril de 1928, foi indicado ao cargo de senador da República o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, no lugar de Juvenal Lamartine, que havia renunciado ao cargo (Rodrigues, 1981). A eleição de José Augusto foi trazida pelo *O Dia* em 10 de abril do mesmo ano, na última página, informando que o candidato havia obtido na cidade de Natal, capital do Estado, “430 votos numa eleição sem competidores” e que havia ocorrido enorme abstenção (*O Dia*, 10 abr. 1928, p. 8).

Nessa eleição, como já explicado anteriormente, as mulheres já haviam conquistado o direito de votar no estado e 15 das vinte mulheres alistadas foram às urnas e depositaram suas cédulas. Posteriormente, a Comissão de Poderes do Senado desconsiderou os votos das mulheres dados ao candidato eleito, no dia 18 de maio de 1928. No dia 24 de maio de 1928, foi publicada a notícia sobre a sessão do senado federal em que foi discutida a questão da não validação dos votos femininos no pleito, onde foi dado destaque às considerações feitas pelo senador Lopes Gonçalves. A notícia ironizava que o senador havia se manifestado favorável ao voto feminino, mas, nessa questão específica, trazia argumentos contrários aos votos dados ao Sr. José Augusto pelas eleitoras do Rio Grande do Norte.

Para concessão do voto feminino, como já citado anteriormente, o estado do Rio Grande do Norte tratou o vocábulo ‘cidadãos’, presente no artigo 70 da Constituição Federal, como sem distinção de gênero. O senador Lopes desconsiderou

essa medida, afirmando que não existiam direitos políticos implícitos às mulheres e que todo e qualquer direito concedido era expresso por meio da lei. Segue a notícia, localizada na parte central esquerda da capa do jornal, recebendo destaque na edição:

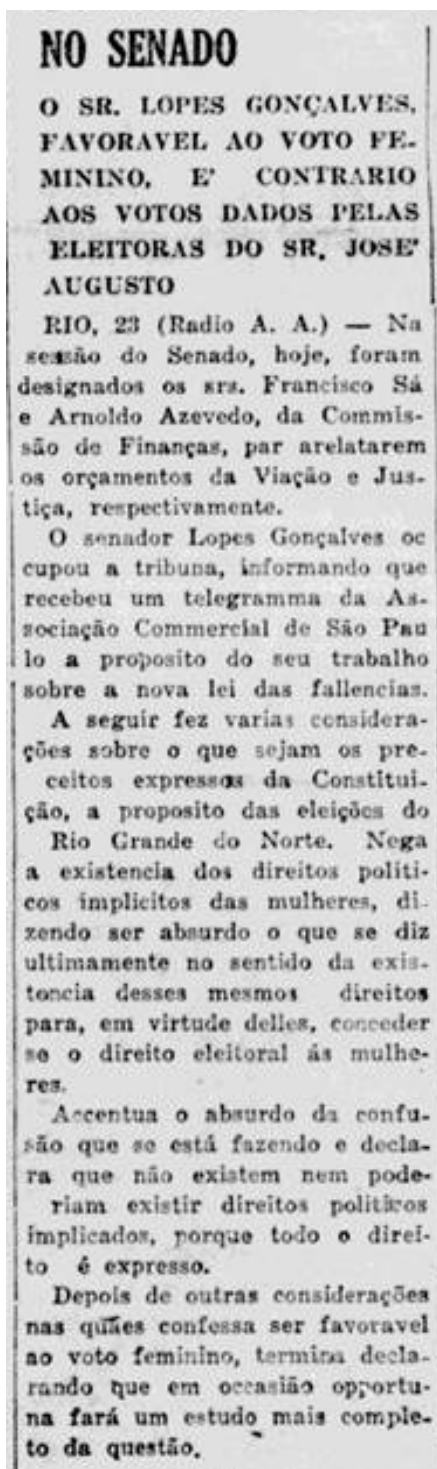


Figura 28: “O Sr. Lopes Gonçalves, favorável ao voto feminino, e contrario aos votos dados pelas eleitoras ao Sr. José Augusto”.

A notícia, publicada na capa da edição, trata da discussão no senado federal acerca dos votos femininos anulados na eleição para senador do Rio Grande do Norte, dando ênfase à fala do senador Lopes Gonçalves (*O Dia*, 24 mai. 1928, capa).

A partir da não aprovação dos votos femininos, as componentes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino formularam a *Declaração dos Direitos da Mulher*. No dia 27 de maio de 1928, foi publicada uma notícia que trata deste fato e da reação da luta de Bertha Lutz para validar os votos das mulheres. A publicação, localizada na terceira coluna da última página da edição, na parte superior da página, ressaltava como o voto feminino no Rio Grande do Norte estava em discussão nacionalmente e que a pauta iria para o Senado na semana seguinte. A partir disso, o texto afirmava que “já se sabe de antemão que não só entre os partidários da apuração dos votos femininos, como entre seus adversários, já diversos oradores prontos para entrarem em debates” (*O Dia*, 27 mai. 1928, p. 8). Ou seja, já sabia-se que a validação dos votos femininos na eleição do Rio Grande do Norte teria parlamentares opositores, havendo conflitos entre os partidários e os adversários do sufrágio feminino.

O último parágrafo da notícia afirmava que “Uma comissão da Associação Feminina, presidida pela sra Bertha Lutz, continuava a visitar o Senado, procurando novos adeptos em favor do reconhecimento dos votos femininos” (*O Dia*, 27 mai. 1928, p. 8). O subtítulo da matéria afirmava que as sufragistas “continuam na cabala”, em outras palavras, continuavam se articulando politicamente em prol de seus objetivos e Bertha Lutz estava atuando diretamente no Senado, buscando garantir a validade dos votos das mulheres potiguares.

Portanto, as notícias pareciam estar atualizando o público do andamento processo do voto feminino no Brasil. Os artigos, diferentemente das notícias, apresentavam opiniões sobre o ocorrido, expressando, de forma mais direta, os pensamentos dos colunistas. Trazemos, agora, os artigos presentes no período selecionado e como eles expressaram e manifestaram suas impressões sobre a emancipação da mulher.

3.2.3 Artigos

Em 18 de novembro de 1927, dia posterior à publicação da charge “A victoria do Feminismo” (Figura 20) no jornal *O Dia*, a capa do periódico recebeu um artigo denominado *O Suffragio Feminino*, ocupando o lado superior esquerdo, com letras grandes e destacadas e sem assinatura. O artigo comentou acerca da grande repercussão causada pela conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte, sempre

transpondo a mudança na lei eleitoral do estado como uma concessão: “Com o acto do governo do Rio Grande do Norte, concedendo à mulher o direito do voto, entrou definitivamente na ordem do dia, tornando-se assumpto nacional do momento [...]” (*O Dia*, 18 nov. 1927, capa).

O texto afirmava que a política não era lugar para as mulheres e deveria ser um âmbito “só para homens”. Para embasar seus argumentos, caracterizava a mulher enquanto “anjo do lar, esposas e mães” e trazia opinião de que “A flôr delicada de sua meiga fragilidade é incompatível com as necessidades de rebaixamento de carater [...]” (*O Dia*, 18 nov. 1927, capa) presentes na política. Trouxe, também, a opinião que divergia dessa afirmação: de que as mulheres, com os hábitos que possuíam dentro de seus lares estando longe desse ambiente inadequado da política, talvez, ao ingressar, pudessem influenciar positivamente e melhorar o estado em que se encontravam as coisas. Porém, declarava que os mais sensatos, que não deixavam-se influenciar por paixões, não eram contra o ingresso da mulher na política, mas, afirmavam ser ainda muito cedo para resolver tal problema no Brasil.

Além de elencar a mulher enquanto pertencente à esfera privada, o artigo colocou a política enquanto “competição feroz”, “sem moral” e “sem regras” e, portanto, inadequada às mulheres, buscando preservar sua pureza. Ainda afirmava que, antes de se conceder o voto às mulheres, deveria ser promovida uma reforma plena da política atual e isso, naquele momento, não era uma alternativa possível. O artigo finalizou da seguinte maneira: “O espetáculo não é digno de seus olhos e muito menos de sua colaboração. Deve ainda continuar intacto na porta que se pretende abrir á curiosidade feminina esse precioso cartaz: Só para homens” (*O Dia*, 18 nov. 1927, capa).

Na segunda página do dia 24 de novembro, foi publicado, sem assinatura, o artigo *As vantagens do feminismo*, que fez de atualizações vindas da Inglaterra o fio condutor para trazer sua opinião. O artigo informava que teria sido eleita a Condessa Iven para membro do Parlamento Britânico com significativa diferença do outro candidato e afirmava:

“A Inglaterra tem sido ha muito, um optimo campo para as feministas. Desde o tempo das celebres “suffragistas”, que tanto trabalho e tantos encomodos deram á policia londrina, que as curiosas filhas de Eva tentam entrar na politica, com o intuito, talvez, de ver si e de facto tão desprezível essa rendosa occupação” (*O Dia*, 24 nov. 1927, p. 2).

O artigo teve continuidade de forma ainda mais irônica, afirmando que a Condessa era uma mulher bela e que a atuação das mulheres na política seria voltada a

questões de moda e beleza, com promessas de instituto de beleza gratuitos e distribuição de cosméticos às suas eleitoras. Declarava: “[...] não seria interessante lermos numa plataforma política de qualquer candidata [...] esses dizeres: “Fulana de Tal, jovem e formosa, ensinará [...] a todas as mulheres os meios por que consegue manter sua juventude e sua beleza”” (*O Dia*, 24 nov. 1927, p. 2).

Na edição do dia 1º de dezembro de 1927, na segunda página, foi publicado um artigo de cunho mais otimista quanto ao assunto das mulheres terem acesso ao voto no Rio Grande do Norte. O colunista Leoncio Correa comentou sobre o ocorrido no estado potiguar. O texto encontrava-se inteiro na parte superior da página, ocupando duas colunas e foi denominado “Victorias femininas”. Correa fez uso de palavras rebuscadas e trouxe exemplos de filósofos que defenderam a emancipação feminina, como Stuart Mill. Mill (2007) teria defendido que a subordinação dentro da lei de um sexo ao outro deveria ser superado por uma premissa de perfeita igualdade, não agregando privilégios de um lado e nem submissão de outro.

Correa apontou que “os adversarios” indicavam que a mulher ter o direito de votar desorganizaria o lar e a família, mas segundo ele “nenhum deles, porém, deu-se ao trabalho de explicar-nos o modo e os motivos dessa desorganização” (*O Dia*, 01 dez. 1927, p. 2). Destacou que as mulheres seriam trabalhadoras, mães e profissionais competentes, atuando no direito, na medicina, no magistério e em muitas outras funções mantendo a manutenção de seus lares, portanto, sua família não se desorganizaria por conta de um dia que ela fosse exercer seus direitos políticos. Correa também defendeu que a política seria um ambiente violento, mas que as mulheres trariam ordem e paz aos pleitos eleitorais.

No dia 04 de dezembro de 1927, o assunto do voto feminino ganhou a capa da edição com um título composto de letras em negrito e em caixa alta, na parte superior esquerda da página, com o texto intitulado “O voto feminino e a ignorância de nossas leis...”. A publicação começou abordando que estavam todos comentando sobre o voto feminino e manifestando suas opiniões depois que o Rio Grande do Norte concedeu às mulheres o direito de votar e serem votadas. A escrita demonstrava estar em tom de revolta, afirmando que

“Pessoas que nunca se deram a estudos dessa ordem, afiaram a pena e saíram a dar por ahi sua opinião, citando autores chineses, japonezes, russos, o diabo, mas deixando no rol das coisas inúteis a nossa Constituição e as nossas leis” (*O Dia*, 04 dez. 1927, capa).

Continuando, o texto trouxe a cobrança de que seria necessário

esclarecer a razão de todo esse movimento de tornar o voto feminino uma lei federal, pois, desta forma, insinuava-se que existiria uma lei que proibia tal ato e que a mulher só não havia exercido o voto até o momento porque não havia tido vontade. Neste ponto, reiteramos Soihet (2013), que explica que não é explícito dentro do artigo 70 da Constituição de 1891 que as mulheres não poderiam votar, deixando uma interpretação imprecisa e vaga. Isso teria causado o impeditivo de uma contestação palpável quanto à negação do direito às mulheres e, quando se alistavam, eram impedidas por discursos tradicionais sobre a moral da família. A publicação, inclusive, citou o artigo 70 da Constituição, elencando os que seriam impedidos de votar e serem votados, reafirmando que as mulheres não faziam parte: “os analfabetos, os mendigos, os praças de pret²², os criminosos pronunciados e condenados, os estrangeiros, não se achando ahi contempladas as representantes do sexo feminino” (*O Dia*, 04 dez. 1927, capa).

O argumento de que a mulher não era impedida de votar pela Constituição Federal de 1891 foi reforçado em outros momentos no jornal. No dia 07 de dezembro de 1927, foi publicada a entrevista com um “velho advogado paranaense”, que julgou-se como “conhecedor profundo de tudo que é problema sociológico” (*O Dia*, 07 dez. 1927, p. 2), sem ter o nome citado. O texto iniciou novamente argumentando que estavam todos preocupados com o assunto do voto feminino, citando sociólogos e juristas estrangeiros, mas que esqueceram de nossas leis e da nossa Constituição.

O advogado defendeu que a palavra “cidadãos”, empregada no artigo 70, deveria ser interpretada de forma a incluir as mulheres. Além disso, recorreu a exemplos de outros países onde o voto feminino já era permitido e argumentou, à semelhança de Leoncio Correa, que o exercício do sufrágio não comprometeria as responsabilidades tradicionalmente atribuídas às mulheres no âmbito doméstico. A discussão voltou a ganhar destaque no jornal no dia 9 do mesmo mês, ocupando a primeira página com o artigo “O voto feminino e os juriconsultos das dúzias...”, acompanhado do subtítulo “ninguém mais discute a constitucionalidade do voto feminino” (*O Dia*, 09 dez. 1927, capa).

No dia 11 de dezembro, em artigo assinado na segunda página do jornal por *M. J. Gonçalves*, foram apresentadas manifestações contrárias ao voto para as mulheres casadas, afirmando estarem de acordo do voto às “mulheres emancipadas, isto

²² Soldado pertencente à hierarquia inferior dentro do serviço militar. **BRASIL**. Decreto nº 421, de 26 de junho de 1845. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-421-26-junho-1845-560519-norma-pe.html>> Acesso em: 04 dez. 2025.

é, as maiores, as viúvas e desquitadas” (*O Dia*, 11 dez. 1927, p. 2). O posicionamento foi justificado, novamente, por conta dos deveres da mulher perante o marido e à família. Para defender seu argumento, Gonçalves fez uso do Código Civil, citado, também, nos artigos anteriores, mas para reafirmar que as mulheres casadas não seriam aptas ao alistamento eleitoral:

O Código Civil Brasileiro, estabelecendo as atribuições que em direito podem as mulheres exercerem na vida civil, referindo-se a mulher casada, collocou-a, em certos casos, na dependencia do marido, especialmente tratando-se de actos políticos [...] (*O Dia*, 11 dez.1927, p. 2).

Porém, ao decorrer do texto, a argumentação passou a englobar todas as mulheres, não somente as casadas. Gonçalves usou de exemplo a Revolução Francesa, declarando que nem nesse momento, em que as mulheres tiveram tamanha participação, lhe foi cogitado o direito ao voto. O artigo finalizou com o argumento recorrente de que a política era um lugar inapropriado para uma mãe e que o lar teria sua tranquilidade perturbada com a mulher inserida no ambiente político.

O debate veiculado pelo jornal também abordou a circulação de ideias provenientes das feministas estadunidenses. Nesse sentido, destacou-se a publicação do artigo intitulado “*O suffragio feminino no Brasil*”, que apresentou uma “eloquente mensagem das mulheres americanas ao sr. Juvenal Lamartine” (*O Dia*, 21 dez. 1927, p. 2). O texto contextualizava para o público brasileiro a existência, nos Estados Unidos, de uma organização denominada Liga Nacional de Mulheres Eleitoras, anteriormente denominada Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino Americano, a antiga NAWSA, que reunia cerca de três milhões de mulheres votantes. Essa entidade se dirigiu a Juvenal Lamartine, então presidente eleito do Rio Grande do Norte, por meio de uma mensagem descrita nos parágrafos do artigo. A Liga o felicitou por tornar as mulheres do Rio Grande do Norte eleitoras, afirmando que o exemplo seria seguido pelos outros estados do Brasil e países da América do Sul e que a causa feminina sentiria grande impulso por meio da atitude do político. Após a mensagem da líder do movimento estadunidense, Belle Sherwin (1869-1955), o texto tratou das ações da FBPF, que estava elaborando grande propaganda política em todo território nacional.

O *Jornal do Brasil*, citado pelo artigo, noticiou que a FBPF iria organizar “elegantes e tentadoras caravanas de distintas senhoras” (*O Dia*, 21 dez. 1927, p. 2) que percorreriam diversos Estados, promovendo conferências e fundando diretórios com o objetivo de estruturar um grande Partido Feminista no Brasil. A publicação ressaltou que, reconhecendo-se o direito do voto às mulheres em nível nacional, essas instituições se

articularem nas capitais dos estados, permitindo que as mulheres disputassem cargos legislativos e posições de administração pública.

Foram trazidas também campanhas sociais promovidas pela Federação, abordando o

Problema do combate ao alcoolismo, da difusão do ensino primário e profissional da preparação da mulher para a nobre e elevada missão que lhe compete no lar, na sociedade: da regulamentação do trabalho da mulher no commercio, na fábrica, na agricultura, nos hospitais, na repartição pública e outros serviços [...]” (*O Dia*, 21 dez. 1927, p. 2).

Essa campanha havia sido noticiada alguns dias antes, na edição do dia 17 do mesmo mês, demonstrando que o jornal estava acompanhando as ações do movimento feminista no Brasil:

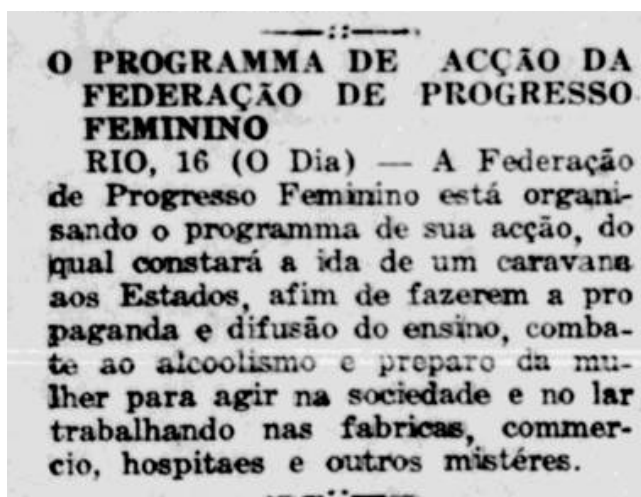


Figura 29: “O Programa de acção da Federação de Progresso Feminino”
Localizada na última página, do lado inferior esquerdo, juntamente à notícia da figura 24 (*O Dia*, 17 dez. 1927, p.12).

Avançando na leitura, os parágrafos finais assumiram tom de dúvida ao afirmar que os programas sociais aplicados pelos homens não produziram resultados concretos. Diante disso, o texto finalizou com a seguinte indagação: “Conseguirá o sexo feminino, injectando novos princípios e novo entusiasmo no animo popular, fazer mudar a face das cousas? Dolorosa indagação...” (*O Dia*, 21 dez. 1927, p. 2). O artigo descreveu o avanço do movimento feminista no Brasil, mas, ao final, parecia colocar em dúvida os resultados a serem obtidos pela campanha da FBPF.

3.2.3.1 Jack Lino

Continuando a análise, trataremos uma sequência de artigos assinados, sempre presentes na segunda página e que expressam opinião em relação ao feminismo,

tendo referência ao voto feminino. O referido colunista assinava seus artigos como Jack Lino e fazia usos de metáforas e referências históricas para se posicionar contra a emancipação política e social da mulher.

A pesquisa de Daniele Martinez de Oliveira Coelho (2023) busca descrever a trajetória intelectual de Benedicto Nicolau dos Santos (1878–1956), que escrevia sob o pseudônimo Jack Lino. Segundo a autora, Benedicto, nascido e falecido em Curitiba, era um intelectual de origem negra e sem vínculos com famílias abastadas. Atuou como colunista em jornais como *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*, e, entre 1927 e 1930, colaborou com frequência para *O Dia*. Além de sua produção jornalística, Benedicto alcançou reconhecimento no campo musical, chegando a integrar a Academia Brasileira de Música.

Coelho ressalta que seria possível inferir que Benedicto utilizava pseudônimo buscando preservar sua reputação enquanto funcionário público, no cargo de Escriurário da Alfândega, pois os assuntos tratados por ele eram geralmente de críticas ao modelo social da época, economia e política.

Observando sua atuação n' *O Dia*, nota-se que a sua escrita era organizada em séries de textos: elegia um tema, atribuía-lhe um título e publicava reflexões numeradas ao longo de diversas edições. Essas sequências, porém, não apareciam necessariamente em dias consecutivos, o que indica que suas colunas funcionavam como um fio discursivo intermitente. Ele publicou, por exemplo, do dia 25 de outubro ao dia 03 de dezembro de 1927, uma série com vinte artigos denominada *Brazilicas*, em que expunha, segundo o próprio Jack Lino,

observações á margem das questões financeiras que nos vão conduzindo insensivelmente á projetada ruína da nossa integridade nacional, escalavrando, por outro lado, o bloco granítico da nossa feitura moral de povo superiormente organizado, apontamos por este jornal [...] o verdadeiro polvo ou demônio escalado para a perda de nossa pátria - o cinema americano (*O Dia*, 07 jan. 1927, p. 2).

Como é possível observar, Benedicto escrevia fazendo uso de uma linguagem rebuscada, com alegorias para se referir ao que, segundo ele, seria o principal responsável pela decadência da sociedade e da economia brasileira naquele momento: o cinema estadunidense.

Benedicto ocupou, em todas as edições analisadas, a segunda página e, por algumas vezes, seus artigos continuavam na quarta página da edição. É interessante saber, de forma mais visual, como esses artigos eram distribuídos na página referida, portanto, trazemos um exemplo do primeiro texto da série *Feminismo*. O artigo

localizou-se na quarta coluna da página, tendo início logo no topo. Alguns de seus artigos tinham início na metade da página, mas sempre com o título em caixa alta e destacado.

O DIA — 2 — 27. DEZEMBRO DE 1927

Cartas de Bonanara

Cartas de Bonanara, sobre o...
 O Sr. Bonanara, sobre o...
 As despesas da Presidência do Estado

As despesas da Presidência do Estado

O Sr. Bonanara, sobre o...
 As despesas da Presidência do Estado

Feminismo

A CARTILHA DO BARRA
 Para que objetivo, mesmo que...
 O Sr. Bonanara, sobre o...

Da Alemanha

A segurança
 O Sr. Bonanara, sobre o...

As eleições do Club Curitybano

O Sr. Bonanara, sobre o...
 As eleições do Club Curitybano

Contra Pulgas e Mosquitos

O Sr. Bonanara, sobre o...
 Contra Pulgas e Mosquitos

Escapamento livre

O Sr. Bonanara, sobre o...
 Escapamento livre

DE GRAÇA

O Sr. Bonanara, sobre o...
 DE GRAÇA

KONDE ESTÁ A FELICIDADE DAS SENHORAS

O Sr. Bonanara, sobre o...
 KONDE ESTÁ A FELICIDADE DAS SENHORAS

OPTICA AMERICANA

O Sr. Bonanara, sobre o...
 OPTICA AMERICANA

PARA Natal e Ano Novo: CHOPS Brasileira - Pilsen SINALCO

O Sr. Bonanara, sobre o...
 PARA Natal e Ano Novo: CHOPS Brasileira - Pilsen SINALCO

PHILIPS

O Sr. Bonanara, sobre o...
 PHILIPS

Byington & Cia.

O Sr. Bonanara, sobre o...
 Byington & Cia.

VICTROLAS E DISCOS

O Sr. Bonanara, sobre o...
 VICTROLAS E DISCOS

Figura 30: Página 2 da edição 1738, do dia 27 de dezembro de 1927. A referida página contém diferentes artigos assinados, propagandas de diferentes produtos e a coluna Escapamento Livre, em que sempre são trazidas piadas sobre as atualidades da época (O Dia, 27 dez. 1927, p. 2).

Ao longo de toda a sua série intitulada *Feminismo*, composta por vinte artigos publicados entre 27 de dezembro de 1927 e 17 de janeiro de 1928, dirigiu críticas incisivas, por vezes violentas, ao movimento feminista, à emancipação das mulheres e à conquista do sufrágio feminino. Recorre a diversos argumentos para desqualificar todas as pessoas que apoiavam a causa sufragista, sejam elas líderes do movimento ou políticos que lhes apoiavam.

É importante considerar que, conforme evidenciado nos textos anteriormente analisados, o fato do voto feminino já ter sido aprovado em um estado brasileiro, bem como a existência de um projeto em tramitação no Senado, levou o jornal a tratar continuamente do tema por meio de charges, piadas e notícias que acompanhavam cada etapa do processo. Nesse contexto, o colunista pareceu sentir a necessidade de dedicar seus artigos ao assunto, reiterando os supostos perigos que, em sua visão, esses avanços representavam.

Jack Lino parecia atacar diretamente ao feminismo, aos aspectos que consideravam modernos e ao cinema. Primeiramente, destacamos o argumento que reforçava os papéis tradicionais de gênero e indicava que a grandeza da pátria dependia de que a mulher aceitasse seus papéis dentro de seu lar e cumprisse seus afazeres domésticos.

Esse ponto é evidente, por exemplo, quando ele escreveu no segundo artigo da série, *Feminismo II: A espada de Átila*, que “Mulher é mulher e homem é homem”, acrescentando que “não se deve misturar alhos com bugalhos e papeis de tão claros conceitos”, pois isso significaria contrariar a natureza, com exceção ao “mundo das abelhas” (*O Dia*, 29 dez. 1927, p. 2). A mesma lógica apareceu no artigo publicado em 4 de janeiro de 1928, *Feminismo V: Le monde marche!*, no qual Jack Lino declarou não ter “phobia” em relação aos direitos femininos, mas alinhava-se a pensadores que, “com elevado criterio e razoes sociologicas”, colocavam “a mulher no seu verdadeiro pedestal de rainha do lar” (*O Dia*, 04 jan. 1928, p. 2).

No artigo *Feminismo XIX: trancas e cruces e figas ao pescoço*, publicado em 26 de janeiro de 1928, o colunista ressaltava: “A mulher teve e terá o seu fraque brilhante na historia pátria. A ella pertence, de facto, a sua integridade e futuro, na educação instrução, solidamente orientadas, dos filhos e das filhas”, acrescentando que o maior patriotismo da mulher seria educar cidadãos para a pátria. Finalizou o texto da seguinte forma: “Eduque-se o homem a respeito-as nas suas categorias de mães, esposas, filhas ou irmãs. [...] A Pátria só é grande com o verdadeiro culto á mulher digna desses direitos” (*O Dia*, 26 jan. 1928, p. 4).

Outra questão recorrente observada nos textos de Jack Lino era o perigo iminente da entrada da mulher na política, como algo que causaria grande desastre e destruição. Da mesma forma, era presente a afirmação já vista em outros textos do jornal de que a política seria indigna do envolvimento da mulher, assim como a recorrente desqualificação do movimento feminista e de quem o apoiava. No artigo publicado em 31

de dezembro de 1927, intitulado: *Feminismo III: A votante - o ultimo produto da macaquite brasileira*, o colunista evidencia: “A eleição no Brasil [...] é sinonimo de cafajestada [...]. Conduzir pois á mulher [...] a cafagestada e canalhice das urnas indignas [...], é querer aviltal-a com uma independencia que jamais possuiu nem poderá possuir (O *Dia*, 31 dez. 1927, p. 2).

Em 3 de janeiro de 1928, o jornal publicou o artigo *Feminismo IV: O pé num ninho de sará-sarás*, em que Jack Lino argumentou que o cérebro feminino jamais alcançaria plena maturidade racional e que “a sabedoria dos gregos levou à interdição feminina da política [...]” Sustentou que os juristas brasileiros e

“poucos políticos de meia tijella desconhecem os perigos da intromissão feminina nas administrações dos públicos negócios. Não se atribui a outra causa o desmantelo que reina nas repartições onde entra o rabo de saia” (O *Dia*, 03 jan. 1928, p. 2).

No mesmo artigo, citou Juvenal Lamartine, dizendo que ele teria sido o primeiro a apoiar as sufragistas e a “pôr o pé n’um ninho de sará-sarás” (O *Dia*, 03 jan. 1928, p. 2). De acordo com o *Dicionário Online de Língua Portuguesa*, ‘sarassará’, termo ao qual Jack Lino pareceu se referir, designa uma espécie de formiga de nome de origem guarani.²³ Ou seja, apoiar o movimento feminista seria enfiar o pé num formigueiro, ou seja, problemas a vista.

Em *Feminismo X: Formigas com catarro*, o colunista parece adotar uma linguagem ainda mais agressiva e ofensiva, afirmando que o feminismo é “coisa de gente sem que fazer e endiabrada” e que “a mulher ha de ser sempre um ente gerador de perigos sociais” quando inserida em cargos públicos ou políticos. E acrescentaria: “Em matéria de homens não vamos já lá muito bem das pernas, quanto mais introduzindo gambias e saias na contradança política” (O *Dia*, 12 jan. 1928, p. 2).

Ao longo da série de artigos, também foi possível evidenciar argumentos que transpareciam violência e controle social, em momentos em que sugeriu força e coerção como formas de “conter” o movimento feminista e “disciplinar” as mulheres. Em *Feminismo XI: Cadê o cadeado?*, Jack Lino pareceu buscar construir uma imagem de feminista e de mulher moderna, assim como as charges de Chichôro, quando declarou que usariam “cabelos a la homme”, que seriam cabelos curtos, e satirizou: “Breve estará lançada a moda dos calções universitarios para corresponder a dos cabelos a la homme” (O *Dia*, 13 jan. 1928, p. 2).

²³SARASSARÁ. Dicionário Online de Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sarassara/>> Acesso em 04 dez. 2025.

No mesmo artigo, trouxe referências cristãs, citando a história de Adão e Eva: “Adão culpou uma vez ao Senhor por ter-lhe dado a mulher - causa de sua desdita. Disse-lhe o Senhor: ella será sujeita a ti e ambos formarão uma só alma e um só corpo. Mas... cadê o cadeado?” (*O Dia*, 13 jan. 1928, p. 2). Fazendo uso dos ideais cristãos para embasar seus argumentos, aparentou reforçar que a mulher deveria ser sujeita ao homem e finalizou questionando onde estaria o cadeado, indagando onde estaria esse controle masculino sobre as mulheres, parecendo fazer referência aos episódios de emancipação emancipação feminina ocorridos no período.

Com um caráter que parece indicar a imposição do controle feminino pelos homens, o artigo *Feminismo XV: Em última instância, óleo de ricino*, como o próprio título sugere, referenciou ao uso do óleo de rícino. Esse produto foi amplamente utilizado como instrumento de tortura e humilhação pelo regime fascista italiano de Benito Mussolini (1883-1945). Paolo Flores D’Arcais (2011) caracteriza o Fascismo como um regime de violência paramilitar que recorria a diversos tipos de ataques. Segundo o autor, os fascistas espancavam brutalmente suas vítimas e as obrigavam a ingerir óleo de rícino, de forte efeito laxante, usando a humilhação como forma de dominação.

No artigo mencionado, Jack Lino afirmou: “Na guerra como na guerra em casa [...]: cacête, e em última instância — óleo de rícino” (*O Dia*, 18 jan. 1928, p. 2). Assim, parecia defender o uso da violência para conter o movimento feminista e seus apoiadores e, caso necessário, fazer uso, também, da humilhação como estratégia de controle. O texto parecia sugerir que o óleo de rícino, empregado como arma de opressão durante conflitos, poderia igualmente ser utilizado no ambiente doméstico como meio de domínio sobre a mulher (*O Dia*, 18 jan. 1928, p. 2).

Portanto, Jack Lino ocupou as páginas do jornal *O Dia* com sua insatisfação com os acontecimentos políticos e sociais de seu tempo, especialmente, na série aqui analisada, com o movimento feminista e as conquistas das mulheres. Assim como ocorreu em *Brazilicas*, citada anteriormente, essa série de textos trouxe uma forte crítica ao cinema: “A primeira consequencia do cinema livre de censura é atear fogo na cangica. A segunda é corromper a mulher: a terceira desmasculinizar o homem para o regimen inedito do feminismo vencedor” (*O Dia*, 17 jan. 1928, p. 2). Sua argumentação foi reforçada por elementos simbólicos, recorrendo com frequência a referências cristãs em suas construções textuais. Menciona Adão e Eva, o inferno e diversos personagens bíblicos, além de afirmar: “O Brasil ainda crê em Deus [...]” (*O Dia*, 27 jan. 1928, p. 2).

Sarasvati Conceição (2012) que, como já dito anteriormente, analisa os

periódicos curitibanos *Diário da Tarde*, *Gazeta do Povo* e *O Dia*, conclui que os veículos midiáticos teriam vendido uma promessa de saúde para as mães e sua família. Conceição destaca, portanto, que a mulher curitibana seria foco de uma educação moral e sexual, que buscava contribuir ao seu papel de mãe, esposa e dona de casa. Os periódicos teriam veiculado publicações que tratavam de atividades filantrópicas praticadas por mulheres. Para Conceição, era esperado das mulheres que se dedicassem primeiramente ao seu lar, mas quando realizasse alguma prática no espaço público, este fosse como uma extensão de sua função de mãe cuidadora.

Para Pierre Bourdieu, o desejo de exclusão das mulheres dos espaços de prestígio, como vemos nos artigos de Jack Lino, ocorreria justamente por conta das divisões pré-estabelecidas socialmente entre os lugares do masculino e do feminino, que são ditas enquanto atribuições biológicas de cada sexo. As mulheres seriam “condenadas a permanecer ignoradas, principalmente pelos homens: seus atos familiares, contínuos, rotineiros, repetitivos e monótonos [...] são em sua maior parte realizados fora de vista na obscuridade da casa [...]” (Bourdieu, 2002, p. 59).

Nas palavras do autor, as mulheres, dentro da lógica da Violência Simbólica da Dominação Masculina, ao estar na esfera pública do meio social, só seriam vistas como símbolos cuja função seria o de aumentar o prestígio de algum homem ou contribuir para a perpetuação dos espaços de poder masculinos. Como vimos nos argumentos, a mulher, quando incentivada a estar na política, seria para apaziguar esse ambiente, apontado enquanto violento pelo jornal ou, então, sua contribuição ao espaço político era duramente criticada, por deixar suas atividades diárias de seus lares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar o impacto causado no jornal *O Dia*, a partir da conquista do voto feminino no Estado do Rio Grande do Norte, com a promulgação da Lei nº 660 de 25 de outubro de 1927. Tendo em vista a problemática de como o jornal, entre outubro de 1927 a maio de 1928, reagiu e discutiu a conquista do voto pelas mulheres e a visão de mulher que buscou difundir ao longo das edições analisadas. Considerando o objetivo geral e o problema de pesquisa, o trabalho teve como embasamento teórico as noções de “práticas” e “representações”, propostas por Roger Chartier (2002), os protocolos de leitura, propostos por Chartier et al (2011) e a Violência Simbólica de Pierre Bourdieu (2002).

Diante do exposto, o jornal paranaense discutiu de forma recorrente a entrada da mulher na política a partir da conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte. *O Dia* se mostrava contrário ao voto feminino na maioria de suas publicações após o evento. E, quando havia matérias que se mostravam favoráveis aos direitos políticos femininos, o periódico não desvinculou a mulher de suas atribuições de cuidados com o lar, filhos e marido.

Além disso, o jornal argumentou que a mulher iria tornar o ambiente político melhor, com mais ordem e paz. Ou seja, a presença da mulher somente seria válida naquele ambiente quando lhe fosse dada a função da manutenção da ordem e da paz, aumentando, ainda mais, a sobrecarga feminina. A mulher, portanto, não deveria deixar de lado suas funções domésticas e, caso inserida na política, deveria restabelecer os valores morais desse meio.

O jornal, posicionando-se contrariamente à conquista de direitos políticos pelas mulheres, frequentemente recorreu ao sarcasmo e à ridicularização da luta feminina, como foi possível observar nas charges e piadas analisadas. Por meio desse recurso, buscava deslegitimar as sufragistas e enfraquecer suas reivindicações.

. O voto feminino somente ganhou posições de destaque nas edições quando eram textos de conteúdos contrários à questão e isso foi válido para outros gêneros além da notícia, como os artigos e charges. Além das mulheres conquistarem o voto no Rio Grande do Norte, o projeto presente no Senado que propunha o voto às mulheres era um fato noticiado continuamente. O jornal não podia ignorar um fato que ganhava destaque, logo não podia deixar de noticiar as conquistas políticas femininas em outras nações, como Inglaterra, Argentina e Chile ou as ações da Federação Brasileira

pelo Progresso Feminino. No entanto, também destacou a não validação dos votos das mulheres nas eleições para senador no estado potiguar. *O Dia*, ainda com um posicionamento conservador, foi acompanhando os fatos das conquistas políticas das mulheres e atualizando seu público.

José D'Assunção Barros alerta para a questão de que os jornais são direcionados a uma grande e diversificada quantidade de leitores e precisam destes para circular e continuar existindo. Ou seja: preenche suas páginas com fatos que chamam a atenção do leitor, assim como tem o papel de atualizá-lo. O voto feminino estaria gerando intensos debates no país naquele momento, logo não seria possível ignorá-lo. Mas além de atualizar o leitor, hierarquiza discursos, dando mais ou menos destaque a determinadas visões e argumentações e parece ter o objetivo de moldar interpretações e agir na sociedade de acordo com seus interesses e posicionamentos políticos ideológicos.

Quanto aos artigos, textos que demonstram de forma mais explícita a opinião e posicionamento de seu autor, todos, pelo que foi possível observar por meio dos pseudônimos, do próprio nome assinado ou, ainda, sem assinatura, que indica ser feito pela equipe editorial do jornal, foram escritos por homens. A maioria se posicionou claramente contrária ao ingresso da mulher na política, tendo como principais argumentos: a política enquanto um lugar violento, inadequado para as mulheres; a perturbação do lar e a não capacidade intelectual da mulher para exercer seus direitos políticos. Por outro lado, em diversos momentos, chamou atenção para o fato de as mulheres não serem impedidas de forma clara no artigo 70 da Constituição, ou seja, não votariam até aquele momento porque não desejavam. Reforçou-se a ideia de que a entrada da mulher na política representaria um perigo iminente, que traria desordem, sugerindo a coerção radical dos movimentos femininos por meio da violência.

Os artigos, que, na maioria dos casos, ocuparam a segunda página da edição, ganharam destaque: com títulos em negrito, em caixa alta e ocupando boa parte da página que se encontravam. Os de Jack Lino, por algumas vezes, não foram colocados inteiros na página 2 e ocuparam, também, a página 4 do jornal.

Analisando os textos que trataram do voto feminino, é fundamental levar em consideração que os impressos não apenas produzem discursos, mas também, buscam influenciar seu público leitor a ter determinadas interpretações. Chartier (2002) argumenta que a equipe editora do jornal constrói estratégias que buscam conduzir o público a uma leitura única, por diversos meios e, pensando nesta questão, relembramos os protocolos de leitura, que definem uma postura, uma interpretação, visando um "leitor

ideal” (Chartier, 2011).

Chartier (2011) argumenta que esses dispositivos tipográficos teriam até mais relevância em comparação aos que são transpassados pelo autor em seu texto, pois dariam espaço às possíveis atualizações dos escritos. Conforme o autor, essas marcas feitas pelo editorial traduzem no impresso as mudanças de pontos de vista do público, assim como podem propôr novos significados que superam os que foram idealizados pelo autor. Chartier acrescenta que ignorar esses elementos e centrar-se somente na relação autor-leitor é uma forma de crítica textual limitada, pois ignora “os efeitos produzidos pelos dispositivos de produção de livros na recepção dos textos, portanto, na construção de sua significação através do ato da leitura” (2011, p. 99).

Essas práticas e orientações da leitura de seu público teriam contribuído para o que Bourdieu (2002) denominou de Dominação Masculina. A sociedade, vista por uma ótica sexuada de divisão, parte do princípio da lógica masculina nas organizações sociais, reservando o lado público, de prestígio e de poder aos homens e o lado subalterno, com atividades não remuneradas consideradas menos importantes, às mulheres. A folha, com suas práticas discursivas, pareceu contribuir para perpetuar a Dominação Masculina e, a partir do fato ocorrido de emancipação feminina, a conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte, o assunto ocupou espaço nas páginas do periódico.

A dissertação espera contribuir para os estudos acerca da História das Mulheres e imprensa, no âmbito da História Cultural, ao identificar como o jornal curitibano *O Dia* debateu um fato ocorrido em um estado distante e como buscou, por meio de práticas discursivas, moldar representações ao seu público sobre o espaço de pertencimento das mulheres na sociedade. Além disso, o trabalho busca contribuir para entender como o debate sobre o voto feminino foi fomentado pelo periódico cinco anos antes dessa conquista ser concretizada em âmbito nacional.

A pesquisa apresenta, ainda, a visão da mulher presente na imprensa, sendo possível observar por meio de anúncios publicitários, por exemplo, que exibiam a mulher ocupada nos afazeres domésticos e no papel de mãe. Dessa forma, os debates acerca da entrada da mulher na política demonstraram um posicionamento conservador, que trataram essa questão como ameaça à ordem vigente e recorreram desde à satirização à incitação de práticas violentas para coibir a inserção do sexo feminino na esfera pública.

Como aprofundamento da pesquisa, cabe a sugestão de um maior recorte

temporal, mais próximo a 1932, ano em que o voto feminino foi conquistado em âmbito nacional. É possível também refletir acerca da troca de presidentes e buscar identificar as mudanças em suas composições editoriais após a mudança da Primeira República para a Era Vargas. Também seria válida uma pesquisa após esse período, entendendo como foi a reação do jornal à conquista do voto feminino no Brasil. Afinal, *O Dia* tem um período extenso de publicação, de 1923 a 1961, com algumas edições em 1975, sendo possível uma gama extensa de possibilidades com diversos temas e recortes.

Por fim, analisar o periódico *O Dia* evidenciou como a imprensa busca atuar nos debates e busca disseminar representações acerca do feminino, contribuindo para a consolidação de hierarquias de gênero na sociedade. Reforçamos, portanto, a relevância dos jornais enquanto possibilidades de investigação dos discursos sobre as lutas femininas no Brasil e das representações do que era ser mulher no contexto social do início do século XX.

REFERÊNCIAS

FONTES

A 200 reis. *O Dia*, Curitiba, 03 mar. 1925, capa.

A completa victoria do feminismo. *O Dia*, Curitiba, 11 mar. 1928, p. 8.

A democracia no império britânico. *O Dia*, Curitiba, 11 mar. 1928, p. 8.

A esposa do presidente da camara e' contraria ao voto feminino. *O Dia*, Curitiba, 15 dez. 1927, p.12.

A nova directoria da associação commercial - Palavras do Sr. David Carneiro ao "O Dia" - O programma por que procurará nortear-se aquelle industrial. *O Dia*, Curitiba, 03 jul. 1923, capa.

"A primeira eleitora brasileira: Mossoró sempre à vanguarda dos grandes e nobres cometimentos", diz-nos d. Celina Vianna. *O Mossoroense*, Mossoró, 04 dez. 1927, capa.

A questão do voto feminino vae ser debatida no senado: e as suffragistas, como boas Políticas, continuam na cabala. *O Dia*, Curitiba, 27 mai. 1928, p. 8.

As mulheres do Rio Grande do Norte vão homenagear os presidentes actual e eleito do estado. *O Dia*, Curitiba, 19 nov. 1927, p. 8.

As vantagens do feminismo. *O Dia*, Curitiba, 24 nov. 1927, p. 2.

A velha e a nova direcção do "Diario". *Diario da Tarde*, Curitiba, 03 jan. 1927, capa.

A victoria do feminismo na Inglaterra. *O Dia*, Curitiba, 11 mar. 1928, p. 8.

A victoria do feminismo na Inglaterra. *O Dia*, Curitiba, 14 mar. 1928, p. 5.

Ainda o aparecimento do "O Dia" - Cartas á nossa redacção - as referencias dos collegas locaes. *O Dia*, Curitiba, 04 jul. 1923, p. 4.

Anúncio publicitário da loja Guerra. *O Dia*, Curitiba, 2 jul. 1930, p. 4.

Anúncio publicitário do remédio Vanadiol. *O Dia*, Curitiba, 1 jul. 1923, p.12.

Anúncio publicitário do cinema República. *O Dia*, Curitiba, 11 jan. 1928, p. 5.

Anúncio publicitário do produto de limpeza Bon Ami. *O Dia*, Curitiba, 8 jan. 1927, p. 3.

As famílias agradecem a victoria obtida no Rio Grande do Norte. *O Dia*, Curitiba, 06 nov. 1927, p. 8.

As mulheres do Rio Grande do Norte os presidentes actual e eleito do estado. *O Dia*,

Curitiba, 19 nov. 1927, p. 8.

BUZINA E CIA. *Escapamento Livre*. O Dia, Curitiba, 03 dez. 1927, p. 2.

C. O Feminismo de uma advogada. O *Dia*, Curitiba, 17 out. 1923, p. 2.

CARNEIRO, D. A. da Silva. O dever da imprensa. O *Dia*, Curitiba, 01 jul. 1923, p. 2.

Communismo ou feminismo? O *Dia*, Curitiba, 14 mar. 1928, p. 5.

Congratulações pela primeira vitória do feminismo no Brasil. O *Dia*, Curitiba, 03 dez. 1927, capa.

Considera-se aprovado o projecto do voto feminino. O *Dia*, Curitiba, 17 dez. 1927, p.12.

CORREA, Leoncio. Victorias femininas. O *Dia*, Curitiba, 01 dez. 1927, p. 2

Decreto n 25. *A Republica*, Curitiba, 15 jan. 1910, p. 2.

De Santa Catharina. O Feminismo em Santa Catarina - O "dia da bandeira" foi comemorado pelos grupos escolares de Florianopolis - O professor Orestes Guimarães representara' o visinho estado na conferencia de ensino - desmentindo insinuações do "Diario da Tarde". O *Dia*, Curitiba, 22 nov. 1927, p. 8.

Desiludam-se as feministas. O *Dia*, Curitiba, 13 nov. 1927, capa.

Do Rio Grande do Norte: O Sr. José Augusto obteve 430 numa eleição sem competidores, para senador federal. O *Dia*, Curitiba, 10 abr. 1928, p. 8.

Electra, Curitiba, ago. 1901, capa.

ELOY. A victoria do feminismo. O *Dia*, Curitiba, 17 nov. 1927, capa.

ELOY. Na terra dos casos raros... O *Dia*, Curitiba, 03 dez. 1927, capa.

ELOY. O voto feminino. O *Dia*, Curitiba, 07 ago. 1927, capa.

ELOY. Scena Futura. O *Dia*, Curitiba, 09 nov. 1927, capa.

Exoneração a pedido. O *Dia*, Curitiba, 24 jul. 1923, p. 8.

Figura feminina como alegoria à república em homenagem a Quintino Bocaiúva. *Quinze de Novembro*, Curitiba, 15 dez. 1889, p. 3.

FIOL, Gonzalez. Heine e as sovas de segundas-feiras. O *Dia*, Curitiba, 17 out. 1923, p. 2.

Folhetim d'O *Dia*. O *Dia*, Curitiba, 1 jul.1923, p. 10.

GONÇALVES, M. J. Mulheres eleitoras. O *Dia*, Curitiba, 11 dez. 1927, p. 2.

LINO, Jack. Feminismo II: A espada de Attila. O *Dia*. Curitiba, 29 dez. 1927, p. 2.

LINO, Jack. Feminismo III: A votante, - o turismo producto da macaquice brazilica. *O Dia*, Curitiba, 31 dez. 1927, p. 2.

LINO, Jack. Feminismo IV: O pé num ninho de sará-sará's. *O Dia*, Curitiba, 03 jan. 1928, p. 2 e 4.

LINO, Jack. Feminismo V: Le mond marche!. *O Dia*, Curitiba, 04 jan. 1928, p. 2.

LINO, Jack. Feminismo VI: Jazz-Band sem fio. *O Dia*, Curitiba, 07 jan. 1928, p. 2.

LINO, Jack. Feminismo X: Formigas com catarro. *O Dia*, Curitiba, 12 jan. 1928, p. 2.

LINO, Jack. Feminismo XI: Cadê o cadeado? *O Dia*, Curitiba, 13 jan. 1928, p. 2.

LINO, Jack. Feminismo XIV: Por artes do Diabo. *O Dia*, Curitiba, 17 jan. 1928, p. 2

LINO, Jack. Feminismo XV: em ultima instancia – oleo de ricino. *O Dia*, Curitiba, 18 jan. 1928, p. 2 e 4.

LINO, Jack. Feminismo XIX: Trancas em cruces, e figas ao pescoço. *O Dia*, Curitiba, 26 jan. 1928, p. 2.

LINO, Jack. Feminismo XX: Conclusão. *O Dia*, Curitiba, 27 jan. 1928, p. 2.

LYRA, Roberto. Mulheres. *O Dia*, Curitiba, 17 out. 1923, p. 2.

NETTO, Silveira. D. Julia Wanderley. *O Dia*, Curitiba, 21 out.1925, p. 2.

Não será aprovado o projecto o voto feminino. *O Dia*, Curitiba, 1 jan. 1928, p. 8.

Notas demographicas: Um graphico interessante da vida em Curityba, no ultimo quarto do seculo. *O Dia*, Curitiba, 20 jul. 1923, p. 1 e 5.

O monumento a d. Julia Wanderley. *O Dia*, Curitiba, 16 abr. 1925, p. 4.

O Dia, Curitiba, 1 jul. 1923, capa.

O Dia, Curitiba, 1 jul.1923, p. 7.

O Dia, Curitiba, 04 jul. 1923, p. 2.

O Dia, Curitiba, 8 ago. 1923, p. 2.

O Dia, Curitiba, 17 out. 1923, p. 2.

O Dia, Curitiba, 27 jan. 1927, p. 2.

O Dia, Curitiba, 25 dez. 1927, capa.

O Programa de acção da Federação de Progresso Feminino. *O Dia*, Curitiba, 17 dez. 1927, p.12.

O Sr. Lopes Gonçalves, favorável ao voto feminino, e contrario aos votos dados pelas eleitoras ao Sr. José Augusto. *O Dia*, Curitiba, 24 mai. 1928, capa.

O sexo fraco está triumphando. *O Dia*, Curitiba, 04 mai. 1928, p. 8.

O Suffragio Feminino. *O Dia*, Curitiba, 18 nov. 1927, capa.

O suffragio feminino no Brasil: uma eloquente mensagem das mulheres americas ao Sr. Lamartine: partido político e caravanas femininas. *O Dia*, Curitiba, 21 dez. 1927, p. 2.

O voto feminino. *O Dia*, Curitiba, 16 dez. 1927, p.12.

O voto feminino e a ignorância de nossas leis...*O Dia*, Curitiba, 04 dez. 1927, capa.

O voto feminino e a opinião de um velho advogado paranaense. *O Dia*, Curitiba, 07 dez. 1927, p. 2.

O voto feminino e os juriconsultos das dúzias... Ninguém mais discute a constitucionalidade do suffragio feminino. *O Dia*, Curitiba, 09 dez. 1927, capa.

O voto feminino não será discutido este anno. *O Dia*, Curitiba, 28 dez. 1927, p.12.

O voto feminino no Senado do Rio. *O Dia*, Curitiba, 20 nov. 1927, capa.

O voto feminino no senado. *O Dia*, Curitiba, 11 dez. 1927, capa.

SECUNDINO, Octávio. A imponente commemoração ao 29º anniversario da morte do genial artista brasileiro. *O Dia*, Curitiba, 16 set. 1925, capa.

Um grande morto: O Paraná está de luto - O nosso morto - David Carneiro, uma das mentalidades mais representativas da nossa época e da nossa terra, morre no seu posto de trabalho - A impressão dolorosa desse acontecimento - A saudade d'O Dia. *O Dia*, Curitiba, 16 mai. 1928, capa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Silvete Aparecida Crippa de. **Professora Júlia Wanderley**: uma mulher mito (1874-1918). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BARROS, Jerônimo Duque Estrada de. **Impressões de um tempo**: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750). 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. p.183

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005, p. 125-141.

BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. **História Unisinos**, v. 26, p. 588-604, 2022.

BARROS, José D'Assunção. **O Jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BRASIL. **Constituição (1891)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento de 1920: 4º Censo geral da população do Brasil, 1º da Agricultura e das Indústrias e 11º da população da cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal)**. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. Disponível em:

<<http://memoria.org.br/pub/meb000000360/recenseamento1920poprj/recenseamento1920poprj.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento de 1920: 4º Censo geral da população do Brasil, 1º da Agricultura e das Indústrias e 11º da população da cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal)**. Volume IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

BECERRA, Marina. Angélica Mendoza (1897-1960): paradojas de las luchas por la emancipación femenina en la Argentina de los años 20 y 30. Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda. Año XI, nº 21, pp. 141-161. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUENO, Alexandra Padilha. **Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940)**. Dissertação (Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. 129 f.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2ª ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BUSNARDO, Larissa Guedes. Um bronze fotogênico na praça: Carlos Gomes por João Turin. **Revista TEL**, Irati, v.12, n.2, p.25-48, jul./dez.2021. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/19627/209209215536>> Acesso em: 08 nov. 2025.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Gaihard. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e a dominação simbólica (nota crítica). Tradução de Sheila Schvarzman. **Cadernos Pagu**, (4). 1995: p. 37- 47.

CHARTIER, Roger et al. **Práticas de Leitura**. Trad. de Cristiane Nascimento. 5ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CLICHERIA. In: AULETE, Caldas. *Aulete Digital – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Disponível em: <<https://www.aulete.com.br/CLICHERIA>> Acesso em: 04 dez. 2025.

COELHO, Daniele Martinez de Oliveira. Música, cultura e educação: a trajetória do intelectual negro Benedicto Nicolau dos Santos (1928-1948). (Mestrado em Educação: Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação). Curitiba: 2023, 274 p.

CONCEIÇÃO, Sarasvati Yakchini Zridevi. **Educando mulheres, vendendo saúde: propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920**. Dissertação (Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. 162 p.

COSTA, Carolina Rosado de Sousa. **“Alistai-vos eleitoras”**: o debate sobre o voto feminino no Rio Grande do Norte (1891-1928). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2023. 126 p.

D'ARCAIS, Paolo Flores. Fascismo e Berlusconismo. Trad. Denise Bottmann e Federico Carotti. **Novos Estudos**, novembro de 2011, p. 55-73.

DEMETRIO, Lediane Araujo Pires. **Oposição conservadora ao sufrágio feminino na imprensa paraense durante o período de 1919 a 1932: análise das narrativas e resistências**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. 142 p.

DENIS, Rafael Cardoso. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

DIAS, Lauriane Vasconcelos Braga. **As representações do movimento sufragista no jornal Estado de Minas (1928–1932)**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2024. 118 p.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. (orgs) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRA, Ivan Gomes. **"O voto de saias na Primeira República": o debate sobre o sufrágio feminino no periódico carioca A Noite, na década de 1920**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 29 set. 2017. 73 p.

FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FONSECA, Cláudia. Ser Mulher, Mãe e Pobre. *In*: PRIORI, Mary Del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

GOMES, Analice Quintanilha Porto. As mulheres Britânicas, a Grande Guerra e a Conquista do Sufrágio: Uma luta entre os anos de 1867 e 1928. **O Cosmopolítico** - Dossiê: 100 anos do Movimento Sufragista. ISSN 2318-9711 - v. 5 n.2 p. 40-49, dezembro, 2018. Disponível em https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico/issue/view/volume_5_edicao_2/volume_5_edicao_2> Acesso em 29 dez. 2025.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Trad. Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Censos Demográficos**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Censos-Demograficos>> Acesso em: 31 jul. 2025.

KARAWAJCZYK, Mônica. **O voto da costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. 292 p.

LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX. *In*: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. (orgs) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Daiane Vaiz. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana**: David Carneiro. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012. 167 p.

MANNALA, Thaís. *As aventuras de Chico Fumaça*: narrativas histórico-visuais nas charges e tiras de Alceu Chicôrro no jornal *O Dia* entre 1926 e 1945. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía**. 2. ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1991.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em Tempos de Império. *In*: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. (orgs) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino: *In*: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil República**: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDES, Antonio Celso; STRAUBE, Ernani Costa; KARAM, Paulo Roberto. **Um século de cultura: história do Centro de Letras do Paraná – 1912-2012**. Curitiba: NMC – Núcleo de Mídia e Conhecimento / Estúdio Texto, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/nmconhecimento/docs/um_sculo_de_cultura_-_web18.12/83> Acesso em 22 jul. 2025.

MILL, Stuart John. A sujeição das mulheres. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. (orgs) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. 171 p.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O bonde do desejo: O Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, jan/ abr. 2013 p. 41-57.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. Impressão Régia. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994.

NUNES, Máira de Souza. RIBEIRO, Regiane Regina. Primeira Onda: Feminismo e a Participação de Mulheres na Imprensa Curitibana (1853-1953) *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 37, nº 84, jan./abr. 2025. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/91951/87264>> Acesso em: 05 jan. 2026.

PARANÁ HISTÓRICA. Praça Carlos Gomes. Disponível em: <<https://www.paranahistorica.com.br/publicacoes/curitiba/372/praca-carlos-gomes-1970>> Acesso em 04 dez. 2025.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORI, Mary Del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Pinsky, Carla Bassanezi. Mulheres: Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.) **História da cidadania**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

POMBO, Nívia. Correspondência privada e redes familiares: um novo olhar para a trajetória de D. Rodrigo de Souza Coutinho. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 23, n. 51, p. 992-1012, set.–dez. 2022.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Campinas, SP: Papyrus, 1985.

RODRIGUES, Jaqueline dos Santos. **Postos de puericultura: Fundação o Dia, educação das mães, saúde dos filhos (Curitiba 1940-1942)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira: direitos políticos e civis**. 2ª Ed. Editora Renes: Rio de Janeiro, 1982.

RONCAGLIO, Cynthia. **Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania (Curitiba, 1890-1934)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de Primeira Onda no Ceará: paradoxos e possibilidades a partir das disputas pelo voto feminino na imprensa (1900-1933)**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019. 152 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. *In*: PRIORI, Mary Del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOUZA, Felipe Azevedo. A dissimulada arte de produzir exclusões: as reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930). **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 1–35, 2020. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.166560](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.166560). Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/166560>. Acesso em: 3 maio. 2026.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VARAS, Miguel Ángel López. VALENZUELA, Ricardo Gamboa. Sufragio femenino en Chile: origen, brecha de género y estabilidad, 1935-2009. **Revista de Estudios Sociales**, 53 p.124-137, Julio, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/9349>> Acesso em 02 jan. 2026.

Zomer, Lorena. História de uma “boa feminista”: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924 - 1967. (Dissertação - Mestrado em História Cultural) Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. 127f.

ANEXOS

SEQUÊNCIA “FEMINISMO” DE JACK LINO

1. Feminismo: A cartilha do Diabo

Para quem observar, mesmo com ligeira izeção de animo parcial, o turbilhonar das ideas chamadas adiantadas, pelo coripheus da modernidade deste velho e já cansado mundo submettido às influências das conquistas e conjuncções e disjuncções do pequeno satellite que o rodeia por todos as faces, dos 28 em 28 dias, chegará a perfeita conclusão de que as cousas lá por cima, no conselho dos deuses, não andam tambem muito catholicas.

Sendo certo que isto por aqui acompanha tambem os paredros e leaders da politica dominante do imperio celeste — facil, pois, o concluir, pela épica babélica que atravessam os povos da Terra, que os assumptos que correm nos altos dominios do mundo superior não correm tão suavemente como seria de desejar.

Briga o mar com o rochedo e lá se vão as ostras aos trambulhões. E' o que ora nos acontece, ou antes, é o que se passa no nosso paiz neste momento crítico da historia da humanidade.

Ninguem mais entende nas questões de ética politica ou social. Pensamos conforme a lua que, afinal, não tem culpa de exercer o seu papel milenar de influenciar as mulheres e enlouquecer os homens, sem falar nos demais phenomenos naturaes que surgem desequilibrados, á face da Terra, espalhando o terror e a morte.

Dentre os aluados missianicos do novo regimen, pelo methodo confuso e controvertido, apparece-nos o paredro Brazilio dos Magalhães, de que nos dão noticias os jornais, como apostolo - primus inter pares - da vitoria do feminismo o propheta do que daqui há nada (80 annos sómente) as mulheres terão conquistado a supremacia mental, politica, social e o diabo a quatro, no mundo.

Seria o caso de pol-o-em observação, si não estivesse a chasquear, por singularidade ou dilletantismo phraseologico de rhetorica (de que é mestre batuta) do desconcerto universal.

Se mulher é mulher e homem é homem, desde o começo desta encrenca, o mestre Basilio que arrêe a muxila e tire o seu cavallinho de chuva.

Aliáz, elle o tira habilidosamente, por uma maneira estranha, por paradoxal, apresentando e citando topicos da sua cartilha do diabo: “Dente por dente,

olho por olho” — “amigo, amigo; inimigo, inimigo” — “quem poupa o inimigo nas mãos lhe morre”.

Lança maldições a Mussolini, concedelhe o louvor de haver proibido que professoras lecionem meninos - os futuros homens do imperio italico. Faz-se um verdadeiro pôrcego que dirige dithyrambos ás suas ouvintes, abanando-lhes a vaidade innata, e dizendo, por outro lado: - “eis aqui, meus cathecumenos, o verdadeiro inimigo”.

E’ o caso de se lhe responder: quem não conhece que te compre.

LINO, Jack. Feminismo: A cartilha do Diabo. *O Dia*, Curitiba, 27 dez. 1927, p. 2.

2. Feminismo II: A espada de Attila

O caso typico do novo messias da victoria do feminismo, em terras do Brazil, deu-nos vaza para entrar tambem com a nossa colhér de pau na panella onde tantas são a mexer, quantos a pensar, e ninguem a entender do mingáo a sair.

Mulher é mulher, e homem é homem — deve-se resumir a thése e resumiram-a assim os nossos antepassados de caracu’, dos velhos tempos de masculas e inquebrantaveis energias, todas as licções e toda a philosophia da historia neste sentido. Misturar alhos com bugalhos e papeis de tão claros conceitos, será procurar no mundo da lua a solução de um problema que a propria natureza nos offerece, excepção feita á republica das abelhas.

Deduz-se, por isso, que os Basilios e caterva apologista do evento do feminismo victorioso, propõem á massa dominante do ex-sexo barbado, o papel degradante de parasitas e mandriões — os zangões neutraes de nova especie bipede — excluidos da actividade physica e moral, deixada ao arbitrio do outro sexo vencedor.

Tudo é possivel porque a maioria que se neutralizou e cahiu na mórbida apathia dos vicios galantes em que se afundaram e desapareceram, de antanho, o imperio dos gregos e dos romanos, procura ressuscitar a vida da Pentapolis, das aguas sulphurentas do mar môrto.

Deus é uma questão já morta aos festins do moderno Heliogaballo.

Passou a entidade inexistente que não tem mais razão de ser, quanto mais assento e funcção especifica nos concertos humanos. Quem manda e determina, aqui, nesta bóla de argila são os vermes de melhor consistencia — o mais é bobagem mystica, preconceitos de philosophias defuntas e teimosia de frades.

E' o que vê e o que se lê todos os dias e se ouve pelas ruas, cafés e esquinas: E que bom que fosse assim, porque — justiça, policia, governos e quejandas invenções dos mais espertos — nada impedia que cada qual se munisse de punhal e garrucha para justar as contas com quem se arrogasse o direito de mandar ou possuir mais.

Talvez, provendo esse proximo estado de coisas alviçareiras do pleno reinado da 'animalidade e ferocidade instinctivas é que a mulher alça o cóllo e faz tremular a bandeira de conciliação, com a plataforma preliminar de que saberão ellas melhor derigir os destinos do mundo liberto dos empecilhos divinos; que as suas brigas ou guerras não vão até o punhal, a garrucha e o canhão; quando muito, aos restantes dos cabellos pitôcos.

Deus, porém, parece estar espiando e escutando todos estes conselhos irracionaes, e transvios dos humanos sêres, por um frêsta do alto, tendo á mão e já desatrellada a corrente do Attila russo, cuja espada flammejante já pôz em polvorosa, pela edade media, os povos reaccionarios, como acontecerá com os ultracivilisados de hoje. Póde ser que não e póde ser que sim. Na peor das hypotheses póde ser que da ceifa se colha e resulte alguma cousa de boa.

LINO, Jack. Feminismo II: A espada de Attila. *O Dia*. Curitiba, 29 dez. 1927, p. 2.

3. Feminismo III: A votante, - o ultimo producto da macaquice brazilica

Contam as chronicas de velhos alfarrabios que os que passavam e viam e ouviam as martelladas de Noé sorriam intima e scepticamente do velho visionario.

Elles não sabiam ainda scientificamente, como nós o sabemos hoje, que a Terra era redonda e que seria um contrasenso fosse ella coberta pelas aguas do Céu. Entretanto, eram como nós o somos, com maioria de razões, incréos inveterados, por já terem reduzido naquelle tempo Deus a uma hypothese muito affastada dos mesquinhos interesses da Terra. Tinham tambem attingido a super-civilisação dos costumes, adeptos que se fizeram do methodo confuzo para a distincção das especies.

Tarde quizeram abrir os olhos, as aguas subiram e dessa archi-civilisação não restavam vestigios. Marchamos tambem nós, a folha de contra-vapor, no declive em que desapareceram os antediluvianos. E o signal ahi está na bandeira da feminilidade dos costumes. Não mais se quer a mulher no papel elevado que Deus e a Natureza lhe destinaram no concerto das cousas.

Não é mais Eva que seduz a Adão a comer a maçã proibida — é o proprio Adão que, senhor do xiqueiro, vae forçal-a a descer ao cóxo das esterqueiras da Terra.

Teoricamente nada mais sabio nem mais seductor que as instituições humanas: a republica, o suffragio eleitoral, o jury, os poderes constitucionaes, o direito individual, praticamente, nada mais postergado e mais sórdido do que esse bello palanfrorio de sabedoria artificial e sentido vazio.

Schoppenhauer dividia os homens em diabos atormentados e diabos atormentadores. Schoppenhauer viveu n'uma época, se não a mais sceptica, pelo menos a de maior fluxo do scepticismo e, a dar credito aos seus escriptos, devia estar classificado entre um dos diabos atormentadores. Hoje ficaria classificado entre os diabos mystificados porque a classe dos mystificadores, principalmente em politica, sobrepujou a todo o saber humano.

A mulher votante é o ultimo producto da macaquice brazilica.

A eleição no Brazil, em que peze ao entranhado conceito de perdidias abencerragens do passado, é synonimo de cafagestada, mui particularmente no coração do colosso meridional. O genio decepcionado do grande Ruy Barbosa bem o comprehendêra e o proclamára, preferindo, entretanto, no seu amôr patriotico, esse deturpado regimen, ao regimen do rêlho e da espóra, onde todos se agachariam ao knout dos capatazes do senhorio.

Conduzir, pois, a mulher — mulher á cafagestada e canalhice das urnas indignas, sacrificadoras das consciencias superiores, é querer aviltal-a com uma independencia que jamais possuiu nem poderá possuir.

E demais, "quand la femme veu"..." veu mesmo, e se não vence, torna-se em espada de Damocles sobre a cabeça do Holophernes, vencedor. As Esthers, as Judiths e as Dalilas hão de pulular como cogumelos.

LINO, Jack. Feminismo III: A votante, - o ultimo producto da macaquice brazilica. *O Dia*, Curitiba, 31 dez. 1927, p. 2.

4. Feminismo IV: O pé num ninho de sará-sará's

Essa historia do papel da mulher na historia é caso muito serio que poucos tomam a serio. Tomou-o Eurico Ferri que provou historicamente ser o cerebro feminino uma constante oscillação entre o cerebro da creança e o do homem, nunca

atingindo á maturidade racional. A sabedoria dos gregos levou a interdicção feminina da politica e das sciencias transcendentes, á cultura das artes classicas.

Platão condemnou o canto mesolidio da celebre poetiza de Lesbio, como perigoso ao vigor mental dos athenienses. Os grandes fundadores de religiões espiritalistas vedam o sacerdocio ás mulheres e, conquanto o christianismo as eleve sobremodo á glorificação dos altares, fal-os, tão só, com Maria, intermediarias de petições e necessidades terrenas.

Sómente os nossos curtos juristas e poucos politicos de meia-tijella desconhecem os perigos da intromissão feminina nas administrações dos publicos negocios.

Nem se atribue a outra causa o desmantelo que reina nas repartições publicas onde entra o rabo de saia.

São preterições e excepções escandalosas que emanam dos chefes ou sub-chefes donde o direito e a justiça dependem.

O direito e a justiça e todo o poder inflexivel da lei se abatem n'uma só supplica ou com um só olhar de mulher. Ninguem póde exercer função publica sem a caderneta de reservista: — a mulher, no Brazil, faz excepção á regra geral. Alguem é enforcado, decapitado ou posto á margem dos trilhos: — *cherchez la femme*. Não ha lugar, nem vaga para um alfinete, mas para a mulher candidata se faz saltar gatos.

Certos fiquemos que se o terço da minoria partidaria nunca encontrou apoio legal, encontrará sempre quando se constituir com elementos femininos e, vencedor ou vencido, ai! dos topétes de um Epitacio ou de um Washington teimoso.

Vê-se um incontido desejo, um prurido diabolico de macaco, em brincar com fogo, de atear fogo na cauda do companheiro ou na panella politica para vêr no que dá o mingáo. O menos — póde-se prevêr — ardem pestanas e caudas, porque barbas não ha.

Faça-se, porém, justiça ao senso ainda não perturbado dos nossos homens representativos (na maioria) porque taes idéas desastradas nascem de uma insignificante clak de cabarêts que as eventualidades e as "razões de estado" dos interesses politicos jogam ás poltronas dos pa..., na representação nacional.

Os homens de responsabilidades sociaes não commungam em taes principios e a Mulhar brasileira, na acepção do vocabulo, está longe de pedir ou de se adaptar a taes intriguices das suffragistas inglezas ou americanas que felicitaram o

presidente feminista do Rio Grande do Norte — o primeiro a abraçar-as e a pôr o pé n'um ninho de sará-sarás.

LINO, Jack. Feminismo IV: O pé num ninho de sará-sará's. *O Dia*, Curitiba, 03 jan. 1928, p. 2 e 4.

5. Feminismo V: Le mond marche!

Os que nos acompanharam até aqui, talvez prejudquem uma nossa acirrada phobia aos direitos e prerogativas do sexo fragil. Não possuímos tal phobia, ao contrario, pensamos igualmente como pensam outras individualidades que, mesmo nesta terra, foram chamadas a emittir parecer. E assim o fizeram com elevado criterio e razões sociologicas, collocando a mulher no seu verdadeiro pedestal de rainha do lar. Deslocal-a d'ahi, salvo excepções que abonam a regra, será pôr todas as cousas geraes fóra dos seus eixos, concedendo á crapulagem de um e outro sexo, direitos politicos que o Paiz não supportaria.

Falha-nos a necessaria educação de costumes politicos e se não houvera essa falha, ccessaria pela ordem, a debatida intervenção feminina nas esferas politicas. A sã politica, por si, já é a estabilidade dinamica do Estado, no conceito social.

Allega-se, porem, que o Brazil não deve e não póde deixar de acompanhar a rotação do proprio universo e, consequente evolução dos espiritos, do pensamento ou de qualquer coisa que se queira, em a nossa burriedade, applicar.

Le mond marche! — é a divisa do progresso.

Aqui é que não convêm a nós, ainda semi-barbaros e saidos da casca, acompanhar essa corrida de gansos.

Já vimos a agua de barréla em que deu a decantada civilização européa e a historia ainda nos repete as licções do oriente, hoje, ao sabôr das aranhas e ortigas.

Le mond marche!... Precisamos primeiramente saber para onde?

Se marcha aqui mesmo, será inutil correr. O bom senso nos está a indicar que quem não vae lá das pernas que se deixe ficar, porque, hoje, quem menos anda, vòa.

O multiseclar e quasi interdicto imperio chinez, fez-se republica e acompanhou a corrida, e lá se anda ás voltas com o bolschevismo.

Conhecemos in illo tempore, um marcador de quadrilha de baile furréque que usava esta mesma phrase final: Le mond marche! e accrescentava: escolhambé tout general!

O resultado era um bolschevismo russo da peor especie.

Não sabemos porque presentimos, no momento e com estes novos arautos do "le mond marche" para o feminismo victorioso, o mesmo final da quadrilha furréque.

Le mond marche!... grita a canalha sem patria e sem eira nem beira, mas, o cacête marchará tambem nestas terras brazilicas ainda não de todo avacalhadas pela corrupção dos super-civilizados de alem mar.

Se perabundam os cacos, ainda resta muita gente inteiriça que aguentará o repuxo por onde dér e viér.

Por enquanto, cataplasmas calmantes ao prurido dos gaferentos.

LINO, Jack. Feminismo V: Le mond marche!. *O Dia*, Curitiba, 04 jan. 1928, p. 2.

6. Feminismo VI: Jazz-Band sem fio

Cataplasmas calmantes ao prurido dos gaferentos. Um pouquinho melhor que o drastico mussolinico. Cada qual em sua casa sabe onde as correias apertam e a pimenta lhe arde.

E por ser o Brazil um paiz liberrimo, porque deixar de ser previdente? Diz-se e decanta-se que a mulher, nestes ultimos tempos, ha conquistado uma grande parcella de independencia e liberdade de acção efficiente nos seus destinos sociaes; que são chegados os tempos de se reconhecer e conceder a outorga de maiores direitos civis e politicos.

Não tem duvidas: o sexo de saias curtas e cabellos pitôcos, joga, fuma, vae ao tennis e ao golf, toma champagne e vira o seu chiquête como o mais fino ou vulgar dos filhos de Adão.

Comprehenderam ellas, alfim, que isto por aqui é uma borracheira; um colossal jazz-band sem fio, nem pavio onde cada um póde pegar, e tocar o pito que melhor lhe aprouver nos 365 dias do carnaval de cada anno.

Chova arame e viva a pandega!

Aqui, é preciso abrir um largo parenthesis para uma nova serie de considerações collateraes ao thema inicial e ao redor da interrogativa: — E por ser o Brazil um paiz liberrimo, porque deixar de ser previdente?

Em a nossa serie anterior de observações á margem das questões financeiras que nos vão conduzindo insensivelmente á projectada ruina da nossa integridade nacional, escalavrando, por outro lado, o blóco granitico da nossa feitura moral de povo superiormente organizado, apontanos por este jornal, sob a epigraphe "Brazilicas" o verdadeiro polvo ou demonio escalado para a perda da nossa patria — o cinema americano.

Verificamos agora (quasi dois mezes depois pela revista "Cinearte" de 7 de Dezembro) as mesmas criticas emittidas sobre a actuação do cinema e do automovel americano; da necessidade da criação do cinema nacional (graças a Deus já em vias de facto com a execução de films brasileiros) e obrigação do governo da Republica e dos Estados em virem em auxilio da iniciativa particular nessa obra patriotica de salvação, ainda não fundamente meditada e comprehendida. Os que têm em suas mãos os destinos da nacionalidade e interesses do povo, parecem ainda andar pelo mundo teorico da lua e de uma provavel existencia de seus vulcões extinctos, tal a despreocupação desse tão magno assumpto.

Vê-se a casa solapada, ruir aos boccados e trata-se apenas de arranjar o barro para tapar-lhe as fendas abertas.

Enquanto as fendas forem só de parede — barro não falta, mas a coisa póde ir longe e depois... nem trancas de ferro. "Le mond marche" e é preciso que o cacête "marche" tambem.

LINO, Jack. Feminismo VI: Jazz-Band sem fio. *O Dia*, Curitiba, 07 jan. 1928, p. 2.

7. Feminismo VII: Ramon Novarro, de olhar vesticante

"Le mond marche"; o cacête "marche" tambem. Discutem-se théses, em congressos de educação, com saladas de puro teorismo colhido em Rousseau, Ribot, Payot, Guzot Spencer, Charles Peirce até William James, desprezando-se a fivella da gaita desatarraxada na questão sexual.

Esses illustres paredros mentores e directores da massa educativa viveram em seculos passados e não podiam, portanto, conhecer a moderna psychologia

cinematographica resumida n'uma unica thèse — o amôr physiologico, esmiuçado de alto a baixo, do direito pelo avêso.

Encontramos no dia da installação do memoravel congresso teorico, um magóte de frangalhotas, ainda com pennugens dos cueiros, que se iam pela avenida discutindo as qualidades varonis de seus fedelhos enamorados.

— O meu, dizia uma, vae ser um Ramon Novarro: elegante de pôse e de olhar vesticante (não entendemos a significação de vesticante que traduzimos por supplicante ou causticante) — Ramon Novarro!... ah! ah! ah! interveio com ironia uma morenita mais altinha, espevitada, de olhos e pernas de saracura, ninguem quér aquelle basbáque. Só sabe olhar e bancar o ingenuo...

Arregalámos os olhos e nos aproximámos mais com a intenção de perguntar se ellas estavam cursando (traziam uniformes escolares) algum estabelecimento ou studium de cinematographia.

Não ligaram á nossa aproximação a minima importancia, ou antes, deram mais vigor áquella tagarelice, pondo a provas conhecimentos technicos sobre olhares, beijos e abraços com um desembaraço inconsciente e despudôrado que achámos mais prudente affastar-nos, a mettermos-nos em calças estreitas com garôtas de tal jaez.

Não ha teoria, nem congresso educacional que possa com gente desta ordem, reduzida á expressão mais simples pelas explicações intuitivas da téla. Esta é soberana em elevar á maxima potenciação, o interesse, aliás, secundario das modalidades affectivas do amôr phisiologico em a gamma chromatica da sexualidade, encobertamente animal.

O feminismo teorico e pratico nasceu, forçadamente, como derivante abortivo da educação do écran. E os resultados já se apreciam pela corrente do pensamento dominante por onde se educa e já dança a geração de amanhã.

Espreita-lhe essa irremediavel desgraça mercê da imprevidencia nossa e dos nossos governos. Allia-se a tão estúpida imprevidencia o teorismo rethorico e passadista das nossas educacionistas de reffles e carabinas napoleonicas.

Theodulo Ribot e Jean Jacques Rousseau disseram e está resolvido o problema.

Felizmente agora ainda resta o cacête caseiro para os que não lêem pela cartilha da nova escola.

8. Feminismo VIII: Curu-curu' você me conhece?

A influencia malefica do cinema não se faz sentir sómente na falsa educação da mulher e dos costumes sociaes. A instrucção ahi é tambem encarada por um prisma irrisorio, se não de ridiculo passadismo.

Já não bastava reunir-se a existencia do homem e da mulher a uma unica finalidade — a do amôr attractivo e vulgarizado em themas batidos e rebatidos por milhares de facétas romanticas. O americano agora inventa e nos apresenta uma nova face inexplorada — a do amôr por sport.

Chamou-nos a attenção uma das fitas seriadas e em execução nas télas, nestes ultimos dias: — “Veteranos e Calouros” — onde se descreve, falsa ou verdadeiramente (em qualquer dos casos perigosissimo), a vida universitaria dos Estados Unidos.

O titulo de um dos quadros do terceiro episodio denominado “um que leva a serio a universidade” define o intuito e descerra a olhos perspicazes o perigo que ameaça a propria instrucção superior. Aparece-nos a figura de um besta que se preocupa com os livros de estudo e leva a serio os dictionarios e problemas de Euclides.

A universidade, ali, é o mais vasto campo de todos os sports, inclusive os de amôres, onde rapazes e raparigas não se distinguem senão por habilidades e extravagancias suggeridas por todos os generos de futilidades.

Accresce que estas andam de calções de volatins (a moda se não pegou, pega logo) deitadas pelos rinques do parque e preparadas para cair n'agua, ou no mangue, á mercê dos caprichos, sem que se dê contas á direcção do estabelecimento e fiscalização de costume. Tudo ali é como *cher soi*, muito alegre e prazenteiro e muito natural como no paiz das arabias.

“Isso de grande estudo (resume-se o film) para só entender as mulheres, é coisa mui bolorenta, por passadista.”

Atravessamos o pleno reinado das futilidades em tudo e por tudo. Nem mais um Diogenes inoffensivo aparece-nos com sua lanterna historica para perguntar onde está um homem?

E se tivesse a desgraça de surgir ahi por um dos cantos do mundo ninguem lhe perguntaria o que vinha a fazer, nem para onde ia?

Quem se incommoda com as truanices de Mossulini — um sonhador pitagorico no seculo do jazz-band e do curu-cucu' você me conhece?

Ninguém vale mais nada ante o carnaval a que se pretende reduzir o dia de hoje e o dia de amanhã.

Antigamente valiam os velhos que conduziam os moços. Hoje os moços pretendem conduzir os velhos que se tornaram em corja de sevandijas e mentecaptos amoraes. Os moços também não valem nada apesar da garganta e dos pulmões vulcanicos que despejam metralhas, fuzis e trovoadas de verão.

No reino das futilidades valem todos por todos ou então só duas cousas, em tudo e por tudo: — o dinheiro e o cacête. O primeiro de valor relativo e o segundo de valor absoluto e de soberana razão. Valha-nos, pois, ao menos, o prestígio do cassetêto.

LINO, Jack. Feminismo VIII: Curu-curu' você me conhece?. *O Dia*, Curitiba, 10 jan. 1928, p. 2.

9. Feminismo IX: Burro e' o boi que conduz a canga

Fertilidades!... Chegar ao reinado das futilidades é chegar ao pleno dominio do feminismo! E neste ponto, tem toda a razão o mestre Basilio em prophetizar daqui ha nada (80 annos!... E' muito.) a elevação do sexo abarbado á ingerencia, supremacia ou superintendencia de todos os negocios sociaes e politicos. Engana-se, porem, neste ponto, o conceito da existencia de negocios sociaes e politicos.

Por essa época suspirada só existirá jazz-band e cachorrada. Se ninguém se entende desde já, neste assumpto, quanto mais de futuro.

A visão não está completa nem bem verdadeira porque, á dissolução dos costumes e ao "nós todos somos um e a mesma coisa" do lemma feminista que nos quiz conduzir ao reinado das futilidades, allia-se a acção corruptora do cinema. Passou a segundo plano o substractum permanente da humanidade de valor: — homens e mulheres de caracu' que ainda restam. Obscurecidos embora pela avalanche da bagaceira que surgem á tona, no desejo de espatifar o que se creou e existe de serio e verdadeiro, inclusive o sentimento religioso que não é milho, nem feijão com batatas para qualquer, aguardam a vóz potente da propria Natureza que terá de expurgal-os, aos neutros, como indigenas da propria especie.

A historia é velha e sempre repetida: Deus deixa ao diabo que amontoe o bagaço e d'elle entulhe os vallados para depois atear fogo e sanear os caminhos.

Poucos concordam com este nihilismo historico, mas elle se torna tão natural que, se Deus não existisse, de facto, existiria por necessidade ou fatalidade imperiosa na cadeia dos acontecimentos.

Na propria fita cinematographica que expõe e nos diz muita coisa, o resto se occulta, porque a realidade e os motivos, os trucs e encenações, estão longe do expectador.

Ha, por vezes, uma magia enganosa e superficial dos sentidos dentro do mundo ficticio que se desenrolla e se nos apresenta na realização dos dramas da scena muda.

Soffre-se ali verdadeiros ataques á sensibilidade affectiva, verdadeiros transportes á glorificação de mundos poeticos sob a influencia de scenarios convidativos ao delirio e aos devaneios da imaginação perturbada.

Não mais se imita, nem crea-se e vive-se, mais ou menos, dessa vida de sonhos.

E, como na téla todos tambem, mais ou menos, são ricos ou vivem ao Deus dará — burro é o boi que não sabe livrar-se da canga.

Se a canga é o marido ou a mulher — fóra com elles, com ou sem divorcio.

Se a canga são os filhos, para isso ha remedios ou expedientes.

Se a canga é o patrão ou o chefe — saiba V. S. que... e passar bem.

Bellezas do feminismo!

LINO, Jack. Feminismo IX: Burro e' o boi que conduz a canga. *O Dia*, Curitiba, 11 jan. 1928, p. 2.

10. Feminismo X: Formigas com catarro

Bellezas do feminismo!

Mas a que se reduz, em essencia, o feminismo senão ao delirio da gente sem que fazer e endiabrada.

Que a mulher tenha necessidade de illustrar-se ou concorrer com o homem nas profissões liberaes para ganhar honestamente a sua propria ou alheia subsistencia, nunca se contestou tal direito. O que se contesta — (isso é que é feminismo) — é a sua ingerencia na vida politica ou da publica administração dos

negocios internos ou externos do paiz. A mulher ha de ser sempre um ente gerador de perigos sociaes, nesse ponto. Ser deputada, intendente ou cousa que valha, passa a intrujice inominavel.

Passando a cabo eleitoral, torna-se um furacão.

No Brazil não passarão felizmente de formigas com catarro.

E' o que nos vale por mais um seculo, em que peze aos desejos de mestre Basilio.

O Brazil tem que ser previdente neste sentido, porque taes pruridos de suffragios eleitoraes, divorcios matrimoniaes e quejandas intrujices do modernismo adventicio e destructor, apaniguados por outros que taes, apóstolos da macaqueação impatriotica e fóra de tempo para os habitos e tradições nacionaes da nossa raça e temperamento, surgem do interesse estrangeiro em avacalhar de uma vez com o colosso sul-americano.

Em materia de homens não vamos já lá muito bem das pernas, quanto mais introduzindo gambias e saias na contradança politica.

Basta-nos para experiencia as que perambulam pelos gabinetes e corredores dos ministerios e repartições, á conta das guélas de negociatas ou á cata de arame por troca de sorrisos e graças particulares.

Estejamos certos que os nossos homens publicos de intuição superior, e ninguem de bom senso, consentiriam que as esposas e filhas descessem, por maior consagração das utopias textuaes de deveres patrioticos da cidadania democratica, a se hombrear, nas farças eleitoraes commettidas á capangagem assalariada, com a ralé duvidosa das suffragistas de urnas.

Querem-nas, talvez, os trapaceiros e forgicadores de tramas; os interesseiros de mão de gato e alguns teoricos suggestionados pelo evento de novas éras e novas idéas, dê no que dér.

Não é bem assim. A mulher brasileira não deve ser julgada a vol d'oiseau. Ella regeita, in-limine, taes concessões ultraliberaes e fóra de tempo porque não decahiu, nem baixará do seu verdadeiro pedestal de rainha do lar. Uma ou duas, ou mesmo um grupo que tal de cabellos e cabeça a la homme, constituirá apenas lamentavel excepção.

LINO, Jack. Feminismo X: Formigas com catarro. *O Dia*, Curitiba, 12 jan. 1928, p. 2.

Breve estará lançada a moda dos calções universitários para corresponder a dos cabellos *a la homme*. Será mais commoda e mais hygienica. A volta á natureza primitiva é questão de momento.

Aliás, a moral severa dos patriarchas [...] cousa defunta por ser mais uma questão de egoismo.

A mulher se emancipa da tutella masculina que já teve e hoje não tem mais razão de ser. Ellas por ellas — direitos eguaes e liberdade absoluta.

O activo e o passivo se neutralizam pelas razões finaes do balanço.

A vida para certa casta de gente é uma pandega de cabarêt barato e chubréga.

Deixar o seu quinhão para o gato de casa ou para os vermes da cóva é besteira e atrazo.

O feminismo neste ponto possui uma philosophia ultra chocante:

— Mandar ás favas os principios e convenções rançosas da moral juridica, social e religiosa dos livros bolorentos, creada pelo egoismo dos deuses e dos homens hypocritas.

Le Dantec chega ao axioma de que o edificio social tem por base o egoismo e por cupola a hypocrisia: — Abaixo essa cousa!...

Por taes teorias chegaríamos a conclusão de que a humanidade terá de ficar reduzida a uma só especie característica. Já existe a dos mulos.

Estamos certos de que a lua se não enlouqueceu, sahiu fóra da linha e tem muita culpabilidade pela actuação exercida no fermentar de taes ideas, por demais avançadas.

Pudéra! se grande parte dos mentecaptos trocam, pelos cafés e pelas orgias, o dia pela noite. O peor é que essas allucinações são contagiosas e acabam por convencer a inconsciencia da massa terraquea.

Mestre Sól que governa o planeta deve ter coçado muito a cabeça. Não ha mais terremoto nem furacão que endireite ou espante esta gente.

O inferno a regeita porque se o feminismo penetrar nos arcanos maldictos, põe tudo em polvorosa e a diabada se espanta.

Adão culpou uma vez ao Senhor de ter-lhe dado a mulher — causa da sua desdita. Disse-lhe o Senhor: ella será sujeita a ti e ambos formarão uma só alma e um só corpo. Mas... cadê o cadeado?

Isso de mulheres é um caso serio. As Sabinas acharam-se muito bem na companhia dos romanos e muitas mandaram ainda dizer aos maridos: — talvez te escreva!

Agóra com o evento do feminismo o recado mudou de feição: "Vou sahir um momento. Espere sentado que de pé póde cançar."

Excepção delicada entre amigos que se consideram.

O commum é cada qual por onde convier e bem entender.

O' tempora, ó mores!

LINO, Jack. Feminismo XI: Cadê o cadeado? *O Dia*, Curitiba, 13 jan. 1928, p. 2.

12. Feminismo XII: Menos o feijão e o arroz

Antigamente houve um diluvio de aguas para o povo primitivo que peccava por ignorancia de sua origem e destinos; agora ha o diluvio de estêrco onde se afundará a historia do passado, e está ameaçada a humanidade do futuro. Deus, previdente, é o Noé que vem batendo as arcadas e escotilhas da archa, sob apupos e risos da massa desmantelada, donde raros se escapam.

A archa é a da fé nos destinos superiores da humanidade — unica que conseguirá atravessar o lodaçal da materialidade ignobil com ebulições empafuadas e prestes a arder como arde qualquer materia imprestavel.

Ou chapa ou cruz! — não tem guerê-guerê. Quem anda por emprestimo não se arvora em dono da casa. E felizmente o Brazil ainda não está ainda de todo reduzido á casa de sógra.

Restam valores e, em ultima analyse, o poder infallivel e moderador do cacête para os patifes e patifarias de todo o genero.

Ha que se cuidar as portas quando não se tem muita fé na policia.

O touro guarda instinctivamente o rebanho á suspeita da ronda das féras.

Chega-se ao momento de cada um defender-se como puder. Momento tragico e decisivo que o instincto annuncia e mui poucos comprehendem. Defende-se ainda a mulher, da propria mulher.

O derimir do perigo está, em parte, na educação rigida dos costumes, contra a corrupção, contra as tentações das transviadas, das futeis e modernizadas, em favor da propria inviolabilidade ao santuario do lar.

Tem de ser uma campanha de demonios com anjos, no campo feminino onde se decidirá a sorte da terra.

Ajude-nos, Senhor, que elle é fôrte! bradou S. Miguel, ao ver que a batalha crescia e durava.

Se o Archanjo gritou por soccorro, que faremos nós-outros, já ás garras de tigre luminoso que vomita milhões de demonios de sais pela téla muda?

Não ha ali quem possa aguentar o balanço. Nem ha fugir do bandido que entra sorrateiramente, aos pedaços, portas a' dentro, pelas revistas, á granél, instigando, seduzindo aos retardatarios.

Havia ainda esperanças no enjôo que apparece aos appetites desenfreados. Tudo enjôa neste mundo inconstante, menos o feijão e o arroz.

O cinema conseguiu o milagre do arroz e do feijão. Passou a prato obrigatorio, por vezes, caro de esfolar o couro e a pelle.

Seja isto ou aquillo, borracheira ou fritada, com cara feia ou contente: digere-se o film por uma questão de habito.

Quem ainda quér guardar uns restos de pudôr, vê-se ás vezes na contingencia de não poder sorucar por baixo das cadeiras ou sair gritando: me larguem!

Todos, porem, ficam, mais ou menos, firmes dizendo lá pelo intimo: "puxa barbaridade!"

LINO, Jack. Feminismo XII: Menos o feijão e o arroz. *O Dia*, Curitiba, 14 jan. 1928, p. 2.

13. Feminismo XIII: O monstro multifauce

O derimir do perigo está em parte, na educação regida de costumes contra a corrupção.

Será, pois, trabalho inutil estar a dar martellada, e espadalhaços na serpente serpentina das telas — uma coisa, como de advinhação, "que não é viva, nem é morta; não tem rabo, nem cabeça; nem direito e nem avêso."

No tempo das lendas os dragões enguliam uma só victima exigida por dia, da cidade onde assentava morada e espalhava o terror; hoje, a serpentina da téla, com as suas serpentes de carne e osso, exige de cada canto dezenas, centenas e milhares de victimas engulidas, digeridas e — (as que não abrem olhos durante o trajecto ou mais cedo) — cuspidas á rua como phantasmas.

Os da primeira e segunda infancia — (os impuberes e adolescentes) são os pitéos mais appetecidos do monstro multifauce.

O governo cumpriu já, do seu lado a parte que lhe tocava, proibindo ou regularizando a assistência dessas indefeças, inconscientes e primeiras victimas do monstro voraz. Já é um passo dado a favor da profilaxia moral desses antros modernos, livres, up-to-date, — escolas vivas e baratas de despudores, crimes e licenciosidades, á americana, e onde lá se fica para sempre aquillo que as sapatarias não vendem para o rosto.

O segundo passo será o da determinação dos cinemas livres, ou não, de censura effectiva, para a recusa dos films immoraes ou deseducativos.

Nos cinemas livres de censura — (é preciso que haja porque para certa casta de gente, em ambos os sexos, já em delirium tremens, de paladar e costumes estragados pelos môlhos de pickles, vinagre, zurrapos e picantes azêdos) — chá fino, é purgante; ambrosia delicada e suave, é mingáo p'ra doente. E aquella gente bêrra e grita p'ra burro se lhe tiram ou cortam o ardido e azêdo.

Como nas classes sociaes, naturalmente divisionadas pela educação do individuo, assim, para os theatros e salões de cinema. Quem aprecia o cheiro e baixa ao sabor da degradação moral está invalidado para subir á superior esphera de melhores costumes.

Para o amoral que só enxerga e só encontra a bagaceira da gente da sua igualha e convivencia, não ha esphera ou linha de conducta superior em face do "nós todos somos um e a mesma cousa".

A guapécada infeliz têm ainda o mau vezo de julgar a todos e tudo por si.

O segundo passo acertado do Governo que tão bem glopeou um dos rabos do problema (o da protecção legal aos menores desamparados ou mal amparados) — seria, pois, pela ordem e censura dos films, o da divisão forçada das casas de diversões em tres classes ou categorias (como nos navios etc.): I a da classe de gente direita; II a da classe de gente azinavrada; III a da classe da gente chubréga.

A escolha ficaria ad-limitum do freguez.

LINO, Jack. Feminismo XIII: O monstro multifauce. *O Dia*, Curitiba, 15 jan. 1928, p. 2.

14. Feminismo XIV: Por artes do Diabo

A primeira consequencia do cinema livre de censura é atear fogo na canjica.

A segunda é corromper a mulher; a terceira desmasculinizar o homem para o regimen inédito do feminismo vencedor.

A historia não falha. Era uma vez uma nação quando as gallinhas cantavam de gallo. Mussolini — o homem de caracu' e visão superior, previa o perigo ás portas da Italia e desancou o cacête na serpente e nos esfrias de cabarêts: — "quem tem somno dorme e quem não tem tambem dórme." Esse negocio de Direito p'ra o tórto, são teorias que não dão certo. Quér trabalhar?... muito bem; não quér? — vá via, outros rumos. Foram os esfrias de todos os tempos que collocaram o punhal nas mãos de Carlota de Corday e o revolver nas da suffragista ingleza que ia liquidando o Mussolini. Marat e Samsão foram uns bestas que não o é Mussolini. As suas besteiras serão de outro genero porque os tempos são outros e as comidas tambem.

Dar em cima dos ratos e ratas é salvar o paiz de peste bubonica. Cream-se, porém, no Brazil, leprosarios para o mal de Hansen e deixam-se os verdadeiros leprósos moraes do lado de fóra.

Na Italia moderna dá-se o contrario: expurgam-se os leprosos e fecham-se leprosarios de grades. Bemdicto patriotismo! Fechamos aqui o parenthesis e voltámos á vacca fria do thema inicial.

O feminismo encarado seriamente é um assumpto complexo, não solucionado ainda pelos paizes que o perfilharam e o qual não póde ser resolvido assim por um decreto do governador do Rio Grande do Norte — o primeiro a abraçal-as.

A nossa constituição liberalissima se não tolhe o direito de cidadania e consequente liberdade de voto ás mulheres, tambem não o dá.

Conceder-lhe ad-nutum, é suprimir a tutelania ou direitos collateraes do nosso codigo civil, cuja elaboração queimou, por tantos annos, as pestanas dos sabios, e provocar do dia para a noite, um conflicto de casos em que a constituição e o Codigo Civil voarão aos pedaços (primeira consequencia).

A mulher-cidadão, com direitos de votar e ser votada, poderá por artes do diabo, sentar-se á curul presidencial da Republica ou dos Estados e estostrar, na certa outra revolução mixta de saias e calças cujos resultados serão o voar pelos ares cacos de louça com cacos de gente (segunda consequencia).

O fim da quadrilha furréque será o escolhambé tout general, porque se a mulher tudo consegue com labias ou lagrimas de mico, que fará com o prestigio das urnas do Brazil indigena e quasi analphabéto? (terceira consequencia).

Em vista disto só aquillo.

LINO, Jack. Feminismo XIV: Por artes do Diabo. *O Dia*, Curitiba, 17 jan. 1928, p. 2.

15. Feminismo XV: em ultima instancia – oleo de ricino

Bem andaram os legisladores em conceder treguas á malfadada questão. Se a "pedra em cima" é a solução mais rapida que lá se encontra para certos assumptos que tomaram o epitaphio "aqui jaz o que pretendia ser e nunca será. Orae por elle", melhor andariam, e redemptos seriam, de todos os erros, se desembrulhada a giçára todos os annos, a embrulhassem de novo e a guardassem com o mesmo cuidado e o mesmo epitaphio.

Feminismo e divorcio, com pretensões a textos legaes, são bichos de sete cabeças que não morrem de susto. Discutir é bobagem.

Bordoadada em cima e pratelleiras com grades de ferro.

Ha outras cousas mais serias em que cuidar.

Se não se evitam patifes e patifarias com a educação dos costumes, muito menos com o amparo da lei.

Deixem-se os Basílios e Frólas a discutir e a conversar do outro lado. Na guerra como na guerra em casa como na casa: cacête, e em ultima instancia, — oleo de ricino.

Graças a Deus parece que o cajado de mestre Washington vae aplainando os caminhos sem molear o garrão.

Fósquinhas de jaguatiricas só matam sagui.

Os funcçionarios, com carradas de razão, já viram por onde a cotia assobiava.

Verdade seja que dôr de barriga não espera o dia seguinte, mas quem não acha aonde ir, não procura o meio da praça. Primeiro eu, depois Matheus. Isso de gritar é costume. Grita-se sem saber do que e porque. E' o methodo das suffragistas. A fixa chegou, ahi vem o barulho. Agora, bancar o coronél do Cattete, só com Bernardes.

O feminismo parece tambem não conta farinhas, com mestre Washington, e é o que nos vale. Imagine-se que em vez de gréve de funcçionarios, fosse gréve de funcçionarias!...

Nada! a cousa deve ir como está — sem pruridos nem faniquitos. A policia teria mais que fazer.

Mulher é mulher, e homem deve ser guaçatunga.

Homem — bom moço, bellezinha! e outras amabilidades de alisa velludo, traz muita agua no bico.

Pé atraz e rêlho nas costas — systema Rio Branco.

Quem tem orelhas de Ulysses vão a tempo entupindo os ouvidos.

O canto das sereias de mar e de terra tem levado para o inferno muita gente que se havia por santa.

Felizmente o Brazil não está de todo perdido e, se os governos têm erros, têm também acertado.

E o instituto social lhes tem e lhes vae merecendo preciosa atenção e cuidados.

Resta a cooperação da parte dos validos.

LINO, Jack. Feminismo XV: em ultima instancia – oleo de ricino. *O Dia*, Curitiba, 18 jan. 1928, p. 2 e 4.

16. Feminismo XVI: No Brasil e'assim

Resta que os validos cooperem para revigorar o bom senso commum em que se appoia o equilibrio ou estabilidade da ordem, da paz e do progresso social ou individual.

A vida, dizem os novos philosophos de meia pataca, não é a paz estagnada, (até ahi morre o Neves), mas a guerra incessante de forças e energias que se cambiam ou se neutralisam.

Não ha elementos superiores nem inferiores, mas energias em pilhas, por cargas, etc. etc.

Cargas de páu e camisas de força, e drastico e Mussolini, que foi o que bem comprehendeu essa gente.

Philosophia de importação e de ultima hora, quando já os vêmos esfolados e victimas dos descarrillamentos da razão natural que é o bom senso alliado ao estudo e experiencia dos phenomenos sociaes e politicos que illustram a historia de todos os tempos.

Augusto Comte, com ser aluado de crises, possuia fóra das conjunções do plenilunio, o mais claro bom senso acerca da ordem organica, e estabilidade do instituto social e politico.

O seu claro bom senso ainda o levou a enxergar que, sem andar superior, não ha ordem no inferior e seria uma vez a estabilidade do seu sonho genial. Que fez?

Zás! decepou a cabeça do catholicismo, porque difficil seria crear outra religião que a superasse na ordem e obediencia aos seus principios organicos. Não querendo por prudencia se collocar como Deus, na cabeça, collocou a humanidade e, para Virgem Maria, collocou a Clotilde de Vaux.

Os seus discipulos, na França, deram-no como louco e foram-se affastando das doutrinas do Mestre que, angustiado por não ser comprehendido, veiu a morrer pouco tempo depois, em delirios. Em Paris existe apenas a placa commemorativa do mestre e de sua fundação. Nenhum outro paiz da Europa e demais continentes sabem de Augusto Comte e Clotilde de Vaux, a não ser pelas encyclopedias.

Pois no Brazil a cousa mudou de figura e não foi bem assim. A semente germinou como beldroéga e augmentou, invadindo os estabelecimentos superiores de ensino, inclusive a escola militar, onde pontificava o talento e ardôr de Benjamin Constant. Teixeira Mendes e outros levantavam o templo da Humanidade. Deodoro e Floriano não entendiam bem ou nada daquelles riscados e novidades, mas... foi uma vez um Pedro II e o seu imperio. Quando povo coçou os olhos, as comidas eram outras. Teixeira Mendes, na sua simplicidade de brasileiro, era de facto um puro crente que andava aos encontrões com a geringonça ideada, e morreu, deixando insubstituivel a sua cathedra da rua Benjamin Constant, por traz da qual ainda se vê o retrato de Clotilde, encimado por um letreiro que diz: "Virgem Mãe, antes e depois do parto." No Brasil é assim.

LINO, Jack. Feminismo XVI: No Brasil e'assim. *O Dia*, Curitiba, 20 jan. 1928, p. 2 e 4.

17. Feminismo XVII: Solfos de fa'-bordão

O "já-começa" começou pelo norte e virá para o sul se não houver o mitigal do cacête — infallivel para a sarna tiririca.

O sr. Washington creou a lei preventiva contra o bolschevismo russo, vamos a ver como se desengata do bolschevismo nacional appoiado pelo seu compar escoteiro e fóra da manada.

Quando um boi pinotêa e dispara do lado da estrada, os demais não obedecem mais ao guião e está feito o estouro.

O unico geito é laçar o boi tonto e fincar um tiro no ouvido. Figuradamente, neste pé, aqui está a questão feminina.

Emquanto o paiz geme escalavrado e exangue, brincam os filhos de tempo-será.

Levantam-se chusmas de perigos e outras serias questões de palpitante interesse onde se queimam pestanas, e aparece, no meio, um dos taes responsaveis contar a historia do Mané que pintou os dois filhos Zezé e Migué e quando quiz pintá — cadê pincê?

Ou esta geringonça anda seria, ou vae á matróca.

O paiz precisa de homens e a infancia a quem se léga esta patria, precisa de mestres.

De philosophias baratas está-se inteirado. A mulher tambem precisa ser educada superiormente e não com eleições de camaristas de roça ou de outras figuras decorativas de confeitarias e avenidas.

A incipiente questão feminina no Brazil, não passaria de snobismo, á inglesa, de certos meliantes innovadores, se não houvéra se inculcado como padrinho do abôrto a autoridade governamental de um dos Estados da Federação. O baptisado seria pistoleiro se não fôra uma bóta dos pés para as mãos.

Erostrato, pessôa acorada nos confins da obscuridade, tocou fogo um dia no templo de Diana para passar a posteridade.

O Rio Grande do Norte quér dançar agora um fox-trott com o seu representante de saia, a despeito da caratonha do sr. Washington que não é homem de embarcar em canôa remendada.

A cousa ja está a 29 duros porque a professora Thomé de Souza (que pretende ser, na historia, o 2º governador geral do Brazil) pediu a palavra na praça Floriano Peixoto do Rio de Janeiro para, no primeiro comicio feminista, declarar que contam com o donguinha do nórtte para o que dér e vier.

O comicio foi no dia 31 do anno morto, 31 de verdade batido pelo sr. Washington que péde a 30 e é o az de paus do poder moderador das vontades alheias.

Se a Lyra masculina emmudeceu no dia 31 ao pezo do triunfo, que fará a Lyra feminina acompanhada em solfos de fá-bordão.

LINO, Jack. Feminismo XVII: Solfos de fá-bordão. *O Dia*, Curitiba, 21 jan. 1928, p. 2.

Dizem que o amôr começa como um brinquedo e depois féde a enxofre. E assim como o amôr, todas as artes ou artimanhas inventadas pelo casco feminismo.

Convem aqui notar que não generalizamos os casos.

Ha mulheres e ha Mulheres, assim como ha homens e Homens.

Facil o distinguil-os pelas idéas e actos.

Os primeiros andam conforme os ventos, pensam conforme a lua e dançam conforme a móda.

Essa historia de feminismo está começando como brinquedo mas não é brinquedo: — é sarna tiririca que já péde enxofre com banha.

E como da sarna de casa ninguem está livre, — quem ainda uza de barbas que as vá pondo de molho no kerozene.

Quando o diabo anda solto fecham-se as portas com cruces dobradas. E pouca gente sabe porque o diabo anda, de tempos a tempos, a passear pelo mundo?!...

A historia até parece verdade: — Depois do diluvio (contam) entram para as soturnas cavernas todo aquelle mundo de gente que — "franqueza, disse o rei dos infernos, não esperava." Para fazer a distribuição pelas profissões a que se alliam os peccados designou o Conselho. No inferno: tacho a ferver é só p'ra parceiros de porco. O castigo regular está em continuar sem descanso naquillo que se uza e abuza. Quem é sapateiro e trabalhou no Domingo, nunca acaba o sapato e quando vae acabando, desaparece para começar de novo. Ao usurario que conta, nunca finda a operação, e os montões de la plata. Aos trapaceiros e pianistas, contadores de bróca, cabaretistas, e farristas, têm o seu metier continuado sem fio, nem pavio. E assim tambem as mulheres.

Mestre Satan que sabe que por ellas deve dar começo, para coçar e classificar os demais, mandou "um passo á frente" o mundo feminino. Era mulher p'ra burro.

— Chapéo o pessoal! — gritou o mestre batuta. As legiões infernaes de ferro em braza começou a prebenda inicial e terrivel, emquanto o Conselho distribuidôr fazia vir, por idades, á presença do interrogatorio:

Profissão? Atriz. Marido? Estão por ahi. — Siga á direita.

— Outra? Cantatriz. Maridos? quantos queira. — Outra? Dançatriz. Marido? Dançatrizes.

A cousa andava aqui pelo 3º seculo post-diluvio quando uma embaixada vêm ao Conselho e dizia com terror:

— "O pessoal feminino do 3º capitulo, cansado de esperar revoltou-se e está fugindo pr'a o mundo. Cavaram as arcadas superiores e as aguas do Stygio invadem os cárceres de espera. Somos poucos para contel-as e salvar a situação do reino."

— Depressa! gritou o rei ide todos a socorro da porta. Foi o que as antediluvianas quizeram. Avançaram no Mestre e prenderam n'uma formidavel cadeia de braços e pernas.

LINO, Jack. Feminismo XVIII: Sarna tiririca. *O Dia*, Curitiba, 22 jan. 1928, p. 2.

19. Feminismo XIX: Trancas em cruces, e figas ao pescoço

Depois que as mulheres prenderam o diabo o mundo devia socegar, mas os diabos de saias fugiram do inferno e não o deixam (ao mundo) dormir socegado.

Quando os demonios (que de lá saíram á caça das fugitivas) conseguem levar algumas fieiras, soltam ao archi-potente, dizendo que a cousa por cá augmenta com o exemplo das transfugas.

Dizem mais: "já não podem com ellas que mandaram os maridos e os filhos ás favas e não obedecem nem ao céo nem ao inferno, quanto mais aos seus subditos; que só ao guião ultra-potente do rei dos tormentos é que póde conduzil-as, dos desvios do mundo, á estrada real.

E, por isso, que quando o diabo anda solto, o mulherio se põe em comicios, para pôr a culpa nos homens.

Trancas em cruces nas portas de casa e figas ao pescoço até que passe a tormenta.

Passará, por que, nem bem o diabo penetra as arcadas das dôres, está preso de novo pelo feminismo de lá.

— Vemos por essa historia avoenga que a cousa é assim mesmo como nol-a pintam.

Negocios com mulher começam de brinquedo e no fim féde a enxofre, a despeito de bom juizo e das melhores intenções.

Calcule-se agóra a loucura em tocar fogo no estupim do feminismo desorientado de urnas e direitos individuaes, em igualdade de condições.

Péga fogo, na certa, a cangica, para só ficar a fumaça.

Não, o negocio não póde ir assim a gosto de uns tantos mancomunados em dar cabo da ordem e paz da familia brasileira.

A mulher de verdade teve e terá o seu fraque brilhante na historia patria.

A ella pertence, de facto, a sua integridade e futuro, na educação e instrucção, solidamente orientadas, dos filhos e filhas.

Aos pensadores e homens a quem compete os destinos da patria cumpre-lhes indicar o caminho. Ensine-se-lhe que o seu maior patriotismo e, portanto, maior heroismo está em crear e educar cidadãos para Patria. Da sua elevada missão dependem a defeza da honra e a integridade do nosso territorio. Fugir ou mentir a esta grandiosa missão, é cair a mulher no bas-fond de todas as torpezas e indignidades.

Eduque-se o homem a respeitá-las nas suas categorias de mães, esposas, filhas ou irmãs. Indigno do titulo de cidadão brasileiro será o individuo que as concita ao deboche; que as opprime ou que as arrasta aos transvios da vida.

A Patria só é grande com o verdadeiro culto á mulher digna desses titulos.

LINO, Jack. Feminismo XIX: Trancas em cruces, e figas ao pescoço. *O Dia*, Curitiba, 26 jan. 1928, p. 2.

20. Feminismo XX: Conclusão

A patria só é grande com o culto á mulher digna desses titulos de mãe, esposa, filha ou irmã.

Desmentir a qualquer desses titulos é descer á condição de coisa. Infelizmente é o que se pretende introduzir em a nossa cara patria a exemplo da Russia e de outros paizes onde o metal substituiu a moral da vida ordinaria. Elles se bipartem actualmente em uma parcella de felizes indifferentes a bilhões de infelizes Moraes.

Não invejamos nós, nem imitemos as brilhantes lantejoulas desses povos. Elles estão a braços com as mais graves questões sociaes e têm um vulcão á planta dos pés.

Encarceram-se e fuzilam-se milhares para um pouco de somno e uns poucos.

O Brazil ainda crê em Deus e sabe amparar aos infelizes que caem vencidos.

O idiotismo doentio de suggestionados por leituras e principios demagogicos da espiritualidade sobranceira da raça brazilica, se annulla ou se esmaga ás muralhas da fé que vence o futuro.

Nações, cidades e povos desappareceram ao amontoado dos seculos, e a fé superior será eterna como a verdade.

Levantemos a mulher á dignidade que lhe está conferida e não a aviltemos até o corrilho de ruas e assim seremos dignos de uma patria engrandecida e não envilecida.

Eduquemos a creança na grandeza da alma humana e amparemos aos desgraçados dentro dessa mesma grandeza.

O coração brasileiro é tão vasto — um verdadeiro oceano de riquezas admiraveis.

Elle é formado ao céu triumphante de esplendores da nossa patria e ao olhar carinhoso das nossas mães.

Porque desmentil-o?

Para negar uma patria tão generosa e tão bella, e negar a piedade carinhosa do olhar que nos acompanhará, sempre, do berço ao tumulo?

Transfugas do sentimento nacional são os sevandijas ideadores das mazéllas estrangeiras!

Se a patria os não repudia por indignos de seus antepassados é porque essa patria tem tambem uma synthese do coração brasileiro.

Causa devéras espanto ao mundo envilecido as grandiosidades da alma nacional.

E' o nosso patrimonio indestructivel, — leguemol-o aos nossos filhos.

Fiquemos com o nosso atrazo, — ninguem nunca nos arrebatará esta patria bemdicta.

Provaram-no os Negreiros, os Camarões, os Bonifacios e os Florianos. Unidos pelos mesmos sentimentos e pelas mesmas tradições, seremos indestructiveis. Assim seja!

Fiquemos brasileiros!